



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GUSTAVO DOS SANTOS COSTA

**A FEIRA LIVRE NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL DA
CIDADE DE SUMÉ - PB**

João Pessoa

2022

GUSTAVO DOS SANTOS COSTA

**A FEIRA LIVRE NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO
SOCIOESPACIAL DA CIDADE DE SUMÉ - PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva

Coorientador: Prof. Lincoln da Silva Diniz.

João Pessoa

2022

"A FEIRA LIVRE NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL DA CIDADE DE SUMÉ – PB"

por

Gustavo dos Santos Costa

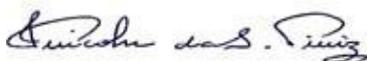
Dissertação de Mestrado apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia do CCEN-UEPB, como requisito total para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Território, trabalho e Ambiente.

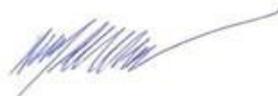
Aprovado por:



Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva
Orientador



Prof. Dr. Lincoln da Silva Diniz
Coorientador



Prof. Dr. Rafael Faleiros de Pádua
Examinador interno



Examinador externo

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-graduação em Geografia
Cursos de Mestrado e Doutorado em Geografia

Março/2022.

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

C838f Costa, Gustavo dos Santos.

A feira livre no contexto da reestruturação socioespacial da cidade de Sumé - PB / Gustavo dos Santos Costa. - João Pessoa, 2022.

182 f. : il.

Orientação: Anieres Barbosa da Silva. Coorientação:
Lincoln da Silva Diniz. Dissertação (Mestrado) -
UFPB/CCEN.

UFPB/BC

CDU 911(043)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, aos meus pais, Maria das Graças e Marcinho, minha irmã e minha sobrinha, Maiara Costa e Sophia Costa, por terem me dado suporte durante minha trajetória acadêmica, me apoiando nos momentos mais difíceis e estressantes que esta caminhada por proporcionou.

Agradeço a minha companheira, Natália Marinho, por ter acreditado e me apoiado durante todo o período de pesquisa e escrita deste trabalho, sendo paciente e carinhosa mesmo diante de minhas ausências e mudanças de humor.

Também agradeço ao meu amigo e coorientado Lincoln da Silva Diniz que me acompanha desde minha iniciação na atividade científica, acreditando, respeitando e defendendo minha autonomia e escolhas acadêmicas. Ainda acrescento meus agradecimentos a todos os “puxões de orelha” que o mesmo me deu para que eu pudesse enxergar com maior maturidade o meu objeto de estudo.

Em especial, agradeço como toda sinceridade e carinho um dos melhores humanos que pude conhecer, o professor Anieres Barbosa que, apesar do pouquíssimo contato presencial que tivemos, orientou este trabalho compreendendo e respeitando a trajetória de estudos e pesquisas que eu vinha executando desde a graduação.

Meus agradecimentos aos colegas Iramir, Jatanael, Mirelle e Pedro Wallas, dos quais tive a oportunidade compartilhar experiências, conhecimentos e medos durante nossas primeiras semanas na pós-graduação. Além destes, agradeço meus demais colegas de turma: Nadson, Fernando, Natália, Luiz Gustavo, Eini, Iluliane, Yasmin, Jean, Bruno, Luciene, Isaías, Flauber e Maria Silva.

A coordenação de manutenção e gerenciamento do Mercado Público Municipal e a todo os feirantes e comerciantes que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa, sem estes esta pesquisa não teria sido possível.

Por fim, agradeço a CAPES pelo financiamento.

RESUMO

As formas comerciais, enquanto formas socioespaciais, acompanham as transformações culturais e técnicas do modo de acumulação capitalista que, por sua vez, se caracteriza pela velocidade e mobilidade de suas interações, sob um processo constante de reconfiguração a partir da reprodução das intencionalidades dos agentes econômicos hegemônicos. Este processo detém múltiplas faces que, desigualmente, distribuídas no espaço, se articulam favorecendo a reprodução das relações de produção e circulação. Assim, diante da diversidade de manifestações derivadas deste processo, optamos por buscar compreendê-lo a partir das transformações da feira livre de Sumé, uma pequena cidade localizada no semiárido paraibano. Para tanto, utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos levantamento bibliográfico sobre o tema, observação da dinâmica da feira livre e do centro comercial, mapeamento das atividades comerciais, registros fotográficos, aplicação de questionários com feirantes e entrevistas com comerciantes e representantes da sociedade civil e organizada. Para a sistematização dos dados e das análises prévias da pesquisa foi necessário situar o objeto no contexto das políticas de modernização dos instrumentos de distribuição de alimentos que acompanharam a reestruturação socioespacial do território brasileiro e se interseccionaram com as peculiaridades socioespaciais locais. Na cidade de Sumé, observamos que o processo de reconfiguração da dinâmica espacial da feira livre local se deu em consonância com a ampliação das mercearias e surgimento do setor supermercadista a partir da década de 1970, período em que a relação entre o comércio itinerante e as formas comerciais fixas perpassaram por redefinição, substituindo uma relação fundada na complementaridade pela competitividade, indicando sua adequação a uma nova racionalidade espacial.

Palavras-chaves: Feira livre. Reestruturação socioespacial. Pequena cidade.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

PIS – Perímetro Irrigado de Sumé

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IOCS - Inspetoria de Obras Contra a Seca

IFOCS – Inspetoria federal de Obras Contra a Seca

FACIR – Faculdade do Cariri

UFCEG – Universidade Federal da Paraíba

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

GTDN – Grupo de trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

SUDENE – Superintendência Nacional do Desenvolvimento do Nordeste

SINAC – Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento

DER – Departamento de Estradas e Rodagens

BNB – Banco do Nordeste Brasileiro

ABRAS – Associação Brasileira de Supermercados

EDI - Intercâmbio Eletrônico de Dados

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco

PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

UDN - União Democrática Nacional

CAMIS - Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de Sumé

LISTA DE FIGURA E TABELA

Tabela 1: Classificação das atividades do setor supermercadista de acordo com a Associação Brasileira de Supermercados	74
Figuras 1: As máquinas DNOCS na construção do açude de Sumé.....	48
Figura 2: Homens trabalhando na construção do açude.....	49
Figura 3: Trabalhadores na colheita do tomate.....	93
Figura 4: Trabalhador na colheita da cenoura.....	93
Figura 5: Lotes do perímetro de irrigação.....	93
Figura 6: Trabalhadores descarregando a produção de banana.....	93
Figura 7: A feira livre de Sumé na década de 1930.....	112
Figura 8: O largo onde ocorria a feira em 1935.....	112
Figura 9: Primeiro Caminhão de Sumé, década de 1930.....	114
Figura 10: Comerciante instantes após comprar seu caminhão.....	114
Figura 11: Associação Recreativa Sumeense.....	117
Figura 12: Cine Teatro Municipal.....	117
Figura 13: Os prédios da Cooperativa de crédito agrícola e da Coletoria Estadual.....	117
Figura 14: Farmácia Soares.....	117
Figura 15: Prefeitura Municipal.....	117
Figura 16: Mercado Público Municipal.....	117
Figura 17: Logradouro matriz da Vila de São Tomé.....	119
Figura 18: A Rua Nova.....	119
Figura 19: A Usina Elétrica de Sumé.....	121
Figura 20: A distribuição dos lotes e redes de canais do PIS.....	122
Figura 21: Bodega de Sebastião Caetano.....	125
Figura 22: Bodega de Sebastião Juvino.....	125

Figura 23: O mercado público durante a construção em 2002.....	135
Figura 24: O Mercado Público atualmente, em 2021.....	135
Imagem 25: Face Norte do antigo Mercado Público.	147
Imagem 26: Face Sul do antigo Mercado Público.....	147
Imagem 27: Espaço externo do Shopping Sumé.....	147
Figura 28: A feira livre no Mercado Público logo após sua reabertura em Julho de 2020.....	157
Figura 29: A feira livre no Mercado Público após um ano, em Julho de 2021.....	157
Figura 30: Sinalização e fiscalização na entrada do Mercado Público.....	166
Figura 31: Presença de técnicos e profissionais da vigilância sanitária na fera livre.....	166
Figura 32: Feirantes usando máscaras logo após a reabertura da feira.....	166
Figura 33: Cruzamento das Ruas Francisco de Melo e Manoel Severo.....	167
Figura 34: Comércio da rua Alice Japiassú de Queiroz.....	167
Figura 35: Cruzamento da rua Manoel Severo e a Avenida 1º de Abril.....	167
Figura 36: Cruzamento das ruas Francisco de Melo e Alice Japiassú de Queiroz.....	167
Figura 37: Feirante comercializando no cruzamento da rua Manoel Severo e a Avenida 1º de Abril.....	167
Figura 38: Parte externa do espaço comercial de uso coletivo.....	168
Figura 39: Parte interna do espaço comercial de uso coletivo.....	168
Figura 40: Pequena Quintada de frutas e verduras.....	169
Figura 41: Nova localização do Tempero Cheiro Bom.....	169
Figura 42: Nova localização do Frigorífico Berra Boi.....	169
Figura 43: Nova localização do Frigorífico São João.....	169

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da Região Geográfica Imediata de Sumé-PB.....	18
Mapa 2 - Localização das microrregiões do Cariri Ocidental e Cariri Oriental.....	30
Mapa 3 - Representação dos fluxos de ocupação da Paraíba entre os séculos XV e XVIII	33
Mapa 4 - Distribuição da malha ferroviária da Paraíba.....	41
Mapa 5 - Configuração das ruas comerciais entre as décadas de 1970 e 1980.....	133
Mapa 6 - Distribuição do varejo de alimentos em Sumé-PB.....	146
Mapa 7 - Distribuição das atividades comerciais de ex-feirantes no centro comercial.....	175

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	133
1 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO CARIRI PARAIBANO	255
1.1 ECONOMIA E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL NA OCUPAÇÃO DOS SERTÕES 28	
1.2 DO CARIRI PARAIBANO AO MUNICÍPIO DE SUMÉ	366
2 AS FEIRAS LIVRES NO CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BRASIL	533
2.1 REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL: A TECNIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO	544
2.1.1 Políticas de combate à seca e a distribuição de alimentos no Nordeste	59
2.1.2 As políticas de nacionais de alimentação no contexto do século XX.....	61
2.2 O DESENVOLVIMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS.....	644
2.2.1 Mercearias e Bodegas	67
2.2.2 Supermercados e hipermercados	69
2.2.3 Atacados e Atacarejos.....	78
2.2.4 Feiras livres.....	81
2.2.4.1 <i>Feiras Livres Nordestinas</i>	87
2.3 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO E OS INSTRUMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS	92
3 A DINÂMICA COMERCIAL DE SUMÉ.....	95
3.1 ESPAÇO, COMÉRCIO E FORMAS ESPACIAIS.....	955
3.1.1 O centro comercial da cidade de Sumé.....	99
3.1.2 O circuito inferior da economia na pequena cidade	101
3.1.3 A centralidade do comércio na cidade de Sumé.....	104
3.2 AS ESPECIFICIDADES DO SETOR TERCIÁRIO DE SUMÉ.....	110
3.2.1 1988-1951: preponderância da feira livre.....	110
3.2.2 1952-1983: boom econômico e o surgimento das novas formas comerciais	116
4 A FEIRA LIVRE DE SUMÉ DIANTE DA RECONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES DE COMERCIO E CONSUMO NA CIDADE DE SUMÉ	133

4.1	A RELOCAÇÃO DA FEIRA LIVRE E O SURGIMENTO DE NOVAS DINÂMICAS.....	135
4.2	NOVAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS E REDEFINIÇÃO LOGÍSTICA.....	149
4.3	PANDEMIA DO COVID-19 E AS NOVAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS FEIRANTES	155
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
	REFERÊNCIAS	178

INTRODUÇÃO

As pequenas cidades no Brasil se destacam pela sua numerosidade. Na média nacional, elas correspondem a 70,4% do sistema administrativo, sendo ainda mais expressivo esse número nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, 77,08% e 78,85%, respectivamente (IBGE, 2010). Espacialmente, as pequenas cidades se encontram distribuídas por todo o território e, com isso, também refletem as desigualdades sociais, econômicas e políticas decorrentes do próprio processo de formação do território nacional, atuando na produção de um arranjo espacial complexo em escala nacional (MOREIRA JUNIOR, 2014).

Segundo Moreira Junior (2014), tais unidades apresentam grande relevância para a gestão e o desenvolvimento regional, concebendo o território mediante suas características e singularidades locais. Contudo, as pequenas cidades estiveram distantes dos estudos acadêmicos, constituindo-se como um objeto complexo, comumente simplificado. Por isso, acredita-se que se faz necessário o desenvolvimento de pesquisas com o intuito de discutir as transformações socioespaciais pelas quais as mesmas passam nas últimas décadas, considerando suas especificidades forma-conteúdo.

Diante da preocupação de compreender a organização territorial das pequenas cidades frente as transformações técnicas que caracterizam a condição espacial contemporânea, buscamos evidenciar o papel central das feiras livres na dinâmica socioespacial destas unidades administrativas. Isso porque a centralidade que estas formas comerciais detêm possibilita concebê-las enquanto peças-chave para o entendimento das transformações que se desenvolvem no território.

De acordo com Lima (2012), as feiras livres no Nordeste desempenharam um papel fundamental na ocupação do interior nordestino e na sua formação econômica. As relações que as feiras construíram com a atividade pecuária na região produziram espaços de convergência entre os agentes econômicos da cidade e do campo. Nesse sentido, tais cidades se formaram estruturadas nestas relações, desconhecendo, na práxis, a dissociação cidade-campo a pesar do iminente processo de urbanização.

Sobre o caráter peculiar destas localidades, Corrêa (2011) compreende que, apesar destas pequenas unidades se caracterizarem pela sua diversidade, em sua maioria, é bastante expressiva a proximidade destas formas espaciais com a dinâmica rural. O autor evidencia a relação de interdependência entre cidade e campo nas pequenas cidades e como estas interações se repercutem no conteúdo destas formas espaciais. Tais dados

demonstram um pouco das especificidades teórico-conceituais que a análise destes espaços nos exige.

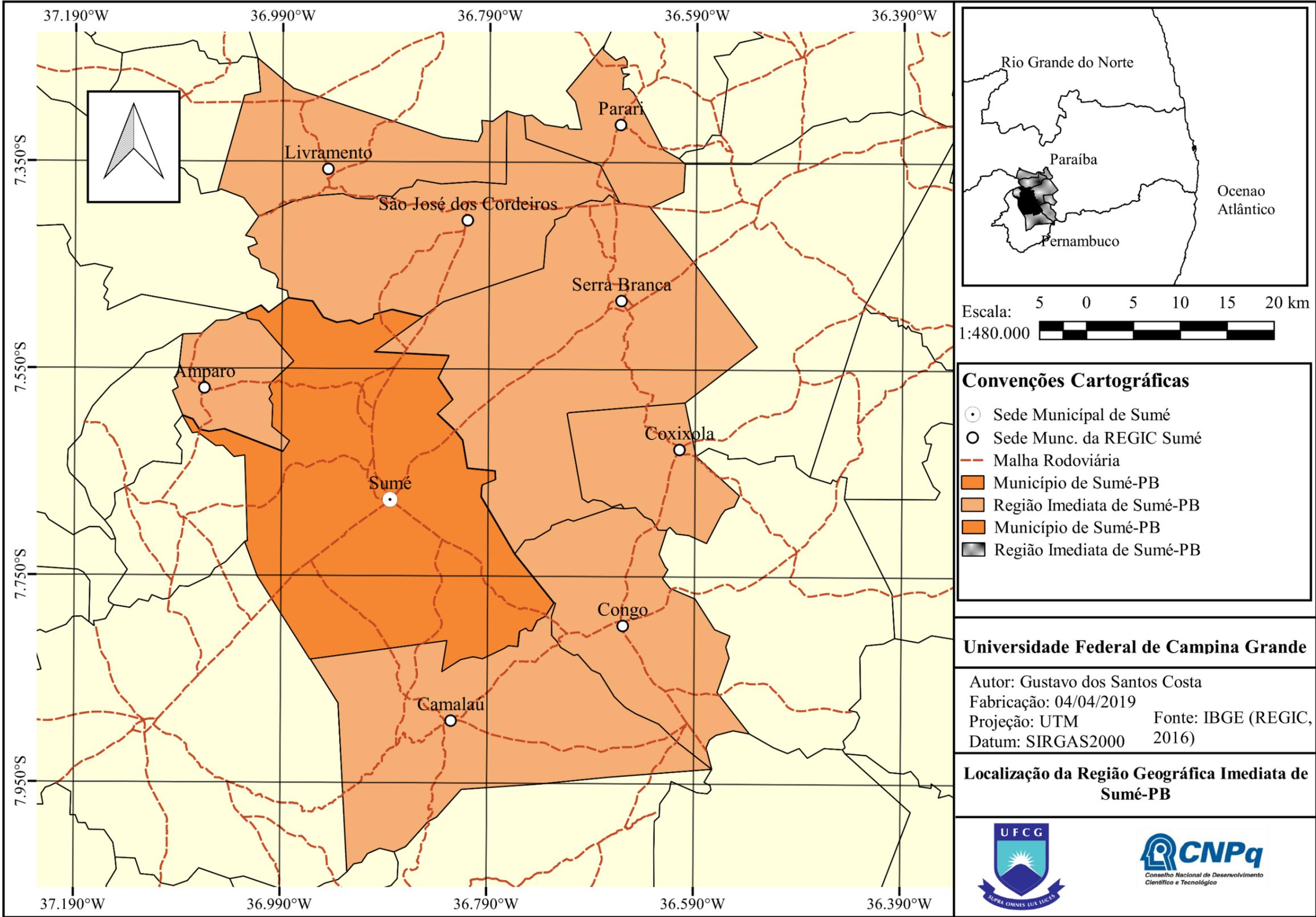
Neste sentido, reconhecemos a feira livre e as atividades que circundam a esfera comercial do varejo de alimentos como um ponto de partida para a compreensão do território, visto que, além de sua função na articulação cidade-campo, estas formas espaciais expressam em seu arranjo as transformações atuais e a própria condição espacial do município no momento atual de sua história.

No caso das pequenas cidades do interior paraibano, como o município de Sumé, a ausência de estudos a respeito da dinâmica socioespacial torna-se ainda mais evidente. Trata-se de localidades que nas últimas décadas perpassaram por expressivas transformações em sua estrutura territorial, como a construção e a ampliação dos sistemas rodoviário e comunicacional, o que torna possível seu envolvimento em processos econômicos, sociais e culturais contemporâneos, a exemplo dos novos circuitos comerciais e produtivos. No entanto, pouco se sabe sobre os impactos destas transformações na dinâmica da comunidade local e nos respectivos usos do espaço.

Referindo-se ao objeto de estudo, o município de Sumé, cuja localização pode ser vista no mapa 1, se caracteriza pela acentuada centralidade diante dos municípios circunvizinhos e pela baixa demografia, já que a maioria dos municípios circunvizinhos apresentam demografias inferiores, tornando-se assim um polo de referência educacional e comercial (COSTA & DINIZ, 2017). Contudo, são raros os estudos sobre a formação e dinâmica socioespaciais do município, bem como sobre os respectivos impactos relativos às novas funcionalidades.

Assim como pode ser observado nas novas regionalizações propostas pelas Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias (IBGE, 2017), na atual configuração territorial da Paraíba o município de Sumé assume significativa influência local/regional, ainda que reduzida. Tal centralidade resulta em uma ampliação da base técnica do território e da ressignificação de seus usos, como pode ser demonstrada pela ampliação do setor terciário. Entretanto, não se sabe quais são as dimensões destas transformações e nem de seus impactos na qualidade de vida da população, dificultando a elaboração de políticas públicas efetivas.

Mapa 1. Localização da Região Geográfica Imediata de Sumé-PB



C

Fonte. IBGE, 2016. Elaborado pelo autor.

Diante deste contexto, sentimo-nos provocados a pensar a reestruturação econômica e socioespacial das pequenas cidades, através das formas comerciais, em especial, as feiras livres. Neste contexto, considerando as relações sociais de produção, percebemos que as pequenas cidades não possuem uma divisão do trabalho tal qual as cidades intermediárias e metrópoles, gerando uma inaplicabilidade de teorias e conceitos elaborados para formas comerciais de cidades de maior complexidade, ao menos em termos de fluxos e velocidade.

Assim, fora estabelecida uma análise dialética entre cidade e campo para compreensão do respectivo objeto, as pequenas cidades, destacando a feira livre como instrumento de articulação destas duas esferas da dinâmica local. Portanto, a partir da análise das transformações ocorridas na feira livre e em seu entorno, torna-se possível compreender os impactos ocorridos na dinâmica espacial do município. Desse modo, lançamos a seguinte questão central: De que modo a reconfiguração da economia local está alterando a centralidade da feira livre na dinâmica territorial do município de Sumé?

O levantamento do problema geral da pesquisa levou ao desdobramento da questão central nos seguintes questionamentos específicos ou secundários: Como se encontra configurada a estrutura econômica e técnica do município de Sumé? De que modos as transformações na estrutura técnica do território nacional afetaram a distribuição e comercialização de alimentos? Qual a importância da feira livre e do pequeno comércio na articulação cidade-campo? Quais são as consequências das transformações do setor terciário na ordenação do território municipal?

Como forma de responder a essas questões, organizou-se como objetivo geral da pesquisa:

- Compreender a relação entre a reestruturação socioespacial e as transformações da feira livre na dinâmica territorial do município de Sumé.

Na intenção de subsidiar o objetivo geral, foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar a atual estrutura econômica e técnica do município de Sumé;
- Compreender a relação entre as políticas territoriais e a evolução dos instrumentos de distribuição e comercialização de alimentos;
- Analisar as transformações ocorridas na feira livre local e em seu entorno;

- Identificar as principais consequências das transformações do setor terciário na ordenação do território municipal de Sumé.

Nessa linha de reflexão, nos aproximamos da hipótese de que o atual arranjo técnico, caracterizado pelo aumento da mobilidade e da fluidez das relações entre a cidade e o campo, favoreceu o desenvolvimento do setor terciário moderno, fruto das novas centralidades e da ampliação de políticas públicas, consolidando uma desarticulação econômica entre os agentes econômicos da cidade e do campo. Historicamente, esta relação se efetivava, principalmente, através da feira livre e da feira de gado do município. Contudo, as transformações em eclosão contribuem significativamente na redução do mercado dos pequenos produtores rurais, conseqüentemente, atingindo suas rentabilidades.

Os referenciais teóricos adotados por esta pesquisa buscaram estabelecer uma correlação entre os principais temas que circundam o respectivo objeto, como a relação cidade-campo na formação econômica do Nordeste; A centralidade das feiras livres nas pequenas cidades nordestinas e as transformações dos instrumentos de comercialização e distribuição de alimentos, a partir uma perspectiva crítica, pautada na compreensão de suas contradições e dos respectivos impactos na (re)formação econômica, social e espacial do território. Deste modo, a fundamentação teórica deverá partir da materialidade das relações no espaço e através de suas formas possibilitando a compreensão dos processos socioespaciais e seus impactos na dinâmica da feira livre e de sua relação com a economia municipal.

De acordo com Marx (2011), tanto a sociedade quanto seu modo de organização e produção social só podem ser compreendidos se considerado o modo de produção dominante, visto que as relações sociais de produção implicam, de modo significativo, na organização política e econômica do meio social. Nesse sentido, norteados pelos pressupostos marxistas, em especial, pelo conceito de formação econômico-social, compreendemos que o arranjo espacial, enquanto resultante das relações sociais, é condicionado pelo modo de produção.

Uma importante contribuição neste sentido foi apresentada por Luiz Cruz Lima (2006), ao tomar como referência o conceito de reestruturação socioespacial. Para esse autor, uma das principais características do espaço geográfico é sua capacidade de reconstrução. Historicamente, o espaço se regula e se reconfigura em concordância com as relações sociais, seus respectivos usos e funcionalidades. Todavia, na modernidade,

esta capacidade se potencializa e o espaço é convocado a se reconfigurar constantemente de acordo com as demandas sociais e os interesses do capital, reconhecendo que as demandas capitalistas são sempre hegemônicas.

Segundo Lima (2006), o espaço, ao se reestruturar, mediado pela renovação do sistema técnico, tende a anular as formas espaciais que não dialogam com as relações sociais de produção vigentes. Portanto, o espaço não perde sua capacidade de acumulação, porém, acumula apenas o que possibilita a reprodução das relações sociais de produção e, por consequência, a extração de superlucros.

Este movimento se mostra contraditório, pois ao mesmo tempo que o território é tecnificado, aumentando a mobilidade e a comunicação no espaço, tal processo intensifica a segregação de grupos econômicos e sociais historicamente marginalizados, tal como produtores familiares, trabalhadores do mercado informal (autônomos), feirantes, entre outros. Estes grupos, de modo predominante, estão concentrados nas regiões periféricas do capitalismo, ampliando as desigualdades sociais e aumentando a lucratividades dos grupos econômicos hegemônicos.

Por sua vez, o conceito de reestruturação socioespacial se apresentou central nas análises que realizamos ao longo desta pesquisa, uma vez que tratamos de compreender as transformações do papel da feira livre de Sumé a partir da reconfiguração do arranjo espacial, considerando que a feira livre se reconfigura e se ressignifica em virtude das modificações em sua estrutura econômica, espacial e política.

As feiras livres, enquanto instrumentos de comercialização e distribuição de alimentos, que em sua origem remetem, em parte, à organização social e econômica da idade média, foram uma das principais atividades econômicas responsáveis pelo processo de inserção e ocupação do interior do território Nacional. No Brasil, sua notória diversidade forma-conteúdo é resultante do processo de produção social do espaço, absorvendo características e atendendo demandas locais e regionais.

De acordo com Dantas (2007), as feiras livres se estruturam a partir das relações de produção já existentes, ampliando-as e estabelecendo novas possibilidades de troca. Por esta razão, as mesmas reproduzem em suas formas espaciais o conteúdo destes diálogos entre agentes locais e regionais. Segundo o mesmo, um caso interessante para observar este caráter dialético das feiras é no interior do Nordeste brasileiro.

Em virtude do caráter orgânico que caracteriza estas formas comerciais, as formas dispostas nas feiras livres expressam as demandas locais, tal como as necessidades de

consumo, o modo de vida local e as formas de sociabilidade da comunidade (DANTAS, 2007). Deste modo, a análise das feiras livres se coloca como um possível instrumento para compreensão das transformações socioespaciais, pois sua organização é reflexo de toda a estrutura socioespacial da localidade.

Conforme discorre Tavares (2017), as feiras livres no Cariri paraibano se consolidaram através do comércio de algodão e de animais, principais atividade produtivas e fonte de renda regional entre o final século XIX e primeira metade do século XX. Tornando as feiras em polos de dinamização econômica, centrais para a dinamização dos municípios da microrregião. Contudo, estes municípios atravessam mudanças nos desejos e nas formas de consumo, levando à reconstrução das formas comerciais que, por sua vez, geram a expansão dos centros comerciais e uma significativa redução do comércio itinerante.

Tavares (2017) considera que estas transformações no espaço comercial são resultantes de modificações na estrutura destes territórios, como a ampliação do acesso aos meios de transporte, o aumento da população urbana e a tecnificação do processo e do sistema produtivo. Tal reestruturação socioespacial foi acompanhada e impulsionada pela amplificação de políticas públicas de benefício social como a Previdência Rural, Seguro Safra, Bolsa Família, dentre outros, se manifestando no melhoramento dos níveis socioeconômicos que se expressam, por exemplo, no aumento do acesso à educação e aos bens culturais.

Nos municípios do interior nordestino, as feiras livres possuem funções e significados sociais que extrapolam a esfera econômica. De acordo com Silva e Silva (2016), estes espaços são recintos de extrema importância para a manutenção das relações econômicas, políticas e culturais da localidade, estabelecendo diálogos entre os mais diversos sujeitos envolvidos em sua dinâmica. Sendo assim, as feiras são, antes de tudo, espaços de encontros.

Desse modo, analisar o papel das feiras livres na dinâmica econômica nos possibilita compreender os territórios em que as mesmas estão inseridas. No entanto, tais análises não podem se restringir apenas aos espaços das feiras; é necessário estabelecer interconexões com processos exógenos que influenciam na dinâmica econômica local, como a modernização da agricultura, a interiorização do ensino superior e a expansão do setor terciário moderno.

De acordo com Tavares (2017), a conjuntura posta nos faz refletir também sobre o conteúdo das pequenas cidades e os impactos causados pela reconfiguração do território, resultante dos processos de reestruturação produtiva, como: implantação de novas políticas públicas, reprodução das novas tendências de consumo, inserção de agentes econômicos flexíveis e a ampliação da infraestrutura.

Além disso, esse processo tem gerado não só a reconfiguração dos circuitos espaciais de produção, mas um novo conjunto sistemático de objetos e ações, que em si são contraditórios, desarticulando os circuitos preexistentes para dar suporte às novas relações sociais de produção e aos novos circuitos que passam a emergir destas relações.

Neste sentido, nossa pesquisa se propõe a pensar as feiras livres enquanto instrumento de distribuição e comercialização de alimentos diante de uma perspectiva que evidencie sua relação com a dinâmica socioespacial local e as tendências globais, influenciando a configuração do arranjo espacial do município, assim, destacando o que Santos (1997) identifica como a dialética entre os processos globais, organizados pelos atores hegemônicos, e as resistências locais, postas pelas relações de proximidade, gerando ajustes na dinâmica e na configuração espacial e produtiva que revelam conflitos e solidariedades.

Tais transformações da estrutura produtiva do município foram responsáveis pela reformação do arranjo espacial e técnico da localidade, transitando de uma economia agrária, estruturada em elementos pré-capitalistas, como o baixo nível técnico, em quase sua totalidade associada ao setor primário, em que a feira possuía certa centralidade nas relações de troca na localidade, para uma economia que, gradativamente, aumenta a importância do setor terciário, em especial, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, na qual a feira perde seu caráter central e passa a compartilhar sua influência com as novas formas comerciais (COSTA, 2019).

De modo sintético, segundo Costa (2019), podemos representar a atual reestruturação da economia local de Sumé a partir de quatro eventos: 1) No início da década 1970, inauguração do Perímetro de Irrigação de Sumé; 2) em meados de 2004, a relocação da Feira Livre Local; 3) em 2009, instalação do Campus da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e, 4) em 2019, fundação da Faculdade do Cariri (FACIR). Estes eventos resultaram em novas dinamizações da economia local e na ampliação do setor terciário que, atualmente, associado às políticas públicas de assistencialismo e previdência social, compõem a maior parte da renda municipal. Neste

sentido, tais transformações, como a redução das feiras livres e da feira de gado, a dependência econômica do município e a ampliação de setores não-produtivos, como o terciário, passam a ser alvos de estudos e representam um momento de transição.

De acordo com Lima (2006), o modo de produção capitalista se caracteriza pela capacidade de produção e reprodução das técnicas que os estruturam, por sua vez, estes conjuntos técnicos que estão em constante renovação impõem novas configurações espaciais, reformando o arranjo dos objetos no espaço, inserindo e eliminando formas espaciais, modos de vida e relações de produção que não sejam interessantes ao modelo de acumulação vigente.

Considerando os questionamentos e objetivos desta pesquisa, os procedimentos metodológicos a serem trilhados, enquadram-se, especialmente, nos estudos da Geografia do Comércio e do Consumo, enquanto subárea da Geografia Econômica, ainda que, em determinados pontos, se interrelaciona com outras áreas da Geografia. Sobre esta ramificação do conhecimento geográfico, Andrade (1998) argumenta que a geografia econômica tem por objetivo compreender o modo como o espaço é produzido através da intervenção do homem no meio, explorando recursos, modificando o arranjo espacial e desenvolvendo trocas segundo as formas institucionais e as disponibilidades culturais e técnicas de que os grupos sociais dispõem. Nesse sentido, influenciado pelo pensamento clássico da geografia e pelo marxismo, o autor contempla em seu método uma sistematização dialética que relaciona empirismo e historicismo, possibilitando uma análise integrada das relações sociais de produção e seus respectivos efeitos na reconfiguração do espaço.

Ao refletir sobre o conceito de espaço, Santos (2014) o concebe como uma instância da sociedade que só existe em coexistências com as demais instâncias. Nesse sentido, ainda que tenha por foco as relações de comércio e consumo, a análise espacial não pode estar dissociada das demais instâncias como a política e a cultura. Desse modo, as formas espaciais contêm frações do social, por isso “[...] não são apenas formas, mas formas-conteúdo” (SANTOS, 2014, p. 12). De acordo com o autor, o espaço é composto pelos “elementos do espaço” que, por sua vez, correspondem “[...] aos homens, às firmas, às instituições, ao meio-ecológico e às infra-estruturas”. Tais elementos dialogam entre si, formando, de modo paralelo, a totalidade e a unidade básica do espaço (SANTOS, 2014, p. 12).

Em ambas as interpretações, a interação entre homem e meio, com a finalidade de produzir e circular bens, só pode ser compreendida se considerada enquanto processo, ou seja, uma realidade em movimento e sujeita a múltiplas intervenções e transformações no tempo e no espaço. A partir desse entendimento, concebemos a metodologia desta pesquisa com base no que é proposto por Mynaio (2002), um processo permanentemente inacabado. Portanto, sendo formulada e reformulada ao longo do desenvolvimento da pesquisa, como resultante das experiências percorridas, nas quais se farão presentes falhas, acertos e descobertas.

Nessa linha de raciocínio, a pesquisa objetivou estabelecer um diálogo entre teoria e empiria, bem como entre instrumentos quantitativos e qualitativos de pesquisa. Assim, parte-se da análise bibliográfica especializada e da elaboração de hipóteses associadas às pesquisas in loco, realizando contatos com os agentes estudados, que resultou em um panorama amplo acerca das entrevistas e dos questionários, possibilitando elaborar uma breve descrição do processo de formação e reconfiguração do setor de varejo de alimentos e modo como a feira dialogou com as novas formas comerciais que surgiam.

O materialismo histórico dialético, adotado aqui enquanto apontamento filosófico norteador, se formula a partir da compreensão da materialidade das relações sociais. Contudo, este pensamento não concebe a materialidade enquanto fim, mas, ao contrário, como meio para alcançar o conteúdo das formas. O materialismo histórico dialético surge como uma ressignificação do pensamento hegeliano, em que Marx busca compreender a realidade através de uma dialética calcada na realidade. Portanto, rompe com o idealismo hegeliano, construindo um método proposto a compreender a totalidade social e negando dualismos.

Neste sentido, o método dialético se evoca como possibilidade de compreensão do movimento da sociedade. Assim, não deve desenhar um pensamento simplista, superficializando a análise socioespacial, pelo contrário, deve estabelecer o inverso, na busca por aprofundar-se sobre o pensamento formal, historicamente, tido como hegemônico e presente no processo de (re)produção das formas mediante ressignificação de seu conteúdo, o espírito das formas espaciais, que por natureza é contraditório.

De acordo com o pensamento de Lefebvre (1991), as discontinuidades históricas e espaciais são apontadas como um dos fatores necessários para que suas constatações devam “ir além de si mesmo”. Por isso, não só materialista histórico, mas acima de tudo

dialético, incluindo as contradições que fundamentam a razão do movimento social, uma razão contraditória e descontínua.

Assim, seguindo um modelo subsidiado pelas noções citadas, consolidamos uma metodologia que dialoga com os processos endógenos e exógenos à dinâmica socioespacial das feiras livres nas pequenas cidades, sobretudo em Sumé, o qual, em nosso entender, também inclui a necessidade de executar um levantamento histórico com o intuito compreender suas funções e sua trajetória de transformações.

Para a obtenção do conjunto de informações úteis ao desenvolvimento desta investigação, desenvolvemos um conjunto de procedimentos de pesquisa, tais como: revisão bibliográfica e iconográfica que se seguiu da identificação e caracterização da configuração econômica do município que, por sua vez, consistiu em um levantamento de dados obtidos em plataformas virtuais que possibilitaram o acesso a informações sobre a configuração econômica do município de Sumé. Somado a estes levantamentos fora realizada pesquisa *in loco* no centro comercial da cidade de Sumé.

O trabalho de campo possibilitou a observação do objeto, a realização de registros fotográficos e a aplicação dos questionários, designados aos feirantes da feira livre do município de Sumé. Esta intervenção buscou identificar as transformações ocorridas na dinâmica comercial do comércio de alimentos e, especialmente, da feira livre.

Os questionários, em decorrência de sua própria natureza, tiveram maior abrangência. A coleta destes fora fundamental para a compreensão da atual condição de existência dos trabalhadores da feira livre, bem como, um diagnóstico geral sobre as transformações neste ramo do comércio a partir da perspectiva dos feirantes.

As entrevistas foram realizadas seguindo o roteiro previamente elaborado. A aplicação das mesmas foi realizada com auxílio de gravador de voz, com duração média de 1 hora, destinada a membros da sociedade civil e do poder público: Presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais; representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Monteiro (SEBRAE-Monteiro), representante do poder público municipal e, por último, 5 supermercadistas do município de Sumé.

. Nesse sentido, organizamos da seguinte forma:

- 1) Questionários: foram aplicados um total de 25 (vinte e cinco), correspondentes a 27% dos feirantes;

2) Entrevistas, foram realizadas ao longo da pesquisa 8 entrevistas: 1 com Presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais de Sumé; 1 representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Monteiro; 1 representante do poder público municipal e 5 supermercadistas.

Análise dos dados coletados e elaboração de gráficos, mapas e quadros, trata-se do último capítulo deste trabalho dissertativo que ainda se encontra em elaboração. A referida etapa se refere aos procedimentos analíticos e ao processamento dos dados obtidos *in loco*.

O presente texto aqui apresentado busca introduzir o referencial bibliográfico que fornece os aportes necessários a estruturação e desenvolvimento da pesquisa, assim como também busca contextualizar o objeto deste estudo no contexto de formação socioespacial do interior nordestino e a luz da modernização do território brasileiro ao longo do século XX, que acelerou a racionalização dos instrumentos de comercialização e distribuição de alimentos, desdobrando-se nas transformações das formas comerciais de Sumé. Assim, divide-se nos seguintes capítulos: 1) Formação socioespacial do Cariri Paraibano; 2) As feiras livres no contexto de modernização do território brasileiro e, 3) A dinâmica comercial do município do município de Sumé ao longo do século XX.

1 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO CARIRI PARAIBANO

O município de Sumé está localizado na zona fisiográfica dos Cariris Velhos que, por sua vez, nomeia as duas das vinte e três Microrregiões geográficas da Paraíba: Cariri Ocidental e Cariri Oriental. Estas microrregiões são caracterizadas pelos seus aspectos físicos-naturais. Ao longo das últimas quatro décadas se constituiu como um grande obstáculo ao processo de ocupação do interior Nordeste e atualmente se apresenta como um grande desafio para o desenvolvimento regional brasileiro.

Inserido no interior do território paraibano, o referido município está situado ao Sul, próximo à divisa com o Estado de Pernambuco, sua localização, historicamente, influenciou de modo decisivo a dinâmica econômica da localidade. Como pode ser visto no mapa a seguir, a localização da antiga Vila de São Tomé, hoje a sede municipal de Sumé, estava localizada entre dois importantes centros econômicos regionais, as cidades de Sertânia e Pesqueira, na zona de intersecção entre o Agreste e o Sertão Pernambucano, e a cidade de Campina Grande, situada na zona de transição entre o Agreste e o Sertão da Paraíba.

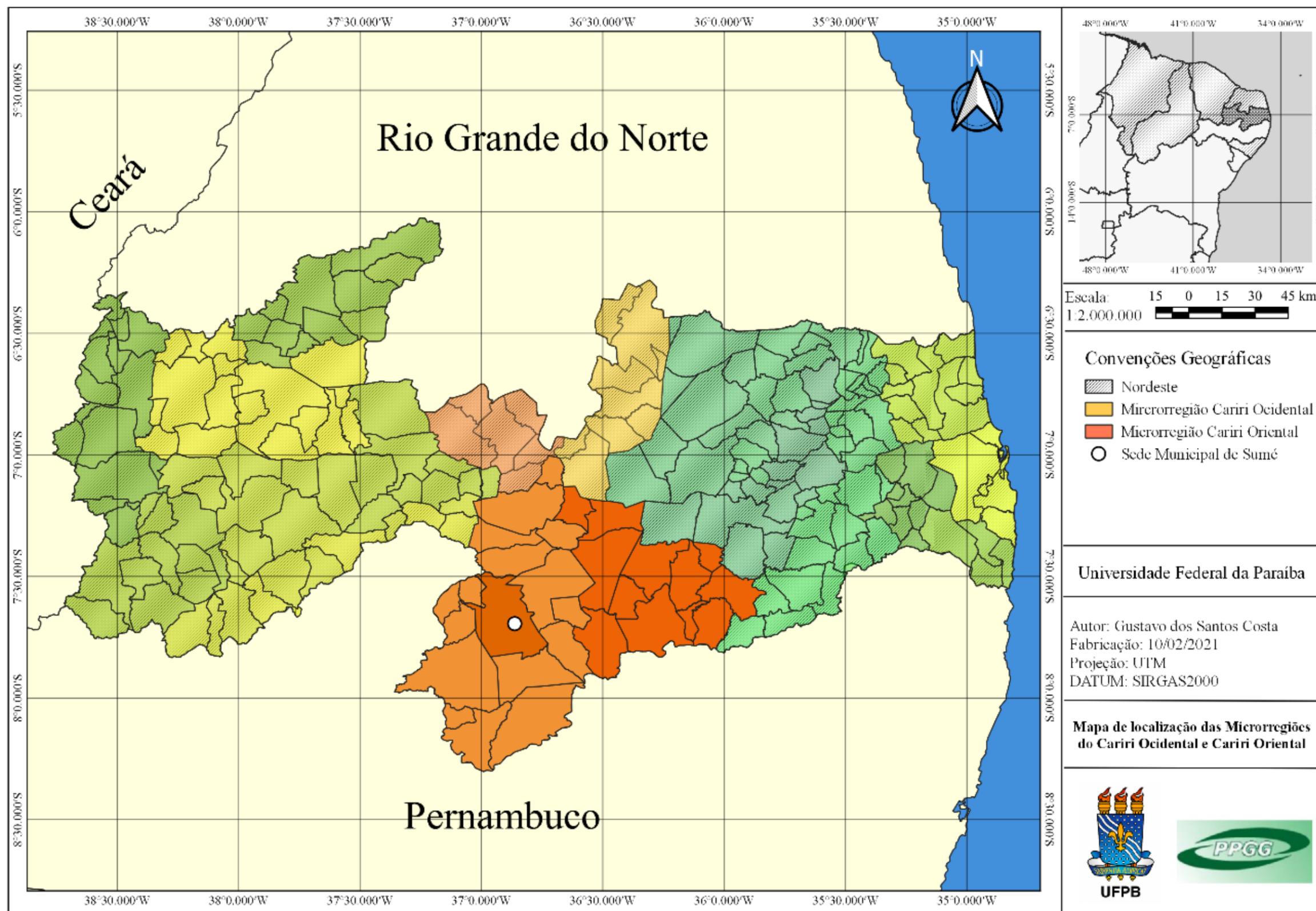
Em virtude de sua localização, grande parte dos fluxos econômicos e sociais entre estes dois polos regionais passavam pela vila, dando-lhe dinâmica e funcionalidade, em especial, a partir do início do século XX, com a fundação do primeiro trecho da linha ferroviária que chegava ao município de Campina Grande em 1907. E, mais tarde, em 1933, a inauguração da estação ferroviária de Sertânia, pertencente ao sistema ferroviário central de Pernambuco. Ambas as estações ferroviárias foram pontas de trilho, a de Campina Grande entre os anos de 1907 e 1958 e, a de Sertânia de 1933 a 1941.

Estas estações ferroviárias marcam um importante período da formação econômica do Nordeste brasileiro, por tratar-se de um período de valorização da produção algodoeira, decorrente de conflitos políticos que estavam ocorrendo nos Estados Unidos da América, mas para além da produção de algodão, as políticas econômicas e territoriais da primeira metade do século estavam alinhadas com um projeto de modernização da estrutura técnico-produtiva do interior do território brasileiro, o que convencionalmente foi chamado de “desenvolvimentismo nacionalista”.

Neste período, pesquisas científicas são desenvolvidas, financiadas pela Inspeção de Obras Contra a Seca (IOCS), na tentativa de catalogar as potencialidades econômicas da região. Uma das principais ações do órgão foi a criação de uma

infraestrutura base para a região, como estradas, reservatórios hídricos e pontes, feitorias que nas décadas seguintes foram fundamentais para a expansão do sistema de eletricidade, condição *sine qua non* para a incorporação das técnicas produtivas que se popularizaram a partir da segunda metade do referido século, como a tecnificação da agricultura e a reconstrução da base alimentar nacional.

Mapa 2: Localização das microrregiões do Cariri Ocidental e Cariri Oriental.



Fonte: IBGE. Elaboração: COSTA, Gustavo

Compreender o contexto e o modo como ocorreu o processo de formação socioespacial do Cariri paraibano e, por consequência, do município de Sumé é fundamental para compreensão de sua atual situação, assim como nos possibilita refletir sobre o processo de reconfiguração das formas espaciais, especialmente, entre o século XIX e o início do século XXI, período este em que já há uma significativa ocupação da região.

Este período corresponde a um recorte temporal fundamental na organização territorial do Cariri paraibano, no qual os primeiros municípios iniciam um movimento de desmembramento da então Vila de São Pedro (atual município de São João do Cariri), em paralelo à expansão da atividade pecuária e o início do ciclo algodão, até o atual cenário, contexto em que o setor terciário se apresenta como o setor que mais cresce e se moderniza, ao passo que estas localidades reduzem sua autonomia econômica e perdem a capacidade produção que outrora possuíam.

Neste sentido, o presente capítulo busca fazer uma introdução ao tema, apresentando, em linhas gerais, o processo de ocupação e formação dos Cariri paraibano, assim como faz um resgate das atividades econômicas que historicamente desempenharam maior importância e como estas atividades contribuíram para a configuração do território e de sua estrutura técnica, infiltrando-se na dinâmica socioespacial até os dias atuais sob múltiplas formas.

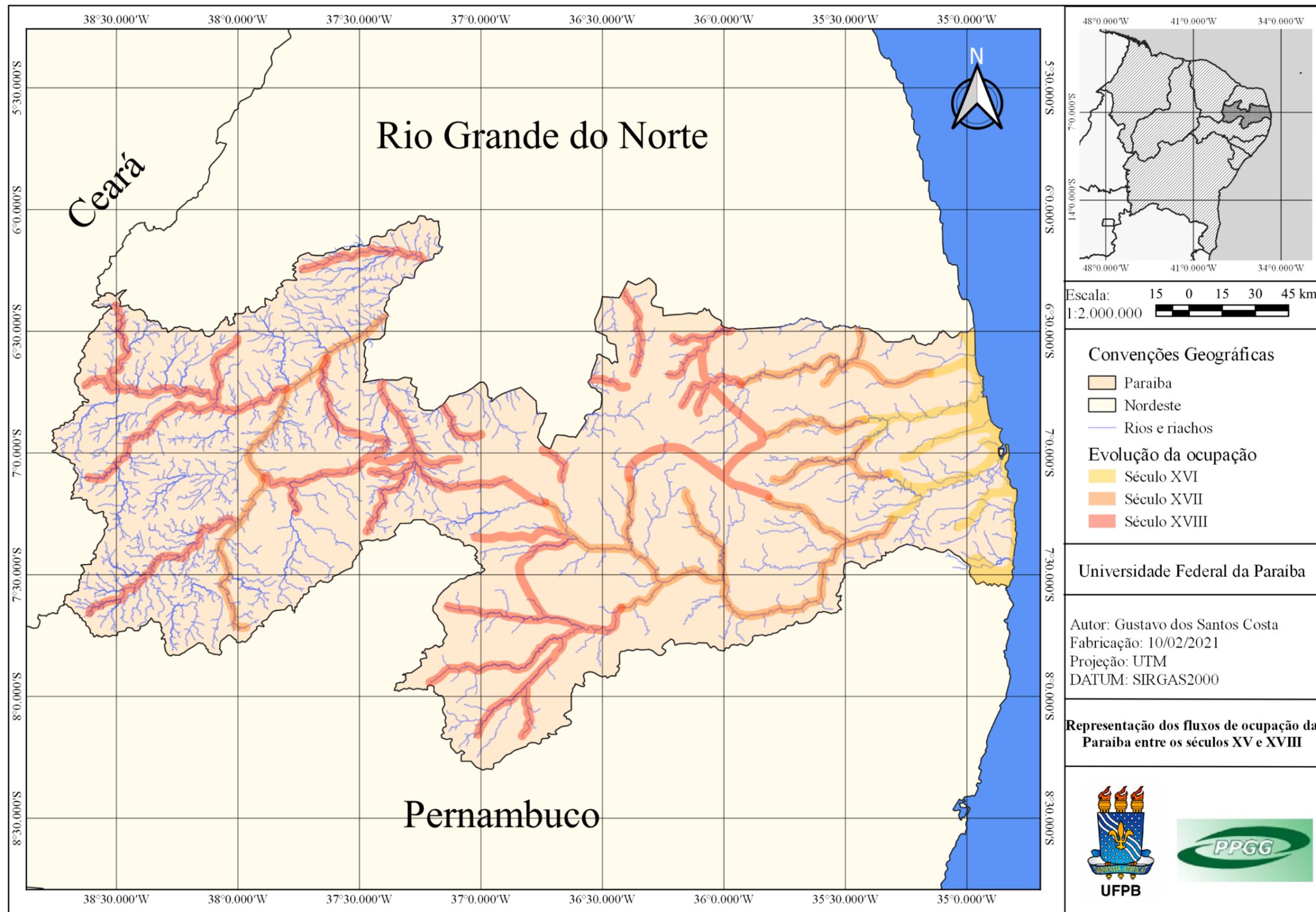
1.1 ECONOMIA E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL NA OCUPAÇÃO DOS SERTÕES

O interior do Estado da Paraíba foi ocupado seguindo diversas direções, desenvolvidas em período distintos, seguindo os parâmetros políticos, econômicos e sociais de cada época através das intencionalidades dos fluxos de ocupação (como pode ser visto no mapa 1). A ocupação do Cariri paraibano, assim como parte do Agreste e do Sertão paraibano, só ocorre entre os séculos XVII e XVIII, em grande parte associado ao processo de expansão da pecuária, no caso do Cariri, um dos principais agentes deste processo de interiorização foi a família Oliveira Ledo (MELO & RODRIGUEZ, 2003).

O processo de ocupação deste território não se constrói de modo simples, ocorre através de uma série de confrontações, gerando um massacre generalizado de povos

indígenas. Segundo Almeida (1978), tais conflitos foram fomentados pelo próprio governo, fazia parte do projeto de ocupação, também entendido enquanto um processo de limpeza destas terras, se materializando no extermínio integral de comunidades de povos originários.

Mapa 3: Representação dos fluxos de ocupação da Paraíba entre os séculos XV e XVIII.



Fonte: Melo; Rodriguez, 2003. Elaborado por: COSTA, Gustavo.

Com base no próprio processo de ocupação e suas derivações, fica evidente as estratégias de uso do território no interior nordestino, gerando rugosidades presentes até os dias atuais na dinâmica socioespacial destas localidades: a presença das famílias como instituições de regulação e domínio do território e a lógica de extermínio de uma organização socioespacial existente para que haja qualquer possibilidade de progresso e desenvolvimento futuro.

De acordo com Mello (2002), a ocupação do interior do território paraibano se deu através da parceria entre a família Oliveira Ledo, com vasta experiência no tráfico de escravos e madeira e, bandeirantes como o paulista Domingos Jorge Velho. Esta parceria tinha como estratégia de ocupação o tripé que estabelecia uma associação entre: extermínio indígena (em alguns casos, escravização indígena), expansão da pecuária e criação de currais, capelas e pequenos aglomerados.

Ainda segundo o autor, a resistência indígena, demonstrada em uma série de conflitos ocorridos entre o fim do século XVII e o início do século XVIII conhecida como a Guerra dos Bárbaros ou Confederação Cariri. Segundo Mello (2012), este conjunto de eventos podem ser divididos em três etapas, a primeira ocorre no estado do Rio Grande do Norte e, a segunda e terceira ocorrem no território paraibano, iniciando na divisa entre Paraíba e Rio Grande do Norte, aproximando-se do Ceará, e findando no Sul do estado, onde hoje corresponde a região do Cariri paraibano, próximo à divisa com o estado de Pernambuco.

Devido ao massacre da população originária, a formação do território paraibano teve menor influência do conhecimento indígena, o que dificultou o processo de ambientação na região, especialmente, em decorrência das condições físico climáticas da localidade. Com a expulsão das populações indígenas, o processo de formação socioespacial constitui marca a formação de latifúndios. No caso do Cariri Paraibano, só a família Oliveira Ledo chegou a possuir mais de cinquenta léguas de terra. Até que em 1697 o tamanho das sesmarias passa a ter restrições, reduzindo o tamanho destas propriedades, o limite máximo passou a ser de três léguas de comprimento e uma de largura, sendo hoje equivalente a onze mil hectares de terra.

A ideia de que a abundância de terras no interior possibilitaria uma certa democratização no acesso a propriedade fundiária se demonstrou uma falácia, observa-se o fato de longas faixas de terras estarem desocupadas, após os consecutivos massacres, contribuiu para concentração de terras de modo inimaginável.

Os grandes monopólios fundiários também agravaram o distanciamento entre as classes, só podendo ser entendida como “democrática” se comparada ao processo de ocupação do litoral e da zona da mata paraibana que, organizada a partir dos senhores de engenho, apresentou capacidades ainda maiores e mais perversas de estratificação social e autoritarismo (MELLO, 2012).

Neste contexto, o território paraibano passa a dividir-se em eixos produtivos gerais. A faixa litorânea, Zona da Mata e Brejo caracterizadas pela produção de cana-de-açúcar, estruturada na mão-de-obra escrava e o Sertão, marcado pela produção pecuária, em especial, a bovinocultura, em sua maior parte, organizavam-se a partir de um sistema mais flexível, do qual os sujeitos (vaqueiros) não eram tidos como escravos, mas tinham suas liberdades individuais reduzidas.

A pecuária se expande no Nordeste brasileiro, de modo predominante, associada aos engenhos de cana-de-açúcar no litoral e, posteriormente, no Brejo. Em suma, de acordo com Moreira e Targino (1997), o gado servia como fonte de energia para o funcionamento dos moinhos e para o transporte dos bens. Na maior parte dos casos, estes animais eram combinados em pares de dois ou quatro bovinos que puxavam carroças, popularmente conhecidas como “carros de boi”, tornando-se mercadorias tão valorizadas quanto os escravos.

Assim sendo, a reprodução destes animais passou a interessar os grandes fazendeiros e senhores de engenho. No entanto, devido ao modo de criação destes animais e as técnicas disponíveis, que dependiam de vastas áreas de terra, constituindo-se como um problema para a produção de cana-de-açúcar, uma vez que estas atividades se expandiam rapidamente e cada vez mais disputava terras com a bovinocultura.

Em paralelo a estes conflitos, no fim do século XVII, já interessava ao governo de Portugal e de suas representações no território brasileiro, um redirecionamento das estratégias geopolíticas, a ocupação do vasto interior, uma vez que a Espanha já se instalava com sucesso na margem Oeste do continente. Assim como outras economias que se interessavam pela exploração das américas, a exemplo da Holanda e França. Desse modo, foi incentivado a criação de bovinos no interior como forma de fomentar o processo de ocupação.

Uma das principais demonstrações dos interesses imperiais com o processo de interiorização foi a Carta Régia de 1701, na qual proibiu a criação de gado a menos de dez léguas do litoral costeiro, assim, forçando o adentramento rumo ao interior do

território. Segundo Pereira (2008), a Carta Régia de 1701 se constituiu como um importante instrumento na ocupação dos Sertões, a partir dela diversos movimentos de adentramento foram executados junto a bandeirantes com experiências em outras regiões brasileiras.

Ainda segundo Pereira (2008), ainda no século XVIII o Sertão nordestino, especialmente, o Sertão baiano era auto-suficiente, ao contrário do litoral e de parte da zona da mata que, ocupada predominantemente pela monocultura da cana-de-açúcar, por sua vez, detinham uma economia direcionada a exportação.

Desde o início da ocupação do interior, em virtude dos inúmeros obstáculos impostos a mobilidade espacial, a produção nessa região se caracterizou pela policultura agrícola e pecuária.

No Sertão, a produção se caracteriza pelo cultivo de culturas alimentares básicas como milho, feijão e mandioca. Algumas outras culturas, gradativamente, foram se desenvolvendo de acordo com as demandas do mercado, chamadas de culturas comerciais, a exemplo do algodão e da cana-de-açúcar, do mesmo modo com a criação de gado, estabelecendo uma dinâmica comercial local/regional, direcionando e articulando fluxos de capital na região.

Com a chegada do gado no Brasil (inicialmente uma mercadoria rara e de alto valor), só se popularizando nos séculos XIX e XX. Para melhor manejo com o gado também são importados os primeiros equinos, gerando uma dinâmica econômica específica entorno da pecuária, do comércio de carnes e do couro, assim como é descrito que:

Só com a agricultura a colonização não teria penetrado o interior, e é por isso que até o século XVII os portugueses continuavam a “aranhar o Litoral como caranguejos”. São a mineração e a pecuária que tornaram possível e provocaram o avanço; a primeira por motivos óbvios: o valor considerável do ouro e diamantes, em pequenos volume e peso, anulam o problema do transporte. A segunda, para empregar a pitoresca fórmula do mesmo autor que acabei de citar acima (Roteiro do Maranhão, p. 107) “porque os gados não necessitam de quem os carregue, eles são os que sentem nas longas marchas todo o peso dos seus corpos”. (PRADO JR, 2011, p. 139)

O autor citado evidencia o modo como a pecuária, especialmente, no Nordeste e a mineração, no Centro-oeste do país contribuíram para o processo de ocupação e consolidação portuguesa no interior. Segundo Moreira e Targino (1997), a partir da

pecuária a ocupação do Sertões começou a alcançar êxito, saindo de Salvador com destino ao Norte, cortando os estados de Pernambuco e Paraíba, formando os principais núcleos de ocupação.

A pecuária teve uma posição central no referido processo, já que o gado detinha uma série de funções, era um bem de troca com relativa mobilidade, além de ser alimento e instrumento de trabalho, tendo no couro um importante elemento para dinamização econômica a partir da fabricação de bens comerciais e instrumentos de trabalho.

Como fica conhecida nas palavras do historiador Capristano de Abreu (1942), o Sertão nordestino viveu “a civilização do couro”, uma vez que bens derivados da pecuária estavam presentes na execução da maior parte das atividades essenciais, como a vestimenta, cordas e instrumentos de trabalho, além do papel da tração animal na execução de múltiplas atividades cotidianas como observa o historiador Capristano de Abreu:

De couro era a porta das cabanas; rude leito aplicado ao chão, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a mala para guardar a roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de facas, as brocas e os surrões, a roupa para montar no mato, os banguês para curtumes ou para apanhar sal; para os açudes o material de aterro era levado em couros por juntas de bois, que calcavam a terra com o seu peso; em couro pisava tabaco para o nariz. (ABREU apud Andrade, 1973, p. 183)

A pecuária atribui ao Sertão nordestino uma função regional, não apenas dinamizando as relações sociais e econômicas da região, mas caracterizando a cultura local. Historicamente, o sujeito do Sertão (rural), em sua maioria, personificado na figura do vaqueiro, se consolida enquanto sujeito social a partir da sua interação com o gado, seja em festividades “esportivas” como a vaquejada ou formas de trabalho camponesas como a Pega-de-boi. Estes “esportes” nacionais se constituem como atividades pertencentes ao ofício dos manejadores de bovinos, no entanto, atualmente, estas atividades se tornaram grandes festividades apropriadas pela dinâmica capitalista.

Assim como aponta Andrade (1973), desde o início do processo de interiorização do território brasileiro a pecuária teve significativa relevância. Contudo, ela se devolve em associação com outras atividades produtivas, em especial, a agricultura. Nos Sertões do Nordeste brasileiro, a agricultura surge como uma atividade de subsistência. Os sítios, unidades administrativas que legitimavam a ocupação das sesmarias e de territórios

ocupados no Sertão, eram compostos por currais (utilizados no manejo com o gado), casas de pau-a-pique e pequenas plantações.

Na tentativa de evitar invasões de caprinos e ovinos, tal como de outras espécies, estas plantações eram cercadas por paredes de pedras que, em seu topo, eram complementadas por um segundo cercamento feito com varas e espinhos, impedido invasões. Nesses locais, chamados de travessões, eram plantadas poucas espécies como feijão, milho, fava e melancia. Algumas outras culturas, como batata e macaxeira eram cultivadas em ambientes úmidos como nas margens dos rios ou no próprio leito do rio em períodos de estiagem (ANDRADE, 1973).

Conforme aponta Silva (2006), a partir da segunda metade do século XVIII, em virtude dos progressos industriais, em especial, na Europa. A demanda por algodão, até então produzidos apenas para a fabricação artesanal de roupas e tecidos na região, reconfigura a produção agrícola no Sertão, sendo produzida separada ou associada as culturas alimentares tradicionais como milho e feijão, servindo como atividades complementares a pecuária. Desse modo:

[...] a agricultura estabeleceu uma relação de complementaridade com a pecuária, o que é muito importante, vez que durante o período de seca, quando os rebanhos têm acesso aos restolhos, sua alimentação no pasto fica mais rica em nutrientes do que a existente na caatinga, por ser esta incapaz de suprir as necessidades dos animais nesse período de instabilidade climática. (SILVA, 2006, p. 83)

Assim, além do restolho, produtores sertanejos também cultivam espécies exógenas como palma e algumas e variações de capim, indispensáveis para a alimentação do gado durante a estiagem, estação do ano que, historicamente, marca a resistência dos homens e das mulheres no Sertão, sendo fundamental a associação entre agricultura e pecuária para a sobrevivência das criações e da própria população local.

A partir de suas múltiplas especificidades, a economia sertaneja se forma, consolidando uma organização socioespacial e uma identidade própria, alicerçada no modo de vida do homem no semiárido. Irremediavelmente, o modo de vida sertanejo é fortemente marcado pela pecuária que, por sua vez, atribui especificidades e funções regionais próprias. Assim, de acordo com Andrade (1973):

[...] foi a pecuária quem conquistou para o Nordeste a maior porção de sua área territorial. Complementou a área úmida agrícola com uma atividade econômica indispensável ao desenvolvimento da agro-indústria do açúcar e ao abastecimento das cidades nascentes. Carregou para o Sertão os excedentes de população nos períodos de estagnação

da indústria açucareira e aproveitou a energia e a capacidade de trabalho daqueles que, por suas condições econômicas e psicológicas, não puderam integrar-se na famosa civilização da “casa-grande” e da “senzala”. Permitiu, assim, a formação daquilo que Djacir Meneses chamou de “O outro Nordeste”, do Nordeste das caatingas e do gado, que a um só tempo se opõe e complementa, o Nordeste do massapê e da cana-de-açúcar. (ANDRADE, 1973, p. 188)

Portanto, apesar de encontrar-se inserida no Nordeste brasileiro, o Sertão se distingue da dinâmica social e política da zona da mata e do litoral, majoritariamente, ocupado pela produção canavieira, sustentada pela mão-de-obra escrava. Todavia, assim como aponta Formiga (2014), não podemos ocorrer no erro de pensar que organização social e política no Sertão foi democrática e pacífica, as relações de poder na região apenas adquiriram características particulares, porém, as oligarquias alicerçadas na propriedade da terra permaneceram.

1.2 DO CARIRI PARAIBANO AO MUNICÍPIO DE SUMÉ

A família Oliveira Ledo, através de Antônio de Oliveira Ledo é considerada a primeira família a se instalar no semiárido paraibano, responsáveis pela fundação do primeiro núcleo colonial nos Cariris velhos, o Arraial de Boqueirão, hoje correspondente a cidade de Cabaceiras. O processo de adentramento perpassa pela serra do Cornóio e aos poucos passa a ocupar áreas que hoje correspondem ao município de São João do Cariri, que em 1750 se consolida como Freguesia de Nossa Senhora dos milagres, fundada pelos Jesuítas e, elevada à categoria de Vila Real em 1798 com a denominação de Vila de São Pedro, portanto, entre os séculos XVIII e XX, a localidade se destacou como o principal núcleo de povoamento do Cariri paraibano.

Silva (2006) destaca o papel da Igreja no processo de pacificação e aldeamento dos povos nativos neste período. A prática da evangelização, componente central da estratégia de dominação portuguesa, contribuiu para que os indígenas se “conscientizassem” sobre a organização social e política portuguesa, respeitando suas hierarquias e aos poucos se submetendo a lógica de reprodução social lusitana.

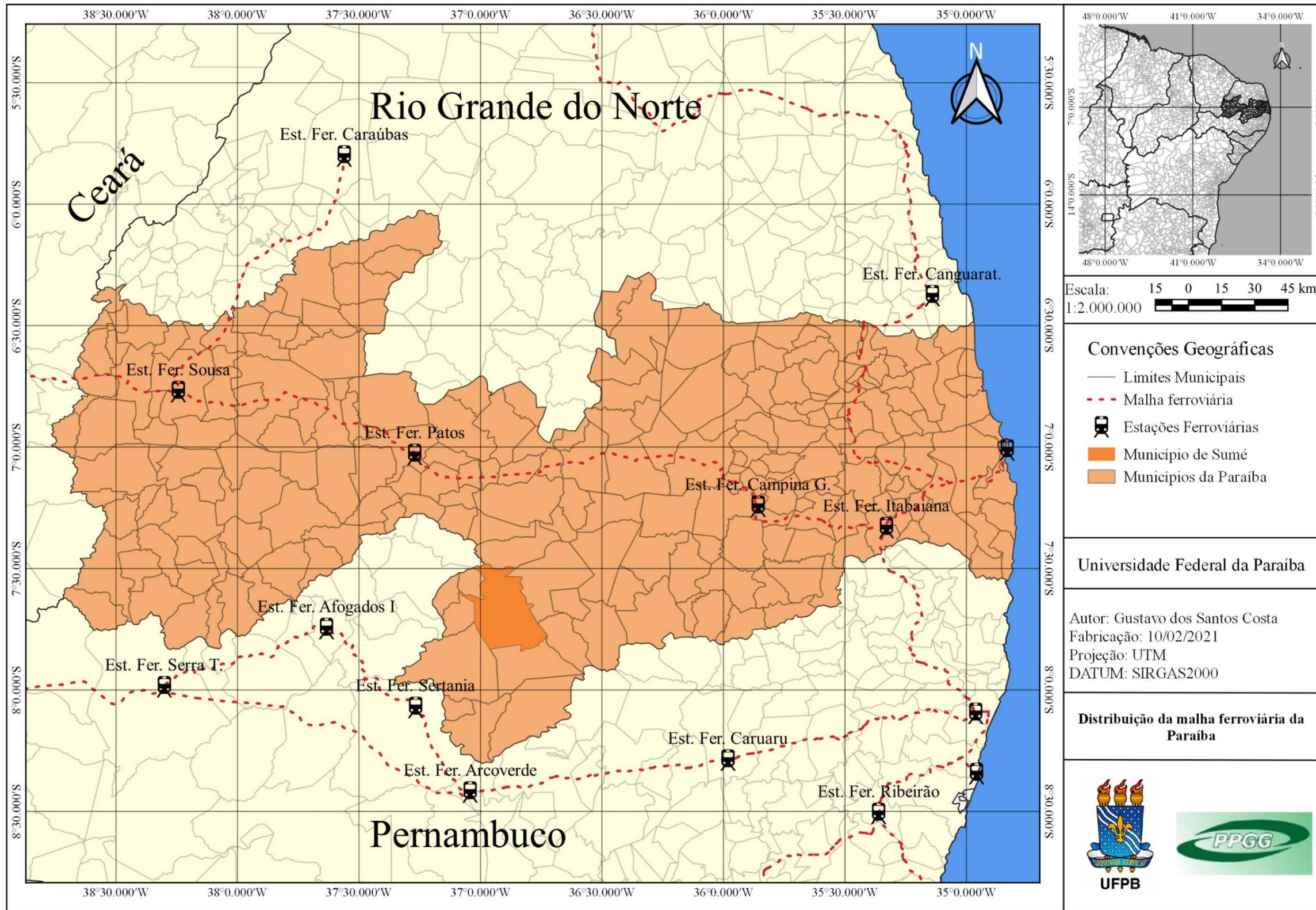
As atividades desenvolvidas pela igreja foram de extrema importância para expansão da pecuária e para a consolidação das grandes propriedades de terra, uma vez que os nativos sobreviventes dos conflitos decorrentes do processo de adentramento são integrados a organização social dos colonizadores, a propriedade privada passa a ser respeitada e só assim, é possível a reprodução social e econômica.

O aldeamento dos povos nativos, gerado pelas práticas de catequização da igreja católica, se constitui com a célula inicial para o surgimento de vilas e pequenos aglomerados na região. Segundo Silva (2006), a economia local, alicerçada na pecuária, em especial a bovinocultura, a partir do consumo dos pastos naturais, demandava grandes extensões de terra. Neste sentido, as fazendas formaram-se com grandes dimensões, expulsando populações do campo e concentrando-as em pequenos aglomerados.

Segundo Barbosa et al. (2017), no Brasil e, especialmente, no semiárido nordestino, a igreja católica exerceu grande influência no processo de aldeamento e formação das vilas e cidades. A atuação da igreja no Sertão nordestino seu deu, até o início da segunda metade do século, em parceria com os agentes produtores do espaço locais, como a elite agrária e os grupos políticos.

Desse modo, tendo direitos sobre a propriedade da terra e defendendo os interesses hegemônicos locais, a Igreja se consolida como um aparelho ligado ao poder do hegemônico, no entanto, ao longo do século XX, novos conflitos políticos e ideológicos separam estas instâncias, reduzindo, de modo gradativo, a centralidade das instituições católicas no jogo político local, em virtude do surgimento de novos agentes, como a ampliação da malha ferroviária paraibana (como pode ser visto no mapa 4).

Mapa 4: Distribuição da malha ferroviária da Paraíba



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado por: Gustavo Costa

No início do século XX, o atual município de Sumé era um distrito do Município de Alagoa do Monteiro, desmembrado de São João do Cariri em 1872, pela Lei nº 457 de junho de 1872. O município de Monteiro faz fronteira com o estado de Pernambuco, constituindo-se como um polo de encontro de comerciantes e produtores de ambos os estados, Pernambuco e Paraíba. Deste modo, conseguindo desenvolver uma economia diversificada, considerando o contexto histórico e geográfico da época, fazendo frente aos interesses de São João do Cariri.

Segundo o IBGE (1959), desde a divisão administrativa do Brasil de 1911, o município de Alagoa do Monteiro era constituído por quatro núcleos de povoamento, a sede do município, Distrito de São Sebastião do Umbuzeiro, Distrito de Camalaú e de São Tomé. Já a divisão administrativa do Brasil de 1936 e 1937, o referido município apresentava seis distritos: a sede municipal, Distrito de Camalaú, Distrito da Prata, Distrito de São João do Tigre, Distrito de São Sebastião do Umbuzeiro e de São Tomé. Estes pequenos distritos se constituíam em pequenos núcleos de aglomeração com fortes características rurais, mas que aos poucos aumentavam sua demografia e complexificavam sua organização socioespacial.

Ainda de acordo com IBGE (1959), a economia do Município de Monteiro na primeira metade do século XX, incluindo seus respectivos distritos, estruturava-se entorno da pecuária e agricultura, a pecuária era marcada pela bovinocultura e as culturas agrícolas cultivadas eram: algodão arbóreo e sisal, além de cereais como milho e feijão.

Citando os levantamentos do IBGE (1959), ao fim da década de 1940, o comércio local de Monteiro era composto por: “3 estabelecimentos atacadistas e 68 varejistas, sendo o mais importante centro comercial da Zona Fisiográfica do Cariri, depois de Campina Grande.” A respeito do setor de processamento dos bens naturais:

Assume destaque na economia local especialmente o beneficiamento do algodão, da agave (sisal) e do caroá, representando os três cerca de 66,42% do valor da produção industrial da comunidade. Merece destaque, ainda, a indústria de transformação, principalmente, a de óleo de caroço de algodão. (IBGE, 1959, p. 316)

Cabe mencionar que tais dados se tratavam do município de Monteiro quando este ainda detinha sua formação territorial primária, incluindo todos os distritos mencionados anteriormente. Neste sentido, com exceção do setor de comércio, a

economia descrita se trata não só do que hoje corresponde ao município de Monteiro, mas também de seus distritos, assim, possibilitando uma melhor compreensão da dinâmica destas pequenas economias.

Em 1943, ainda sob a categoria de Vila, o Distrito de São Tomé muda de nome, passando a se chamar Sumé, em virtude do decreto-lei nº 520, no qual altera a denominação dos municípios brasileiros, substituindo por nomes de matriz indígena.

Grande parte dos municípios paraibanos tiveram seus nomes alterados, gerando inquietações e, em muitos casos, recorrendo judicialmente e desfazendo a alteração. No caso de Sumé, houve uma porção significativa da população que, por motivos religiosos, não gostaram da alteração, no entanto, desde início da ocupação portuguesas, os jesuítas faziam correlações entre a divindade Sumé e Santo Católico São Tomé, alguns chegavam a crer que se tratava da mesma entidade, apenas com interpretações um pouco distintas.

Esta correlação entre São Tomé e Sumé, contribuiu para a aceitação popular, já pressionada pela existência de outros municípios com o mesmo nome no Brasil. Nesse sentido, mudar o nome já era um impulso para conquista da emancipação, alcançada no início da década seguinte, em 1951.

Conforme dados com IBGE (1959), no censo de 1950, o município de Monteiro tinha uma população total de 53.636 habitantes. No entanto, só o distrito de Sumé tinha uma população de 9.262 habitantes, aproximadamente 18% da população do maior município do Cariri, o mesmo era a 6ª maior economia do estado. Todavia, em virtude dos dois surtos emancipatórios que aconteceram na Paraíba durante a segunda metade do século, os principais distritos de Monteiro vão aos poucos se desmembrando, havendo melhor redistribuição dos recursos administrativos e possibilitando melhores índices de qualidade de vida a partir da criação de núcleos menores, facilitando o planejamento e a gestão da aplicação dos recursos.

Segundo Mattos et. al. (2020), o desenvolvimento da produção de algodão, associada a pecuária e as culturas alimentares tradicionais, entre a metade do século XVIII até as últimas décadas do século XX, o interior da Paraíba se reconfigura entorno da distribuição e comercialização do algodão, em grande parte, escoado para o exterior, e também beneficiado pela indústria têxtil nacional.

Assim sendo, é importante compreender que o processo produtivo do algodão, tanto quanto de qualquer outro bem, se estrutura em rede, conectando produtores, distribuidores, comerciantes, até chegar no destino final, o consumidor final.

No interior deste processo, diversos espaços distintos são inclusos, cada qual com sua função dentro do movimento produtivo, desde as unidades produtivas, pequenas, médias e grandes propriedades rurais do interior nordestino, passando pelos polos de processamento e descaroçamento do algodão, até os centros regionais de distribuição.

Diante disto, o processo produtivo entorno da cultura algodoeira representou significativas reconfigurações da base material do território. Todavia, estas transformações se distribuíram de modo desigual no espaço. A criação da malha ferroviária no Sertão Nordeste, em sua maior parte desenvolvida pela companhia inglesa Great Western (analisada mais adiante), para dar suporte ao escoamento do algodão, formaram eixos dinamizadores ao longo de todo o comprimento das ferrovias, especialmente, entorno das estações, contribuindo para formação de centros regionais de distribuição e comercialização como Campina Grande na Paraíba e Caruaru, em Pernambuco.

Por outro lado, nas pequenas cidades, onde em sua maioria, dependiam da produção do algodão, poucas transformações da infraestrutura foram realizadas, apesar de intensa transformações na paisagem, poucos recursos materiais foram implantados. Esta contradição se dá pelo fato de que a produção algodoeira provocou extensos desmatamentos para ampliação da área de cultivo, resultante do aumento da demanda deste produto no mercado nacional e internacional. Contudo, esta produção executada de modo precário, baixos investimentos e muita mão-de-obra, somada ao uso de técnicas ultrapassadas (MATOS et. al. 2020).

Em virtude hierarquia do sistema produtivo do chamado “ouro branco do Nordeste”, as unidades produtivas, por sua vez, ficavam com a menor parte dos lucros, circulando poucos capitais nestes municípios, o que gerava baixos efeitos multiplicadores ao passo que se concentravam a maior parte dos danos. Em paralelo, os maiores centros, onde residiam comerciantes e grandes negociadores de algodão, os lucros se concentravam, gerando o surgimento de diversas novas atividades econômicas, o que favoreceu o crescimento econômico e a complexificação da divisão do trabalho.

De acordo com Siqueira (2002), entre a segunda metade do século XIX até a primeira metade do século, período de maior expansão da malha ferroviária do Nordeste, pode ser analisado em três fases: a primeira trata-se do processo inicial de instalação entre 1855 e 1872, nas quais, as estradas de ferro pertenciam a investidores ingleses. Entre 1873 e 1900, ocorre a segunda fase de desenvolvimento da malha ferroviária, período no qual

teve aumento significativo do número de companhias ferroviárias, inserindo a malha ferroviária no Sertão nordestino. Por sua vez, a terceira e última fase, iniciada em 1901, se caracterizou tomada de posse e centralização dessas companhias pela União, mais tarde resultando no arrendamento para três grandes companhias.

Uma dessas companhias foi a Great Western of Brazil Railway, uma companhia ferroviária inglesa que gerenciou a malha ferroviária dos estados de Pernambuco e Paraíba na primeira metade do século XX. A expansão da malha ferroviária neste período se concretiza, especialmente, em virtude da valorização do algodão, assim como seu declínio, que se inicia em paralelo com a desvalorização e o declínio do algodão (SIQUEIRA, 2002).

Conforme Siqueira (2002), o ciclo do algodão demandou um conjunto de próteses espaciais que auxiliaram na logística da mercadoria, buscando tornar a produção sertaneja mais competitiva. Esta reconfiguração do arranjo espacial, caracterizada pela expansão da malha ferroviária, desenvolvendo centros regionais de distribuição e especializando a produção agrícola no interior do território paraibano, possibilitou maior inserção desta região no capitalismo moderno.

Ao longo da primeira metade do século, o Cariri paraibano se destaca pela produção de algodão e culturas alimentares básicas, como feijão e milho, além da pecuária, atividade sempre desenvolvidas em consórcio com a policultura. É relevante salientar que o gado era também um bem que garantia aos produtores o mínimo de estabilidade financeira, uma vez que moedas eram escassas e o gado e a terra se constituíam como “reservas financeiras”, em particular, para amortizar os impactos em períodos emergenciais, como os períodos de estiagem.

O sucesso da produção consociada do algodão, expressiva em grandes propriedades de terra, favoreceu o fortalecimento da elite agrária sertaneja que, por sua vez, se articulava entre si e comandavam os direcionamentos das políticas no estado e, principalmente, nos pequenos municípios. Segundo Villa (2000), a elite agrária sertaneja interveio de modo direto na distribuição das obras públicas realizadas pela Inspeção de Obras Contra a Seca (IOCS) e, posteriormente, pela Inspeção Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS).

A estruturação de grupos políticos e econômicos do Nordeste por meio das políticas de combate aos efeitos da seca, na qual será discutida mais adiante, foram alvos do debate econômico dos anos 1950, por autores renomados como Celso Furtado e Josué

de Castro. Sendo o primeiro, o principal economista e pensador que nesse período reformula tais políticas por meios de relatórios do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e pela sua participação no Governo de Juscelino Kubitschek, no entanto, a maior porção de suas ideias nunca saíram do papel.

De acordo com Bezerra (2015), a elite política paraibana, teve papel central no processo de emancipação política dos municípios do estado, havendo diversos conflitos em virtude das contradições que ordenavam a política territorial. Enquanto que os grupos preocupados com o processo de industrialização e de desenvolvimento modernizador da economia estadual, defendiam a criação de novos municípios no interior, os grupos ligados a elite agrária, já consolidada, não se interessavam pelo aumento do número de municípios, acreditavam que tais desmembramentos afetariam suas relações políticas e desarticulariam seus respectivos currais eleitorais, o que dificultava a formação de movimentos em prol da emancipação destes.

O caso da emancipação política de Sumé, salvo algumas peculiaridades, muito se assemelha ao diagnóstico geral, já que durante toda a primeira década do século XX, o distrito de São Tomé estava subordinado a elite política do município de Monteiro, ligada a produção de algodão e a pecuária. Tais grupos políticos possuíam uma relação muito vantajosa com o território, uma vez que quanto maior a extensão territorial do município e, por consequência, sua demografia, mais recursos eram direcionados a estas prefeituras, assim assegurando, em outras palavras, mais poder e influência para essas regiões.

Nesse sentido, a emancipação política representou resistência diante das relações institucionais locais, apesar disso, de modo dialético, ao passo que o desmembramento progredia, uma nova elite política surgia. O processo emancipatório de nada interferiu nos elementos que estruturam a desigualdade no semiárido, na verdade, ela apenas acelerou um movimento que já se apresentava, o deslocamento da população camponesa para as pequenas cidades, entendendo que a cidade era a forma espacial do futuro em um contexto que diversos bens, como o algodão e o couro, passavam por desvalorização no campo.

Este período, apresenta-se de extrema importância para compreensão da atual configuração econômica do município e dos processos em desenvolvimento. Neste sentido, é fundamental considerar a relação sociedade-natureza, em especial, numa região em que o processo de ocupação se deu de modo genocida, estrangulando e explorando os

povos originários, apropriando-se dos seus recursos naturais sem, de fato, conhecê-los, subutilizando e degradando suas potencialidades. Assim, exclusão social e a negação aos meios naturais indispensáveis a vida se constituem como a base do processo de reprodução do capital no semiárido nordestino.

A divisão regional do Brasil, assim como a de suas sub-regiões, só foi realizada no território nacional a partir do final do século XIX, quando o reconhecimento territorial passa a ser uma demanda cada vez mais frequente do Estado para sua própria manutenção. Neste contexto, associado a uma demanda geopolítica, as primeiras tentativas de regionalização se dão a partir da concepção de território e região advinda da escola alemã de geografia, tendo com uma de suas principais representações Frederick Ratzel.

Para este geógrafo, o território (solo) deve ser compreendido a partir de seus recursos naturais, aspectos físicos-naturais, uma vez que é através destes recursos que a economia de uma nação se estrutura, assim, quanto mais recursos uma nação concentra, mais possibilidades de dinamização e desenvolvimento econômico.

Assim, é através dos aspectos físicos-naturais que o interior Nordeste passa a ser compreendido, majoritariamente, generalizado e confundido, por consequência mal gerido. Seria errôneo identificar os problemas da regionalização brasileira como resultantes apenas dos enfoques adotados, cabe ressaltar que as expedições de reconhecimento territorial ao longo dos séculos XIX e XX seguiram interesses políticos das elites regionais, tendo pouca interferência na redistribuição de recursos e no planejamento para a região.

O fato é que localidades densamente diversificadas e repletas de riquezas culturais foram reduzidas aos seus aspectos físicos, esta perspectiva contribui para uma construção da imagem do Nordeste incoerente com sua realidade, ressaltando estereótipos, marginalizando a região dentro do debate nacional e consolidando as elites locais.

Uma das principais demonstrações deste enfoque na geografia brasileira, construiu-se através do conceito de “zonas fisiográficas”, cunhada pelo geógrafo Fábio Macedo Soares Guimarães (1942), na época presidente da seção de estudos geográficos do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE). Em um de seus textos mais conhecidos “Divisão Regional do Brasil” de 1942, o autor faz uma discussão sobre a necessidade de um padrão único de região, sendo este definido pelas determinações da realidade,

absolutamente, correspondido pelos aspectos naturais, visíveis nas paisagens e implícitos nas relações sociais e na organização regional do espaço. Neste sentido, segundo o autor:

[...] conclui-se que a divisão regional mais adequada, mesmo do ponto de vista prático, é a que mais se aproximar das realidades geográficas; ou, em outras palavras, tais regiões devem assemelhar-se o mais possível às “regiões naturais”. Cabe assim ao geógrafo fornecer a base para a solução do problema prático, resolvendo previamente o teórico, do ponto de vista científico, com o estabelecimento duma divisão em “regiões naturais”. Com tal base, estará apto o administrador a encontrar a melhor solução prática, modificando convenientemente, de acordo com as necessidades administrativas, a divisão que lhe é apresentada pelo geógrafo. (GUIMARÃES, 1942, p. 5)

A aceitação desta tese na comunidade acadêmica, resultando na divisão oficial do território brasileiro de 1942, revela a concepção predominante do conceito de região no referido período. Também cabe destacar que o autor tem forte influência da geografia francesa, em especial, de autores clássicos como Jean Brunhes e Vidal de La Blache, expressas em sua forma de compreender a relação entre sociedade e natureza, buscando entender a formação social do Brasil e sua diversidade a partir da diversidade físico-natural, avaliando o modo como estas instancias interagem.

Segundo Moreira (1989), até a década de 1960 a maior parte das regionalizações no Brasil tinham como princípio os aspectos naturais, como clima, vegetação e distribuição dos solos. No entanto, antes de serem descartados, estas delimitações serviram de base para pensar a relação sociedade e natureza e a partir dela delimitar as regiões geográficas, neste caso, a Paraíba.

O território paraibano, desde as primeiras regionalizações, em sua maioria, florísticas, identificavam uma área com forte semelhança aos ambientes áridos e densa predominância de solos com pouca profundidade e vegetação rarefeita. De acordo com Moreira (1989), já em 1892 Irineu Joffily já identificava esta porção do estado como o Cariri, em virtude dos povos nativos. Ao longo do século XX, novos estudos são realizados, de modo específico, para aqueles que correlacionam sociedade e natureza a partir da compreensão dos espaços agrários que, por sua vez, era a principal forma de uso do espaço.

Por influência das características físico-climáticas do Sertão Nordestino, segundo a classificação climática de Köppen o clima da região dos Cariris Velhos é, predominantemente, Bhs (semiárido quente), com altas temperaturas durante todo ano e

com baixas médias pluviométricas, chuvas mal distribuídas, concentradas em alguns meses do ano. Segundo Souza (2008):

Os elementos comuns do conjunto de paisagens existentes nos Cariris Velhos são os baixos índices pluviométricos, as temperaturas médias elevadas (cerca de 27°C), os déficits hídricos acentuados, a caatinga hiperxerófila, as limitações edáficas (solos rasos e, em muitos casos, com altos teores de salinidade), cidades pequenas e baixa densidade demográfica. (SOUZA, 2008, p. 45)

Como cita ainda Souza (2008), apesar das microrregiões que compõe a zona fisiográfica dos Cariris Velhos possuírem características em comum, as mesmas possuem perfis um pouco distintos, tanto socioeconômicos quanto físico-climáticos. Conforme descreve o autor:

[...] de forma geral, o Cariri Oriental apresenta médias pluviométricas mais baixas (400 a 500mm/ano), relevo com topografia suave ondulada a ondulada e uma economia predominantemente pastoril, onde se destaca a criação de caprinos. Já o Cariri Ocidental registra médias pluviométricas um pouco maiores (500 a 600mm/ano), relevo com declividade mais acentuada e uma economia mais dinâmica, tanto na pecuária como na agricultura. (SOUZA, 2008, p. 47)

Diante de distinções pouco significativas, cabe ressaltar o processo histórico de uso do solo e do sistema de produção local/regional, do qual, até o início da segunda década do século passado apresentava raras distinções, portanto, a análise histórica até 1950 é feita considerando toda a zona dos Cariris Velhos. Todavia, após esta década os usos destes territórios apresentaram direcionamentos distintos em virtude das políticas públicas realizadas, especialmente, através da construção dos reservatórios hídricos, importantes eixos dinamizadores economia regional.

Segundo Mello (2012), em 1950, os Cariris Velhos já se constituíam como a porção do território estadual mais extensa e menos populosa da Paraíba, até então, estes aspectos eram justificados em virtude das características climáticas da localidade, não reconhecendo as barbaridades da formação socioespacial local, assim como ignora o papel de subordinação que a região teve dentro da dinâmica econômica paraibana.

A respeito do caso do município de Sumé no conjunto de processos socioespaciais que se desenrolaram ao longo dos séculos XIX e XX, a localidade só passa a se destacar a partir da década de 1960, em virtude das obras realizadas pelo DENOCS. Antes da construção do Perímetro Irrigado de Sumé (PIS), a localidade se assemelhava

aos demais distritos que pertenciam ao município de Monteiro, uma economia organizada entorno da pecuária e do algodão, mas que tinha a localização geográfica como um importante atributo, especialmente, para a realização de encontros e negócios, em sua maioria, realizados no dia da feira livre municipal.

O algodão, até a década de 1950, foi a principal cultura agrícola comercial de Sumé que, até 1951, pertencia ao município de Monteiro, emancipado em 1872. Porém já nas primeiras décadas do século XX concentrava parte significativa da economia municipal de Monteiro, mesmo tendo grandes carências no abastecimento hídrico. Decorrente de articulações locais realizadas por fazendeiros, comerciantes e a comunidade estudantil durante a campanha eleitoral de 1950, tendo como um dos principais articuladores o farmacêutico natural de Campina Grande, José Farias, no qual declarou apoio ao candidato a Governador da Paraíba pelo Partido Liberal (PL), José Américo de Almeida, uma vez que o mesmo se comprometeu em defender a emancipação municipal, representando os interesses da localidade (SÍLVA, 2011).

José Américo é eleito em 1950, e, no ano seguinte, consolidou sua promessa de campanha, possibilitando a emancipação da localidade. Concretizado o processo de emancipação e autonomia política, o município ainda muito carente de infraestrutura básica e com a maior parte da população em situação de vulnerabilidade social e pobreza, passou a ter autonomia sobre seus recursos orçamentários. Neste cenário, projetos básicos de infraestrutura passaram a ser executados.

Segundo Silva (2011), após a emancipação política do município, a primeira eleição foi indireta, sendo eleito o primeiro prefeito de Sumé, o Sumeense Ireneu Severo que, apoiado por José Farias, seu sucessor de 1953, se comprometeu em dirigir o primeiro projeto de lei do município. Neste projeto, eram destacadas políticas básicas de infraestrutura, em outras palavras, tratou-se de um projeto de formatação urbanística da cidade, já que a vila se desenvolveu de modo orgânico, reproduzindo diversas formas típicas da organização socioespacial rural e que no espaço urbano poderiam representar problemas futuros, como a criação de animais, o desenvolvimento disperso do comércio urbano e a expansão não planejada (e inadequada) da construção civil.

Este conjunto de obras públicas tiveram como base preocupações de urbanísticas de cunho higienistas, discriminando áreas residenciais das áreas de prostíbulo, os currais e de áreas de produção agrícola e pecuária do meio urbano, assim como o calçamento e alargamento de ruas, construção do primeiro mercado público município ao lado da

prefeitura municipal, com o objetivo de promover a criação de centro comercial e de serviços dinâmico, capaz de gradativamente ampliar o terceiro setor.

De acordo com Silva (2011), este projeto foi concebido por José Farias, o primeiro prefeito eleito democraticamente em Sumé, o político era articulado com grupos progressistas da Paraíba, conservador e moralista, defendia a separação entre Estado e Igreja, o que gerou conflitos e perda de prestígio.

Segundo o autor, José Farias tinha referências desenvolvimentistas em sua concepção política e parte da sua atuação como prefeito em Sumé foi inspirada na gestão do prefeito de Campina Grande entre 1935 a 1938 e de 1940 a 1945, Vergniaud Wanderley. Este ficou conhecido na história paraibana pelas políticas urbanísticas realizadas na cidade de Campina Grande suas gestões, ampliando a malha viária, alargando ruas e destruindo prédios antigos.

As políticas urbanas desenvolvidas na década de 1950, tiveram significativo impacto na dinâmica econômica e social do município, em um contexto de intenso êxodo rural, especialmente, em virtude das promessas de reforma agrária durante o governo de João Goulart no início dos anos 1960 amedrontando grandes proprietários de terra que, por sua vez, possuíam muitos moradores em suas propriedades.

O receio de que os movimentos de luta por terra iniciado na zona da mata paraibana chegassem ao município, fez com que estes proprietários expulsassem os trabalhadores que residiam em suas terras. Uma vez que, além dos movimentos sociais e do desenvolvimento técnico, com a desvalorização do algodão reduzia a necessidade de mão-de-obra e massas de trabalhadores eram forçados a sair dos campos e residirem nas cidades.

Conforme aponta Caniello e Duqué (2006), com o fim do ciclo do algodão, acompanhado por uma crise econômica do Sertão a busca por trabalho no campo se acentuaram, assim como a pobreza, uma vez que:

com a crise da cotonicultura durante a segunda metade do século XX, também entrariam em crise os sistemas de parceria tradicionais – o que redundaria na “expulsão” dos moradores – e se verificaria um acentuado empobrecimento dos pequenos cultivadores. (CANIELLO & DUQUÉ, 2006, p. 11)

Segundo os autores, cabe mencionar que paralelo ao processo de expulsão e fim da produção de algodão houve um silencioso crescimento da pecuária, substituindo por pastos as áreas de cultivo do algodão. Neste sentido, como a pecuária demandava de

menos força de trabalho, a retomada da produtividade nestas propriedades não significou surgimento de novas oportunidades para os trabalhadores rurais.

Os dados disponibilizados pelo IBGE (1959), possibilitam uma compreensão do caso de Sumé diante deste processo que reconfigurava toda a dinâmica econômica do Sertão paraibano, mostrando que na década de 1950, a economia de Sumé era caracterizada:

pela predominância do ramo "agricultura e pecuária" nas atividades da população local. O principal produto agrícola é o algodão, com uma área cultivada de 4.880 hectares, tendo a produção sido estimada em Cr\$ 5 250 000,00, secundada, em ordem decrescente, pelo milho e o feijão. Seus rebanhos mais apreciáveis eram: asininos: 250 cabeças; bovinos: 5.000; caprinos: 2 500; equinos: 800; muares: 300; ovinos: 10.000 e suínos: 1.600, num total de 20.450 cabeças. (IBGE, 1959, p. 403)

Em meados da década de 1950, o algodão já havia sofrido significativa desvalorização, no entanto, ainda tinha um importante papel complementar na renda de boa parte dos pequenos produtores rurais proprietários de terra, mas que, de modo gradativo, substituíram o algodão por outras culturas, especialmente, entorno na agropecuária, com a expansão da criação de caprinos no Sertão.

Neste período, através das políticas do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DENOCS), houve a construção do açude municipal de Sumé, no final da década de 1950 (Figuras 1 e 2). A construção do reservatório gerou certa estabilidade no fornecimento de água para o município e sua circunvizinhança, assim como possibilitou a inclusão de novas alternativas de produção agrícola, como a agricultura irrigada.

Figura 1: As máquinas DENOCS na construção do açude de Sumé; Figura 2: Homens trabalhando na construção do açude.



Fonte: Acervo de Maria do Socorro.

Em 1954 inicia a construção do açude municipal de Sumé, resultante de articulações com então Governador José Américo, o mesmo que apoiou o processo de emancipação. Segundo Silva (2011), a construção do açude era a maior demanda da comunidade local e representava o desenvolvimento na localidade. No entanto, desde as primeiras expedições, durante os primeiros anos da referida década, o local mais apropriado para a construção do reservatório correspondia ao sítio Riachão, propriedade de um fazendeiro local, Rodolfo Santa Cruz, herdeiro do tio Hugo Santa Cruz, ambos descendentes de Augusto Santa Cruz, um dos protagonistas da Revolução de 1912.

A família Santa Cruz detinha muita influência política e econômica no município, como não havia aprovado a construção do reservatório no local, pois implicava na demolição da fazenda, fizeram forte frente a construção do açude, resistindo a desapropriação e ameaçando políticos e defensores da obra, utilizando como argumento o direito à propriedade, devido suas relações econômicas e afetivas com a referida terra. Contudo, após diversos embates, a prefeitura municipal e a comunidade local venceram o conflito e as obras foram iniciadas (SÍLVA, 2011).

Em paralelo com a construção do açude, houve incentivos para criação da infraestrutura elétrica do município, iniciando pelo seu núcleo urbano. Nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, a estrutura elétrica da localidade não era integrada ao sistema elétrico da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Apesar da obra ter sido coordenada pela referida companhia, a eletricidade neste período era fornecida por um gerador movido a combustível fóssil, do qual tinha horário de funcionamento determinado e nem toda a comunidade tinha acesso, além das frequentes quedas de energia, sendo a maior parte das casas iluminadas efetivamente por candeeiro (SÍLVA, 2011).

Ainda de acordo com Silva (2011), parte significativa da população local tinha mobilidade espacial muito limitada e quase nunca se deslocavam para localidades fora do município, quando muito, visitavam Monteiro ou outras cidades circunvizinhas, majoritariamente, nos dias de realização das feiras livres, pois nestes dias havia maior oferta de transporte coletivo.

Neste sentido, a maior parte da população ainda não tinha pleno conhecimento do aprimoramento e expansão das técnicas produtivas, em desenvolvimento, no Brasil. Assim, crescia um sentimento de que o município estava em pleno desenvolvimento, havendo pouco espaço para análises críticas desse movimento de modernização.

Em outras palavras, trata-se de uma tentativa de racionalização do espaço sertanejo através da reconfiguração de sua base técnico-territorial, como a construção de estradas e rodovias, açudes e o próprio sistema elétrico que, correspondia para além do aumento da qualidade de vida na região, tratava da sua inclusão na dinâmica capitalista moderna, entendendo que o Estado tem papel central nesse processo.

Entretanto, como ressalta Mendonça (2010), a absorção das novas tendências técnicas, ao contrário do que se pensou no planejamento econômico e regional, não dependiam apenas de próteses materiais (espaciais) como obras, maquinários e insumos, todavia, trata-se de um processo de conscientização, ou seja, a racionalização dos costumes e da própria cultura local, instância que só vai ser empregada no planejamento décadas depois.

De acordo com Mendonça (2010), o DENOCS tinha ciência do papel da cultura e da educação no sucesso das atividades desempenhadas pelos produtores, inclusive para alcançar independência, negociando diretamente com bancos e ou agências de financiamento. Neste sentido:

O Processo de modificação da cultura dos irrigantes foi patroneado pelo DNOCS, diretamente, através dos funcionários treinados para este fim ou através de convênios com outras instituições e órgãos governamentais como a EMATER e as —missões estrangeiras-- no caso da criação da Cooperativa. Isto fica evidente no controle que o DNOCS exerceu sobre a Cooperativa, ela —disponibilizou um funcionário do DNOCS para gerir a Cooperativa, disponibilizou máquinas, que estavam sob sua administração, além de toda a logística. Mesmo com aparência democrática com a participação dos irrigantes em reuniões, e seguindo normas do estatuto da Cooperativa, na verdade tanto irrigantes quanto a equipe técnica encarregada das orientações e administração dos colonos, e da organização da Cooperativa, seguiam orientações de um modelo implementado pela missão alemã, que implantou um estatuto e um modelo não escolhido e negociado pelos irrigantes, mas baseado em experiência alemã e adaptada para a realidade do Nordeste. (MENDONÇA, 2010, p. 81)

Como bem identifica o autor supracitado, apesar do órgão endossar um discurso democrata e, de certo modo, da gestão participativa, incluindo os produtores no processo decisório, na prática, era o Estado que centralizava o poder de decisão, impossibilitando a formação de um grupo autónomo de produtores, capazes de decidirem seus próprios caminhos.

Nas décadas que correspondem ao rompimento democrático, 1960 a 1980, houve um significativo investimento na chamada “modernização da agricultura” no interior do território nacional, em especial, nas regiões Centro-oeste e Nordeste, contudo, no Nordeste brasileiro este investimento foi inferior e se deu de modo precário. Novos instrumentos técnicos foram incorporados a dinâmica produtiva destas regiões, assim como técnicas já presentes na região, gradativamente, passaram a serem democratizadas.

No caso do referido município, o projeto de modernização se intensifica na década de 1960 com a inauguração da primeira parte do perímetro Irrigado de Sumé, tal projeto deu novas finalidades as águas do açude recém-inaugurado. Junto as políticas do DENOCS foram implantadas novas formas de produção e uma lógica de processo produtivo nunca antes vista pela comunidade local, representando o futuro de inovação e progresso econômico.

Como descreve Mendonça (2010), as políticas do DENOCS tiveram impactos na dinâmica regional do Cariri, com evidentes transformações da estrutura demográfica do município, pois:

Após a emancipação pode-se dizer que Sumé passou por período de crescimento considerável, aumento da população no município, a construção do açude e a instalação do PIS. A população de 1960 a 1980 de Sumé cresceu 30,93%, enquanto Monteiro, que é considerada cidade pólo do Cariri, cresceu no mesmo período 5,63, o que denota que o PIS dinamizou a economia local, servindo de ponto de atração da faixa de trabalhadores rurais que viam a possibilidade de emprego na agricultura irrigada. (MENDONÇA, 2010, p. 72)

Assim como analisa o autor mencionado, a criação Perímetro Irrigado de Sumé traz novas oportunidades para a comunidade, pois demandava muita mão-de-obra durante a maior do ano, enquanto que a agricultura tradicional, concentrada entorno do cultivo de culturas como milho e feijão, ocupavam estes trabalhadores apenas nos períodos chuvosos, enquanto que o restante do ano esta mesma mão-de-obra ficava ociosa. Todavia, o Perímetro Irrigado de Sumé corresponde a um marco histórico na dinâmica socioespacial do município, constituindo-se como uma ruptura no modo de produção local, desse modo, será tratado com mais profundidade no tópico seguinte.

Assim como constata Silva (2006) sobre o Cariri paraibano, mas esta constatação também pode ser aplicada ao município de Sumé, se forma diante de um conjunto perverso de relações de poder, desde o processo de ocupação que acompanha a complexificação da economia local/regional, pequenos grupos de privilegiados que

concentraram a maior porção dos recursos naturais e as melhores terras, enquanto que a grande maioria vive em condições de pobreza e extrema pobreza sem direitos nem patrimônio.

Em junção com a própria lógica de ocupação e exploração portuguesa, as características físico-naturais da região contribuíram neste processo, tornando a escassez um instrumento de controle e de ampliação das desigualdades sociais, que se transformaram ao longo do tempo, estruturando-se na propriedade da terra agrícola. Também se apropriaram de políticas públicas com as intervenções do estado e, atualmente, buscam novas possibilidades de estruturação no espaço urbano, adotando novos instrumentos diante de uma nova estrutura econômica.

O caso específico do município de Sumé, apesar das semelhanças, em aspectos gerais, com os demais municípios do Cariri, a partir de 1960 o município desenvolveu uma economia distinta das demais, alicerçada nas políticas desenvolvidas pelo DENOCS. Neste contexto, em virtude das estratégias de colonização adotadas pelo órgão, as elites locais foram excluídas dos fluxos desenvolvidos nos perímetros de irrigação, surgindo novos grupos econômicos ligados a produção de verduras e hortaliças. No entanto, atualmente, assistimos o desenrolar de um novo ciclo econômico no município, anexado ao setor de comércio e serviços, assim como a construção civil e o mercado de imóveis.

AS FEIRAS LIVRES NO CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BRASIL

Neste capítulo, amplia-se que as feiras livres buscam ser ressaltadas, como instrumentos de distribuição de alimentos que, historicamente, foram anexados a um determinado arranjo espacial produtivo, caracterizado pela produção agrícola e pela predominância de interações políticas e comerciais em escala regional, uma vez que o arranjo técnico brasileiro até meados do século XX não possibilitava a criação de redes em dimensão nacional, tendo maiores possibilidades de articulação comercial internacional do que entre pontos distintos do próprio território, como aconteceu com a produção de algodão e borracha entre os séculos XIX e XX.

Em virtude de sua própria natureza, caracterizada pela organicidade de suas relações, a expansão das feiras livres corresponde ao acúmulo histórico de diversas

técnicas que possibilitaram deslocamentos e interconexões que, em decorrência do seu potencial na geração de encontros, foram incorporadas pelas estratégias das instâncias de poder, tornando-se espaço para disseminação de novas técnicas produtivas e de campanhas de crédito para os pequenos produtores.

Neste conjunto de relações, as feiras livres no interior nordestino se constituíram como eventos nos quais a comunidade realizava encontros e, em recortes históricos dos quais a maior parte da população residia no campo e os meios transportes eram prevalentemente arcaicos e de baixa eficiência, era na feira que as mais diversas relações sociais eram efetivadas, onde os produtores comercializavam, os jovens flertavam, os violeiros se apresentavam, as meretrizes trabalhavam e, deste modo, consolidava-se uma circulação arcaica de capitais.

Desse modo, compreendendo o contexto geral das políticas econômicas e territoriais nacionais torna-se viável uma análise da modernização do território brasileiro, bem como, o modo no qual estas transformações redirecionaram o desenvolvimento dos instrumentos de distribuição de alimentos e o setor terciário de integral, inserindo novos valores, estratégias logísticas e capitais técnico-científicos e humano.

1.3 REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL: A TECNIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

A economia brasileira no século XX se caracterizou pela sucessão de estruturas econômicas e por sua diversidade regional, nesse sentido, sendo refletida nos planos de desenvolvimento e, por consequência, nos distintos projetos de nação. Partindo, no início do século, de uma economia predominantemente agrária, alicerçada na produção de café, açúcar, leite e extração de minério, para uma economia industrializada e urbanizada no final do século, detendo polos de produção tecnológica e de manufatura.

Este percurso de cem anos é composto por uma série de eventos sociais, políticos, culturais e econômicos que, por sua natureza, só podem ser compreendidos em intersecção. Tais eventos, sob escala nacional, em parte, resultantes de eventos políticos extremos, como a crise de 1929, a segunda guerra mundial (1939-1945) e a onda de revoluções socialistas na América Latina e África entre as décadas de 1950 e 1970 que, por influência, reconfiguraram as ações políticas nacionais.

Dessa forma, tendo em vista analisar os equipamentos de distribuição e comercialização de alimentos, em meio a reconfiguração do arranjo espacial ocorrido no

Nordeste brasileiro, em especial, por intermédio das políticas de combate aos efeitos da seca, em sua maioria, realizadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), partiremos de uma breve análise da evolução dos equipamentos de distribuição de alimentos em consonância com as políticas nacionais de combate à seca.

Cabe destacar que as políticas de reordenamento territorial o que inclui as políticas de combate à seca e a fome no Brasil ocorreram a partir da década de 1909. No entanto, efetivam-se entre as décadas de 1930 e 1940 período de intensas transformações na economia nacional através dos estímulos a industrialização no território nacional. Considera-se também que este período influenciou diretamente na criação de uma infraestrutura base para produção e escoamento de alimentos, acompanhado por gradativo aumento da qualidade de vida da população brasileira, tal como experimentou diversos direcionamentos econômicos, reconfigurando, sucessivamente, o setor terciário brasileiro que acompanhavam a transição de uma economia agrária para uma economia com forte presença industrial.

De acordo com Moraes (2009), a formação do território brasileiro, em virtude do próprio processo de ocupação colonial, se deu de modo extremamente diversificado, composto por combinações e sucessões de sistemas produtivos extensivos e exploratórios. Conquanto, a economia nacional encontrava-se desarticula e desintegrada, sendo reorganizada a partir da década de 1930 em que a república brasileira, buscando consolidar-se, expande as políticas de integração territorial.

Diante de tal contexto, o planejamento nacional ao longo do século XX terá a desigualdade social e econômica, distribuída regionalmente, como o principal problema a ser enfrentado, embora nunca tenha sido resolvido. No Nordeste brasileiro, as violências acometidas à população mais pobre despertaram interesse e crítica de diversas lideranças regionais: políticos, empresários, profissionais liberais, estudiosos, artistas e ativistas, levando a criação de políticas e redirecionamento de investimentos (CASTRO, 1992).

De acordo com Castro (1992), o caso do nordestino apresenta diversas peculiaridades no que se refere a sua organização regional. Trata-se da construção de uma imagem desta região através dos interesses de uma elite que historicamente monopoliza a maior parte das riquezas da região. Por sua vez, está elite se caracteriza como uma elite açucareira, algodoeira e pecuarista, concentrando os principais bens da economia regional.

Segundo a referida autora, com a consolidação do sistema republicano, esta elite regional passa a utilizar seu poder político e se insere na esfera institucional a fim de defender seus interesses enquanto oligarquia, desviando investimentos e obras públicas para propriedades privadas, assim como constrói um “discurso da necessidade” que beneficiou apenas seus interesses privados. Nesse sentido, apenas readequando-se para conservar as relações de subordinação com a população local.

É em meio a estes fenômenos que o Nordeste assistiu à construção de uma sólida parceria entre o Estado e as oligarquias regionais, reproduzidas nas políticas de enfrentamento aos efeitos das secas durante, principalmente, a primeira metade do século XX. De acordo com Gumiero (2013), este período foi caracterizado pelas políticas de “solução hidráulica”, das quais compreendiam que o grande problema responsável pelo subdesenvolvimento do Nordeste eram os fatores físico-climáticos e o problema hídrico, assim a resolução do problema estava na criação de reservatórios e transposições hídricas.

Por outro lado, em 1959, após a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e com o lançamento do documento “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste” que oferece suporte teórico-conceitual para a criação da SUDENE, houve uma reformulação, ainda que superficial, das políticas do DNOCS, sob críticas a respeito de indícios de corrupção e questionamentos sobre o papel do órgão diante dos problemas enfrentados no Nordeste, bem como de seus antecessores (IOCS e IFOCS), órgãos que contribuíram na manutenção das estruturas locais de poder e na permanência da miséria e fome na região.

Ainda segundo Guimiero (2013), a Operação Nordeste¹, composta por documentos do GTDN e da SUDENE, ambos caracterizados por expressarem o pensamento econômico de Celso Furtado, representaram à busca por alternativas para sair do subdesenvolvimento, resultando em transformações da sociedade. Estes documentos evidenciaram a necessidade do Nordeste se industrializar, já que desde a década de 1930 o Nordeste vinha reduzindo seu percentual de participação na renda nacional enquanto a região Sudeste encontrava-se em ascensão de sua participação, em especial, devido ao

¹ A Operação Nordeste foi sancionada objetivando a reestruturação econômica do Nordeste, assim buscando reverter o relativo atraso dessa região se comparada a região Centro-Sul. O GTDN em seu relatório “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste” estruturou o referido projeto a partir de dois movimentos: um diagnóstico geral da região Nordeste e a iniciativa de intervenção nesse território, orientada pela ideia de planejamento (GTDN, 1997).

crescimento da produção cafeeira e do processo de industrialização que a mesma perpassava.

Neste contexto, estes órgãos propuseram duas alternativas centrais para o desenvolvimento do Sertão nordestino: a distribuição da população do semiárido em direção à ocupação das margens sub-úmidas próximas a Zona da Mata e, especialmente, ao Meio-Norte, assim como também era estratégico o aumento da produção e distribuição de alimentos através da agricultura irrigada e do uso racional do solo por meio da mecanização da produção, do uso de insumos químicos e da expansão da infraestrutura viária, alternativas que médio prazo tendiam a resolver o abastecimento de alimentos no Sertão.

Desse modo, o DNOCS passa a se colocar como impulsionador do desenvolvimento local, articulando políticas de órgãos estratégicos a fim de dinamizar o território, gerando renda e receita para os cofres públicos. Tal tentativa de estruturação do modelo produtivista de produção agropecuária no semiárido brasileiro, aqui analisado a partir das políticas implantadas no município de Sumé pelo DNOCS, exigiu do poder público um conjunto de obras de infraestrutura tendo em vista uma condição espacial mínima para o desenvolvimento das atividades nos moldes pré-estabelecidos.

Considerando o caso do município Sumé, as obras realizadas pelo DNOCS ultrapassaram o campo e a produção agrícola propriamente dita, como construção de escolas, estradas, rede elétrica e agências bancárias, resultaram na reestruturação da base técnica do território municipal, desencadeando novos processos socioespaciais como o aumento da população urbana, expansão do setor terciário e diversificação do comércio varejista.

Segundo Santos (1997), os processos socioespaciais são caracterizados pelas suas estreitas relações com as transformações dos sistemas técnicos, considerando técnica uma junção entre matéria e ideia, a matéria sendo composta por toda e qualquer propriedade física passível de quantificação e a ideia, por sua vez, referindo-se ao que há de abstrato e simbólico nas técnicas, como seu valor e sua funcionalidade na sociedade.

Desse modo, para o referido autor, o arranjo técnico se dá através da transformação da natureza pelo trabalho, por sua vez, este processo ocorre seguindo uma cultura, organizado pela política e mediado pela economia, logo, este arranjo é responsável pelo uso do espaço, já que, em outras palavras, técnica é uma relação dialética entre trabalho cristalizado e trabalho em movimento.

Portanto, no meio social ao modo como se encontra, regido pelo modo de produção capitalista, o espaço não pode ser compreendido dissociado do conceito de técnica. O espaço é enriquecido se compreendido a luz do conceito de técnica em qualquer modo de produção, no entanto, o modo de produção capitalista intensificou a produção de novas técnicas, bem como, suas imitações, tornando-se trivial nas interconexões com as demais instâncias da realidade, como economia, política, cultura e a sociedade (SANTOS, 1988).

Diante desta discussão, o espaço passa a ser compreendido como uma base na qual as técnicas são produzidas e (re)produzidas, possibilitando a formação social, política, econômica e cultural. No entanto, as técnicas são produzidas pelo próprio movimento da sociedade, expressando valores e significados de um dado grupo social em um dado recorte da história, desse modo, as técnicas vão sendo acumuladas e ressignificadas, podendo ter variadas funções ao longo do tempo. Contudo, a (re)produção dos conjuntos ou sistemas técnicos sempre consistirá na (re)produção da racionalidade incorporada a ela.

Uma discussão importante e necessária de ser feita é sobre o padrão de distribuição das técnicas no espaço, considerando que sua distribuição, de certo modo, determina as possibilidades de desenvolvimento local/regional. Com base no conceito de técnica, é possível pensar o papel das políticas executadas pelo DNOCS no desenvolvimento/local regional, na transformação dos hábitos de consumo e na expansão e diversificação dos instrumentos de distribuição de alimentos.

Neste sentido, buscamos através de uma breve análise histórica compreender o papel das políticas de combate à seca e das políticas nutricionais na reestruturação socioespacial do interior nordestino, entendendo o processo de reestruturação a partir da evolução dos equipamentos de distribuição e comercialização de alimentos que, por sua vez, são decorrentes das transformações destas economias.

Cabe destacar que tais instrumentos estiveram, durante sua fase ápice, estiveram em consonância com os direcionamentos das políticas contemporâneas a época. No entanto, a respeito das feiras livres, estas se fazem presentes até os dias atuais pela sua capacidade dialogar com os diversos modos de produção e contextos gerais, sendo a última a discutida por reconhecermos ser o formato mais complexo.

1.3.1 Políticas de combate à seca e a distribuição de alimentos no Nordeste

Ainda no século XIX, após o processo de independência do Brasil, mais especificamente nas décadas finais do referido século, associado a consolidação da república, houve, de fato, o início das discussões sobre o problema das secas e do abastecimento de alimentos no Nordeste. Segundo Guerra (1981), o fenômeno das secas só passa a ter notoriedade devido à seca de 1877-1879, tal evento climático extremo resultou na morte de cerca de 500 mil pessoas, sendo 200 mil apenas no estado do Ceará.

O número de mortes e todas as catástrofes que as secas provocaram forçaram o Estado desenvolver formas de intervenção que, por sua vez, resumiu-se na construção de barragens, açudes e sistemas de irrigação. No entanto, a maior parte destas obras foram realizadas a fim de beneficiar grupos políticos, sendo executadas em propriedades privadas, favorecendo uma pequena porção da população, embora, este modelo tenha sido ferozmente criticado entre as décadas de 1950 e 1960 por intelectuais como Celso Furtado e Josué de Castro, o mesmo se manteve por quase todo o século XX.

Segundo Guerra (1981), na virada do século XIX para o século XX a preocupação com o problema das secas aumentou, ocasionando em 1909 na criação da Inspetoria de Obras Contra a Seca, através do DECRETO Nº 7.619, DE 21 DE OUTUBRO DE 1909. De acordo com Villa (2000), o IOCS foi inspirado no departamento do interior dos Estados Unidos da América responsável pela gestão dos recursos hídricos, Bureau of Reclamation Service. Apesar do Brasil viver um período de significativo crescimento econômico naquele período, os recursos destinados ao órgão foram escassos. 6 anos após a criação da inspetoria, durante a seca de 1915, apenas 42 poços foram cavados, sendo 33 em propriedades privadas e 9 em espaços públicos.

Em 1918, com a chegada de Epitácio Pessoa à presidência da república houve uma reconfiguração das políticas de combate à seca, em especial, através do aumento de investimentos e da reformulação do órgão, transformando a Inspetoria de Obras de Combate a Seca – IOCS - em Inspetoria Federal de Obras de Combate a Seca (IFOCS). No entanto, no que se refere a postura de enfrentamento e intervenção, as mudanças são de pouca significância, uma vez que o órgão ainda conservava estreitas relações com as elites regionais. Nesse sentido, além da realização de obras em propriedades privadas, a política de combate aos efeitos das secas não enfrentou o uso político da seca na conservação dos altos índices de pobreza e da estrutura político-econômica do semiárido nordestino.

Como apontam Santos e Silveira (2001), o século XX no Brasil foi marcado pelas tentativas de modernização do território nacional, a exemplo da criação de uma política energética nacional e da construção do sistema rodoviário que almejava a conexão de todo território nacional. Tais tentativas se preocuparam com a produção de uma infraestrutura capaz de reduzir os atrasos sociais, econômicos e políticos identificados no Brasil quando comparado à realidade europeia e estadunidense. Nesse contexto, a engenharia, a arquitetura, a agronomia, a economia e a geografia (a partir do Instituto de Geografia e Estatística) foram chamadas afim de pensar a reconfiguração da estrutura produtiva brasileira, buscando reduzir suas discrepâncias e alcançar o desenvolvimento industrial. (SANTOS; SILVEIRA, 2001)

Tais políticas provocaram a necessidade de desenvolver estudos, expedições e pesquisas com o objetivo de conhecer e descrever o território nacional, identificando suas principais características e diferenças regionais. No caso do semiárido brasileiro, tais estudos tiveram em comum a identificação do fenômeno denominado “Seca²”, sendo este considerado o principal empecilho ao desenvolvimento econômico e social da região. Logo, a “seca” tornou-se o maior problema do sertão nordestino, devendo ser “combatida” e ou controlada pelos instrumentos técnicos, especialmente, sob domínio do Estado.

A sucessão das instituições – IOCS, IFOCS e DNOCS - acompanharam uma série de transformações sobre a noção de desenvolvimento, sempre em conexão com o pensamento dominante nacional, sobrevalorizando o conhecimento técnico, associado às engenharias. O caráter tecnicista das políticas de combate à seca ficam mais evidentes com criação do DNOCS, uma vez que o art. 3º do Decreto nº 20.284, de 29 de dezembro de 1945, dispõe que o Diretor Geral do DNOCS deve ter como pressuposto indispensável o bacharelado em Engenharia Civil, evidenciando o caráter imediatista do órgão e sua preocupação com a formação de uma base técnica no território sertanejo como alternativa única ao enfrentamento dos problemas sociais e econômicos causados pelas estiagens.

De modo mais específico, tratando-se do caso do DNOCS, órgão existente até os dias atuais, é interessante pensarmos sua relação com duas instituições que marcaram as reflexões sobre o Nordeste brasileiro entre as décadas de 1950 e 1970: 1) os estudos

² Segundo Sousa Freitas (2008), o fenômeno da seca, há muito tempo conhecido nos estudos científicos, trata-se de um fenômeno climático extremo acompanhando por um conjunto de condicionantes sociais e políticas que, uma vez apropriada por grupos políticos locais e regionais, serviu de base para a acumulação capitalista de capital no Sertão nordestino.

desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e a 2) a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). No que se refere ao abastecimento alimentício do Nordeste, o DNOCS também se articulou com o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC), sendo este último de abrangência nacional.

Tal relação, insere no DNOCS a necessidade de estabelecer conexões com outros órgãos estatais, com a finalidade de concentrar-se apenas nas políticas hídricas, distribuindo as demais demandas para outros órgãos, dos quais, possam estruturar o território com políticas de outros setores, a exemplo das políticas energéticas, através da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), da construção de estradas e rodagens, através do Departamento de Estradas e Rodagens (DER) e das políticas de financiamento à pequena produção, através do Banco Nacional do Nordeste (BNB).

O DNOCS renova as políticas de enfrentamento aos efeitos da seca com novas formas de intervenção, em parte, influenciado pelas políticas hidráulicas, passando a investir em estudos sobre a viabilidade de instalação de áreas de irrigação. Sendo assim, são produzidos uma série de pesquisas sobre a hidrografia do Sertão nordestino e algumas localidades são escolhidas por apresentarem os pressupostos necessários como topografia e hidrografia ideal, assim como a abundância de terras férteis para o desenvolvimento da agricultura. Uma dessas localidades escolhidas foi o município de Sumé, mais especificamente, um trecho do Rio Sucuru, localizado entre a sangria do açude municipal até o quilometro 11 do Rio Sucuru.

Tal programa foi denominado de Perímetros de Irrigação, o mesmo tinha como objetivo reduzir a vulnerabilidade da população local durante os períodos de estiagem através do significativo aumento da produção de alimentos, assim criando uma classe média rural. No projeto inicial, era previsto apenas o consumo da mão-de-obra da família dos colonos. No entanto, com o aumento da produção foi inevitável o consumo da força de trabalho da comunidade, criando oportunidades precárias de trabalho e fazendo com que a comunidade tivesse a experiência de vivenciar o projeto. Este evento contribuiu diretamente para que surgissem tentativas de (re)produção dessa lógica, popularizando a prática da irrigação e das técnicas de produção trazidas pelo DNOCS.

A hipótese aqui levantada é que a noção de desenvolvimento adotada pelo DNOCS a partir da segunda metade do século XX favoreceu para que os recursos resultantes das políticas públicas ultrapassassem as áreas sob o domínio do mesmo.

Contudo, entendendo que este processo não significou uma contribuição para o processo tecnificação do espaço sertanejo, pois, de certo modo, consistiu na formação de ilhas, nas quais concentraram o arranjo técnico. Todavia, o aumento da circulação de capitais favoreceu a mudança dos hábitos, entre eles os hábitos alimentares, decorrente da popularização de automóveis e eletrodomésticos como, geladeira e fogão a gás.

1.3.2 As políticas de nacionais de alimentação no contexto do século XX

No seio do debate político nacional do século XX, em sua grande parte também associado as políticas econômicas de planificação e modernização da estrutura produtiva nacional, surge o debate a respeito da segurança alimentar e da autonomia na produção de alimentos em território nacional. Tal pauta surge da necessidade de ampliar a identidade nacional e a atuação do Estado em todo o território, com vistas a garantir as condições para o desenvolvimento industrial e a urbanização.

Para além dos princípios éticos e humanísticos, que circulam o debate a respeito da segurança alimentar e da redução das desigualdades no acesso aos bens básicos à sobrevivência, a política nacional de alimentação busca garantir ao Estado-Nação o fortalecimento de valores fundamentais à governabilidade, como pertencimento e identidade nacional, favorecendo avanços geopolíticos e geoeconômicos, uma vez que a história republicana brasileira mostra que o combate a fome representou popularidade à diversas lideranças do poder político, além do fato que uma população saudável apresenta melhores condições e trabalho e menos despesas com saúde, previdência e seguridade social, desse modo, as políticas nutricionais garantiam maior seguridade na manutenção das relações de poder e tende a reduzir os gastos públicos.

No caso do Nordeste brasileiro, particularmente, seu interior, o abastecimento de alimentos foi um grande obstáculo desde o início do processo de ocupação e adentramento no interior, tendo em vistas que a distribuição de chuvas na região semiárida possibilitava a produção de alimentos em apenas alguns meses do ano, além dos períodos de estiagem que, por sua vez, prologavam as más condições de produção durante anos consecutivos. Este fenômeno climático dificultava a produção de alimentos e, por sua vez, somado as carências da base técnica do território interiorano que impossibilitavam o transporte imediato de alimentos, gerando grandes números de subnutrição, resultando em crises políticas e econômicas das quais morriam centenas de milhares de pessoas, a exemplo das Secas de 1877-1879 (LIMA, 2006).

Segundo Lima (2006), as grandes secas que ocorreram no Sertão nordestino entre os séculos XVII e XX eram resultantes de uma condição socioespacial, na qual, fome e miséria atuavam como instrumentos para a manutenção da organização social e política local. Por este motivo, o tema da pobreza no semiárido brasileiro sempre foi debatido, movendo recursos e capitais, mas sem obter respostas práticas efetivas até meados da década de 1950, quando políticas federais de ampliação e manutenção da infraestrutura passam a ser aplicadas no interior nordestino a fim de reduzir as severas desigualdades sociais.

No entanto, consideramos que após o fim da Primeira República³, período em que o Brasil passa a se portar enquanto Estado-Nação moderno norteando-se por meio de planos estratégicos e de projetos nacionais de desenvolvimento, o problema da pobreza no Nordeste, gradativamente, vai sendo cada vez mais conhecido e compreendido. Por sua vez, trata-se de um problema amplo e com diversas possibilidades de atuação que só apresentavam eficiência se executadas em cooperação.

Para além das políticas hidráulicas, predominantes no combate aos efeitos das secas durante as décadas de 1910 e 1970, desde a “Revolução de 1930” com a tomada do poder pela Junta Governativa Provisória⁴ e, posteriormente, com a retomada do regime presidencialista tendo Getúlio Vargas como presidente. O Brasil passa a investir todas suas energias para viabilizar a industrialização no território brasileiro, um dos elementos essenciais para a promoção das indústrias no território nacional é a garantia de direitos mínimos a classe trabalhadora, como educação, saúde e alimentação.

Neste contexto, de acordo com Silva (1995), o Brasil reserva em seu orçamento anual uma parcela de investimentos destinados a alimentação e nutrição. Estas políticas, inicialmente, são materializadas sob a forma de cestas básicas, merenda escolar e em parceria com empresas privadas para distribuição de quentinhas. Por sua vez, esta preocupação aos poucos se amplia, passando a questionar-se não sobre a entrega de

³ Segundo Monte (2014), o recorte temporal entre 1889 e 1930, popularmente reconhecido como “primeira república”, corresponde a proclamação da república em 1889 a 1930, com a derrubada do governo de Washington Luís em virtude da revolução de 1930. Trata-se da transição do sistema monarquista para o republicano, em que o Brasil ainda se organizava em torno do campo e pouco havia se industrializado. Ver mais in: MONTE, Kalyne Teixeira do. Primeira república brasileira: marco histórico do surgimento da responsabilidade civil do Estado. *Revista Científica Intra@ciência*, v. 1, p. 161, 2014

⁴ De acordo com Santos Neto (2014), a junta governativa foi um comitê governamental composto por três militares: Augusto Trasso Fragoso, José Isafas de Noronha e João de Deus Mena Barreto, que atuaram na estabilização política para que Getúlio Vargas pudesse assumir o poder. SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. Nos domínios da política estatal: O poder desterritorializado e as bases de sustentação política de Getúlio Vargas (1930-1934). 2014, 245 f. *Tese (Doutorado em História)* Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

comida, mas com a produção de alimentos, que no momento encontrava-se em expansão, mas ainda era necessário garantir sua devida distribuição, garantindo assim o escoamento da produção de alimentos no território.

A logística de distribuição de alimentos passa a ser realizada através dos mercados públicos municipais, em sua maioria, reproduções dos mercados públicos Europeus. Sua estrutura marca a racionalidade moderna-higienista de organização e produção do espaço coletivo, seguindo parâmetros de higienização, padronização e uniformização dos ambientes, com alimentos expostos em pequenos boxes distribuídos estrategicamente por ruas estreitas, ao passo que os sujeitos são forçados a transitar pelo ambiente a fim conseguir acessar os principais serviços ofertados no referido espaço.

Segundo Belik e Cunha (2018), tendo como parâmetro o modelo dos espaços de comercialização europeus, estes mercados públicos são classificados com pertencentes a primeira geração dos mercados públicos, ou seja, com organização ainda primitiva, restrito somente a comercialização direta das mercadorias. Estes espaços possuíam estreita relação com as camadas mais pobres da sociedade, possibilitando o desenvolvimento de relações, de certo modo íntimas, com a comunidade local.

Todavia, estes espaços comerciais tendem a acompanhar as transformações ocorridas no interior do modo de produção capitalista, incorporando as lógicas de racionalização do espaço e de maximização dos lucros e das possibilidades de acumulação capitalista de capital. Nesse sentido, em meados das décadas de 1950, após o fim da Segunda Guerra Mundial, estes espaços são ressignificados e reconfigurados, em sua maior parte com apoio técnico de instituições internacionais com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). No Brasil, a formatação dos mercados atacadistas e varejistas de comercialização de alimentos se dá a partir dos anos 1970, através do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento.

1.4 O DESENVOLVIMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

De acordo com Belik e Cunha (2018), o primeiro Mercado de distribuição de alimentos, popularmente conhecidos como Mercados Municipais, foi no Rio de Janeiro em 1841, Mercado da Candelária. Segundo os autores, os primeiros modelos de Mercados municipais, criados entre as décadas de 1840 e 1930, são classificados como “mercados de primeira geração”, traziam toda uma estrutura política e organizacional de matriz

européia, reproduzindo o modelo dos mercados europeus de comercialização de alimentos.

Estes mercados municipais são criados com base em critérios sanitários de padronização e controle de qualidade na distribuição dos alimentos. Neste primeiro período, esses espaços são caracterizados pela presença de alimentos produzidos no entorno, em sua maioria, comercializados pelos próprios produtores ou revendedores de primeira instância. Diferenciando-se um pouco das tradicionais feiras livres em ambientes abertos, contribuíam significativamente para o melhoramento das condições de trabalho dos feirantes, pois eram espaços cobertos e sob certas condições de limpeza.

No caso do Nordeste brasileiro, os primeiros mercados municipais surgiram em Recife e Salvador, em 1875 e 1912, respectivamente. Tanto no Recife, o Mercado São José, quanto em Salvador, Mercado Modelo de Salvador, os Mercados Municipais surgem nos centros comerciais, próximos as feiras livres. Em virtude da importância das feiras livres na comercialização de alimentos, os mercados municipais logo se articulam com essas formas comerciais tradicionais, desenvolvendo relações em que o Mercado Municipal influencia na dinâmica da feira livre e a feira livre dá um caráter popular aos Mercados Municipais.

Assim como ocorreu na Europa, no Brasil as feiras livres surgem muito antes dos Mercados Municipais, por sua vez, estes espaços surgem com o objetivo de formatar/modernizar as feiras. Em alguns municípios, principalmente os grandes centros urbanos, onde há uma estratificação social muito mais evidente, os mercados municipais se especializaram no atendimento às classes de maior renda, portando as melhores mercadorias e serviços. Por outro lado, as feiras livres, muitas vezes localizadas próximas aos mercados municipais, se caracterizam pelo atendimento aos grupos de menor renda, ofertando mercadorias com preços mais baixos, em sua maioria, de menor qualidade.

Desse modo, pode-se dizer que nas metrópoles brasileiras os mercados municipais se desenvolvem dissociados das feiras livres, com características morfológicas e organizacionais distintas. No entanto, este processo não ocorre nas cidades de menor porte. Assim como aponta Belik e Cunha (2018), a partir de 1940 os Mercados Públicos tornam-se uma tendência em todo o território brasileiro, nesse momento ainda não se tratava de uma política nacional, mas apenas de um modelo de equipamento público de distribuição de alimentos que vinha sendo adotado pelos governos municipais.

Conforme Belik e Cunha (2018), os Mercados Públicos Municipais, assim como as feiras só passam a se articularem de modo ordenado através do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (Sinac) que passa a estabelecer conexões cada vez mais sólidas entre as unidades produtivas nacionais e os mercados atacadistas e varejistas satélites. O Sinac, criado em 1972 com vigência até 1988 teve como principal mérito a criação das Ceasas (nome popular dado as centrais de abastecimento), estes núcleos de abastecimento e distribuição regional de alimentos, especificamente, legumes, frutas e verduras.

De acordo com Cunha e Belik (2012), a pesar de na primeira década do presente século o consumo de hortifrutigranjeiros apresentar expressivo aumento, chegando a 15,5 milhões de toneladas comercializadas em 2007, o setor apresenta algumas modificações em sua estrutura de funcionamento. Trata-se de um sistema que apresenta diversas ineficiências, caracterizadas pela danificação dos produtos durante o transporte, gerando desperdícios e uma alta produção de resíduos sólidos, inaceitáveis em um país que ainda contém significativos índices de miséria.

Encerrado enquanto projeto nacional, o Sinac estagnou após os anos 1990, após este período, sua organização pouco se adequou aos avanços técnicos atuais. Por outro lado, algumas iniciativas privadas seguiram caminhos opostos, acompanhando as novas tendências técnicas e logísticas das dinâmicas de mercado, tais iniciativas, em parceria com a expansão dos supermercados e hipermercados, aos poucos adentraram neste nicho.

Ainda segundo Cunha e Belik (2012), os principais fatores que favoreceram a expansão de iniciativas privadas foram o uso de embalagens a vácuo para garantir melhor transporte e conservação dos produtos, assim como os investimentos em marketing e logística, inovações técnicas estas que associadas a criação de uma nova simbologia entorno dos produtos semimanufaturados⁵, foram fundamentais para expansão e desenvolvimentos dos supermercados.

Tais elementos serviram de base não só para expansão dos supermercados, mas também para novas formas comerciais como frigoríficos e quitandas, com expressivas estrutura e diversidade, no entanto, estes processos seguem um percurso espaço-temporal resultante dos diversos contextos sociais, políticos, econômicos e técnicos do século XX no território brasileiro.

⁵ Os produtos alimentícios semimanufaturados referem-se aos alimentos que, independente dos meios utilizados na produção, perpassam por processos de seleção, higienização, inserção nas embalagens para melhor conservação e, em alguns casos, aplicação de conservantes químicos.

1.4.1 Mercarias e Bodegas

O comércio de alimentos em varejo se constitui como o principal meio de distribuição de alimentos em todo o mundo, este fato decorre da própria logística de escoamento, comércio e consumo familiar dos bens agroalimentares produzidos, sejam eles *in natura* ou semimanufaturados. Em virtude do processo de urbanização, com forte intensidade em quase toda a dinâmica global, as grandes metrópoles necessitavam ampliar e modernizar suas formas de distribuição de alimentos.

De acordo com Sesso Filho (2003), as mercearias enquanto formas comerciais urbanas modernas, típicas dos centros urbanos industriais se constituem como formas comerciais direcionadas ao varejo de produtos alimentícios. Em virtude de seu caráter familiar e, em maioria, sua pequena dimensão, as mercearias tinham como estratégia um raio de abrangência reduzido acompanhado por estrutura e clientela também reduzidas.

Sua organização se caracterizava pela ocupação de pequenos e médios espaços, dos quais eram divididos por balcões. Devido sua própria formatação, marcada pela existência de balcões, os clientes não tinham contato diretos com as mercadorias dispostas nas prateleiras, o consumidor precisava solicitar a mercadoria ao atendente. A organização espacial destes comércios demandava expressiva mão de obra, gerando significativos impactos aos lucros das iniciativas privadas. Segundo Knoke (1963, p. 93):

Apesar de não haver dados precisos sobre custos de operação, a Great Atlantic and Pacific Tea Company publicou dados mostrando que alguns dos seus antigos empórios operavam com uma margem bruta de 19,94% sobre as vendas, enquanto que seus atuais supermercados não auferem lucros superiores a 12,47% sobre as vendas. Leve-se em conta, porém, que os custos de um empório típico, oferecendo todos os serviços, eram maiores que os de um empório de serviços limitados, integrante de uma cadeia como a Atlantic and Pacific Tea Company. As economias na compra de alimento nos supermercados, portanto, eram suficientemente grandes para servirem de forte estímulo, aos consumidores, no sentido de fazê-los mudar seus hábitos de compra.

Partindo do caso estadunidense, Sesso Filho (2003) compreende o processo de expansão das mercearias, enquanto pequenas formas comerciais que dominaram o espaço urbano nas primeiras décadas do século XX, como resultantes das articulações entre as unidades de comercialização de alimentos e criação das redes de mercearias que:

[...] se formaram pela expansão do número de lojas, impulsionada pela necessidade de dispersão dos pontos de venda devido à pequena

capacidade de mobilidade dos compradores, pois os meios de comunicação e transporte eram escassos (SESSO FILHO, 2003)

Em virtude deste movimento de agregação de pequenas unidades, formando complexas redes, algumas centralizadas em torno de empresas e outras em espécies de associações, foram capazes de abastecer a população americana até o início de 1930. Período em que o autor-serviço inicia sua popularização, especialmente, devido a prática de preços mais acessíveis em virtude da redução dos custos por precisar de menor quantidade de mão-de-obra.

No entanto, como discorre Amorim (2010), por mais importante que seja a diferença organizacional entre mercearias e supermercados, um fator fundamental para sua compreensão é a sociabilidade⁶, tão presente nestes espaços tradicionais, no quais os sujeitos se conhecem por nome, sendo a confiança e o crédito individual caracterizados como os principais meios de articulação e manutenção das relações comerciais.

Trazendo esta discussão para o contexto brasileiro, as mercearias no Brasil, no início do século XX tiveram estratégias semelhantes, articulando-se em rede, especialmente nas periferias. A respeito da dinâmica do comércio varejista de alimentos, Varotto (2006) descreve que:

Ao final da Segunda Guerra, o varejo de alimentos brasileiro ainda era composto basicamente por armazéns, empórios e mercearias. Havia as cadernetas, tradicional modo de crédito desenvolvido pelo comércio, além dos açougues e vendedores ambulantes de verduras, batatas, peixes etc (VAROTTO, 2006, p. 89)

Apesar de se tratar de formas espaciais mais sofisticadas, o comércio de alimentos na modalidade de varejo, predominante corporificado em mercearias, apresentava poucas articulações logísticas entre produtores e distribuidores, tornando-se reféns de intermediários. Estas características faziam com que as mercadorias chegassem nas mãos dos proprietários das mercearias com a soma do trabalho dos demais agentes envolvidos no processo, resultando em um valor adicional do produto para o consumidor final (VAROTTO, 2006).

⁶ A noção de sociabilidade é entendida na história do pensamento das ciências sociais enquanto sinônimo de intersubjetividade. Trata-se da relação direta entre os sujeitos, o movimento base do processo de ensino-aprendizagem em suas múltiplas possibilidades, sendo através destas interações sociais que o espaço é usado, ganhando funcionalidades.

Estes fatores contribuíam para que as mercearias não se tornassem o meio principal e único de abastecimento das famílias, em sua maioria, as famílias realizavam compras mistas, articulando parte da compra de alimentos com os mercados abertos, as feiras livres. É evidente que esta relação de complementaridade fosse ainda mais expressiva entre as famílias com menor renda, atraídos pelo menor preço, praticados pelos feirantes.

De acordo com Diniz (2019), as mercearias, nomenclatura amplamente difundida nos meios de comunicação e na literatura científica, teve diversas outras denominações que variam no tempo e no espaço. No caso do Nordeste brasileiro, estes espaços tradicionais de comércio eram popularmente conhecidos como Bodegas, em sua forma, apresentavam características muito similares às mercearias, mini-box's e mercadinhos, entretanto, carregavam toda uma estética relacionada a cultura regional.

Por sua vez, no que se refere ao conteúdo destes espaços, é possível identificar entre mercearias e bodegas uma gama de elementos em comum, como a relação interpessoal criada com a clientela, as relações para com a vizinhança, práticas como fiado e o uso dos balcões que separavam os clientes do interior das lojas, entre outras características fundamentais da organização destes espaços tradicionais (DINIZ, 2019).

Tais características tornavam a relação entre as bodegas e as demais formas comerciais de distribuição de alimentos como as feiras livres e os armazéns, muito harmônica. Segundo Diniz (2019), os bodegueiros abasteciam os estoques de seus empreendimentos em formas comerciais de maior porte que comercializavam sob a forma de atacado, tal como os grandes armazéns e parte dos feirantes. Neste sentido, estas atividades se desenvolvem em cooperação, tendo as mercearias a função de abastecimento complementar, principalmente, na periferia dos grandes centros urbanos.

1.4.2 Supermercados e hipermercados

De acordo com Sesso Filho (2003), com base no exemplo norte-americano, os supermercados surgem a partir das irracionalidades do sistema de distribuição desenvolvido pelas mercearias. O fato de as formas comerciais tradicionais demandarem de intensa mão-de-obra, seja para a entrega ou para o atendimento ao cliente, fazia com que os custos mensais fossem mais altos que o necessário para o desenvolvimento das atividades.

Neste contexto, surge a estratégia do self-service, estratégia organizacional em que o empreendimento posiciona as mercadorias em prateleiras, separando-as por gênero, tipo e marca, para que o consumidor possa escolher os bens e transportá-los até o caixa que, por sua vez, se encontra alocado na direção das portas de saída. Segundo Sesso Filho (2003, p. 4):

A origem do supermercado moderno data de 1915-1916, quando foram inauguradas as primeiras lojas *Alpha Beta Markets* e *Piggly Wiggly*, respectivamente nos estados da Califórnia e Tennessee nos Estados Unidos. Estes estabelecimentos adotavam o auto-serviço, catracas para controlar a entrada de clientes e vendiam somente à vista. As lojas pioneiras do formato supermercado foram a *King Kuller* e a *Big Bear*, abertas na década de trinta também nos Estados Unidos. A denominação supermercado (*supermarket*) surgiu da influência do cinema, no qual a palavra "super" era grandemente empregada.

Em virtude do surgimento dos supermercados, em consonância com as transformações sociais, econômicas e políticas que marcaram as primeiras décadas do início do século XX, os hábitos de consumo de maior parte da população passa por severas reconfigurações. A prática do autosserviço favoreceu diversas transformações nas etapas anteriores do processo produtivo, como a produção e a circulação, especialmente, através do aumento da importância das marcas.

Ao longo de toda primeira metade do século corresponde ao período de criação dos modelos de supermercado. Neste período, diversas iniciativas de otimização do espaço passam a ser aplicadas nas diversas esferas do processo produtivo, no caso do comércio, um dos exemplos mais interessantes é o setor supermercadista que irá se formar enquanto um espaço pensado para a maximização do consumo. A lógica do direcionamento do consumo se reproduzirá em toda a morfologia destes espaços, desde o uso de músicas para fomentar sentimentos como conforto e satisfação com o ambiente até à criação de estacionamentos específicos para melhor mobilidade dos clientes, uma vez que os mesmos podem levar suas compras até os automóveis, agilizando o processo de compra (SESSO FILHO, 2003).

Inserida em um paradigma de desenvolvimento urbano caracterizado pela funcionalidade, praticidade e mobilidade, os supermercados solidificaram o modo de consumo contemporâneo. O self-service ultrapassa as delimitações destes espaços e se coloca como uma tendência no setor de comércio, elementos característicos do varejo de alimentos passam a inexistir na dinâmica comercial norte-americana, a exemplo das relações interpessoais, dos balcões e das entregas em domicílio.

A expansão dos supermercados durante a década de 1930 gerou diversas transformações nas redes de mercearias, impulsionando um processo de conversão das formas comerciais. Segundo Cyrillo (1987) Apud Sesso Filho (2003, p. 6):

O novo equipamento atraiu principalmente clientes das grandes cadeias, os quais possuíam menor poder aquisitivo. Os clientes de alta renda permaneceram em sua maioria leais aos serviços personalizados das lojas independentes, como os pedidos por telefone e as entregas a domicílio. Portanto, rapidamente muitas lojas de grandes redes foram transformadas em supermercados. Na década de 1930, a cadeia A&P substituiu 933 lojas de atendimento em balcão por 204 supermercados, a Kroger e a Safeway eliminaram juntas 600 lojas substituindo-as por 61 supermercados.

Tal processo indicava o modo como estas formas comerciais deviam agir diante da nova postura do modo de produção capitalista que emergia naquele momento. Esta condição, direcionada para a flexibilidade e mobilidade das atividades econômicas, sejam elas unidades produtivas ou comerciais. Sendo flexibilidade e mobilidade qualidades dos elementos centrais para o desenvolvimento do comércio em todo o ocidente a partir da segunda metade do século.

No Brasil, os supermercados começam a se instalar a partir dos anos 1950, no sudoeste brasileiro, período em que já havia significativa industrialização e urbanização na região supracitada. Diante das relações políticas globais que marcam a dinâmica econômica da segunda metade do século XX, o setor terciário brasileiro passa a se desenvolver tendo como espelho o modelo norte-americano, mediante o processo de industrialização, expansão da malha urbana e disseminação dos novos desejos de consumo que, em sua maior parte, atingiram inicialmente a classe média e a burguesia urbana nacional.

Segundo Knoke (1963), no Brasil as condições econômicas e a dinâmica comercial durante a crise 1929 e, posteriormente, durante a Segunda Guerra Mundial, se diferenciavam consideravelmente do contexto Norte-americano, especialmente, no que se refere a oferta de alimentos a baixo custo, elemento decisivo para a expansão dos supermercados nos Estados Unidos. Uma vez que o mercado ambulante de rua apresentava significativa dispersão e diversificação, ocupando os grandes centros e localidades periféricas.

Ainda em consonância com o referido autor, as feiras livres foram uma das principais instituições que possibilitaram este acesso com custos reduzidos, uma vez que

[...] a feira vende seus produtos nas ruas, não paga aluguel, luz, água, gás e outras despesas usualmente associadas com a operação de uma loja de varejo, permitindo, assim, o desenvolvimento de um sistema barato de distribuição de alimentos. Em muitos aspectos, a feira brasileira é similar às européias e asiáticas, bem como aos primeiros mercados públicos de varejo dos Estados Unidos. Difere, num importante aspecto, da maioria das feiras, porque é ambulante e leva, uma ou duas vezes por semana, as mercadorias às pessoas, em vez de exigir que as pessoas se locomovam até os mercados estacionários ou permanentemente estabelecidos. Por evitar custos de locação e certos impostos, e pelo estabelecimento do princípio de só vender a dinheiro, a feira era, e ainda é, um meio de distribuição de custo relativamente baixo. (KNOKE, 1963, p. 95)

Neste sentido, os supermercados no Brasil tiveram que desenvolver novas estratégias para concorrer com as formas comerciais já consolidadas dentro da estrutura econômica vigente, considerando que esta já se encontravam imbricada nos hábitos cotidianos e nos valores culturais, entendendo que a permanência destas formas comerciais rompia com os limites econômicos, trata-se de espaços de diálogo e lazer, estabelecendo diversos encontros e que tinham uma função cultural e simbólica.

Devido a estrutura já existente, os supermercados tiveram um desenvolvimento significativamente lento em todo território nacional. Segundo Knoke (1963), em 1962 os supermercados correspondiam à apenas 2% do total de vendas do setor alimentício em São Paulo e no Rio de Janeiro. Ainda de acordo com as pontuações do referido autor, há imprecisões sobre há razões que justificam este lento desenvolvimento, contudo, há de se considerar 3 fatores centrais:

a) Fatores legais - O supermercado ainda não foi reconhecido em São Paulo como instituição. Até que se dê seu reconhecimento oficial, a frágil posição dos supermercados existentes não favorecerá sua expansão e desenvolvimento.

b) Fatores econômicos - O supermercado brasileiro, como instituição varejista em grande escala, está sujeito aos mesmos custos incorridos por todos os varejistas de produtos alimentícios. Como o supermercado é um estabelecimento fixo, ao contrário da feira que é um estabelecimento nômade por natureza, está sujeito às despesas de locação, impostos e outras. Não se conhecem dados precisos quanto ao custo de locação das feiras nas ruas, mas os estudiosos do assunto acham que esse custo é muito menor do que as despesas do supermercado com aluguel e manutenção, que correspondem a 3,5% das vendas. Se se considerar que a despesa total de operação do supermercado é de 10,3% sobre as vendas, esses 3,5 % representam 1/3 dos custos de varejo.

c) Fatores Sociais e Culturais

1. Durante quase 50 anos os brasileiros têm comprado seus alimentos na feira e em pequenos varejistas que oferecem serviços completos, incluindo venda pessoal, crédito e entrega. Assim sendo, o supermercado, não proporcionando vantagem de preço, oferece, para atrair a clientela à sua porta, pouco mais do que a oportunidade de comprar a qualquer hora e em qualquer dia útil da semana.
2. O Brasil, como todos os países da América Latina, tem, primariamente, duas classes: os pobres e os ricos. Nem uma nem outra são bons fregueses potenciais para o supermercado: os pobres, porque tendem a comprar seu arroz feijão ou na feira ou num pequeno empório da vizinhança; os ricos, porque têm empregadas para fazer a maior parte do trabalho de compras, quer na feira quer nos empórios, quando não possam ou não queiram esperar pela entrega a domicílio.
3. Por exclusão, a classe média deveria ser o lógico freguês potencial para o desenvolvimento do supermercado. Sucede, porém, que essa classe, conquanto esteja em desenvolvimento, ainda é relativamente pequena.
4. O supermercado, nos Estados Unidos, se desenvolve paralelamente às facilidades generalizadas de aquisição e uso de automóveis. O consumidor automobilizado pode distinguir com sua preferência uma loja que, assim não fosse, estaria desvantajosamente localizada. Em São Paulo estima-se que haja 400000 automóveis para uma população de mais de 4 milhões sendo indescritíveis as dificuldades de trânsito e estacionamento. Assim sendo, muitos fregueses potenciais não podem comprar nos 16 supermercados existentes por serem estes poucos e localizados em zonas de difícil acesso para essas pessoas.
5. Como grande parte da população é analfabeta, sua compreensão das inovações e a vontade de aceitá-las são menores do que numa sociedade mais educada.
6. Nos países da América Latina o fator tempo parece ser menos importante do que nos Estados Unidos. Assim, um dos principais apelos do supermercado - "oportunidade contínua de comprar de uma só vez" - tem menos significado aqui do que nos Estados Unidos. A feira, por outro lado, além de oferecer amplo sortimento de mercadorias, oferece oportunidade de contatos sociais que tendem a perpetuar a instituição em outra base, que não a econômica. (KNOKE, 1963, p. 96-97, *grifo do autor*)

Entretanto, estes fatores são superados nas grandes metrópoles com significativa velocidade se comparados com as localidades interioranas, nas quais as feiras livres e o comércio tradicional se perpetuam por muito mais tempo. Segundo Sesso Filho (2003), a partir da década de 1960, com a chegada dos militares ao poder e, logo após a criação do PAEG (Programa de ação econômica do governo, em vigor de 1964-1967), diversas estratégias tomadas, de natureza fiscal e logística, tenderam a beneficiar o setor supermercadista.

Em virtude dos planos de desenvolvimento econômico associado aos interesses geopolíticos, em parte iniciados desde o governo de Juscelino Kubitschek, que

contribuíram para ampliação da fronteira agrícola e melhoramento do sistema logístico de distribuição de alimentos, os supermercados passaram a se articular com novos circuitos produtivos que emergiam neste processo e ampliam sua oferta de alimentos em quantidade e qualidade, se desvinculando da cadeia logística local.

Contudo, ainda durante o regime militar, os efeitos da dívida externa passaram a conturbar a economia nacional, despertando problemas como inflação, desemprego e, por consequência, redução da qualidade de vida. Estes elementos contribuíram para a expansão dos supermercados, uma vez que a instabilidade econômica, refletida na variação de preços, onde os supermercados, devido sua própria organização espacial, era comum tardar a atualização, bem como sofrer menores variações de preços. Este contexto favorece o desenvolvimento destas formas comerciais, bem como a modificação os hábitos de consumo, as compras domésticas tornam-se maiores, aumentando o intervalo entre as mesmas, ocorrendo uma vez por mês.

Assim, como a dinâmica dos supermercados, por funcionarem todos os dias ao contrário das feiras livres, foi melhor aceito pelo novo modo de vida que a classe média brasileira adotava naquele momento. Este grupo socioeconômico, caracterizados pela renda e por uma identidade que lhe é própria, se identificaram com os supermercados em virtude da velocidade e praticidade, mantendo bons preços, assim como o distanciamento com as camadas de menor poder aquisitivo.

Desse modo, conforme aponta a Sesso Filho (2003, p. 14):

A situação social, urbana e econômica brasileira condicionaria a atuação dos supermercados como uma forma de comercialização de alimentos para a classe média, sendo que a periferia das cidades apenas seria atingida pelas grandes redes a partir da segunda metade da década de 1970.

No fim da década de 1970, com a crise do petróleo o governo se sentiu obrigado a desvalorizar a moeda para estimular as exportações, no entanto, umas de suas consequências foi o aumento da inflação que, por sua vez, implicou em significativos aumentos nos gastos domésticos, especialmente, alimentação. A relativa estabilidade da política de preços presente nos supermercados, se comparadas a outras formas espaciais, somada ao fato de que a categoria concentrava maior diversidade em quantidade e qualidade, contribuiu para que os supermercados chegassem aos bairros mais populares e em toda a periferia.

Durante a crise do petróleo e suas repercussões que perduraram durante toda a década de 1980, tanto o consumo quanto a oferta de alimentos tiveram reduções, parte das prateleiras ficaram desocupadas, afim de não passarem mal impressão, os supermercados começam a ocupar estes espaços vazios com mercadorias não-alimentos, produtos de limpeza, acessórios automotivos, utensílios gerais, ferramentas de trabalho entre outros bens.

A diversificação na oferta de mercadorias, em especial não-alimentos, assim como o tamanho destas formas, se constituem como um dos principais elementos de distinção entre supermercados e hipermercados (como pode ser visto na tabela 1). Todavia, a distinção entre estes formatos ultrapassa as formas, trata-se de atividades com funções distintas e inseridas em redes logísticas também distintas.

Tabela 1: Classificação das atividades do setor supermercadista de acordo com a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS)

Formato de loja	Área de vendas (m2)	Nº médio de itens	% de vendas não alimentos	Número de caixas	Seções
Supermercado compacto	300 - 700	4.000	3	2 - 6	Mercearia, hortifrúti, carnes e aves, frios e laticínios, bazar
Supermercado convencional	700 - 2.500	9.000	6	7 - 20	Mercearia, hortifrúti, bazar, carnes e aves, peixaria, padaria, frios e laticínios
Superloja	3.000 - 5.000	14.000	12	25 - 36	Mercearia, hortifrúti, bazar, carnes e aves, peixaria, padaria, frios e laticínios, têxtil e eletrônicos
Hipermercado	7.000 - 16.000	45.000	30	55 - 90	Mercearia, hortifrúti, carnes e aves, padaria, frios e laticínios, bazar, peixaria, têxtil, eletrônicos

Fonte: Brito (1998)

Segundo Sesso Filho (2003), os hipermercados no Brasil surgem no início da década de 1970, através de investimentos da empresa Peg-Pag na cidade de São Bernardo dos Campos. Em virtude dos grandes investimentos necessários, os hipermercados surgem a partir de iniciativas de grandes redes do setor supermercadista, neste sentido

desde suas respectivas fundações são empreendimentos compostos por alto valor agregado de capitais simbólico, cultural, econômico e político.

O mesmo acontece com a inserção da empresa francesa Carrefour⁷ no Brasil, neste caso, é interessante observar que as estratégias adotadas pela empresa receberam destaque no mercado nacional. De acordo com Sesso Filho (2003, p. 14):

Cada hipermercado Carrefour era uma unidade autônoma, que gerenciava seus estoques, realizava negociações e determinava a variedade de produtos em sua área de vendas. Este sistema administrativo era oposto ao tradicional das redes de supermercados, com gerência centralizada, a gestão destas seria modificada apenas no final da década de 1980, período no qual as grandes redes reestruturariam toda a administração.

As inovações administrativas adotadas pela Carrefour a tornaram referência no varejo de alimentos no Brasil, o fato da empresa ter descentralizado o gerenciamento favoreceu que as mesmas construíssem estratégias diversificadas, apenas conservando os princípios de valores que estruturam a empresa e o varejo de alimentos na contemporaneidade, como conforto e praticidade. Assim para eles,

Durante [este] período, o formato de loja que mais se desenvolveu foi o hipermercado, o qual apresentava economias de escala devido ao seu maior tamanho e oferecia uma grande variedade de produtos, pois o tempo de compra do consumidor passava a se tornar cada vez mais escasso. Além disso, as lojas passavam a dividir o mesmo espaço com agências bancárias, cabeleireiros, chaveiros e outros estabelecimentos com o objetivo de aumentar o fluxo de pessoas na loja. (SESSO FILHO, 2003, p. 13)

Na segunda metade da década de 1980, durante o Governo de José Sarney, no entanto, o Brasil perpassava por uma conturbada crise econômica que influenciou reconfigurações no setor supermercadista. Grandes empresas passaram a investir em lojas de menor porte e com oferta de alimentos limitadas, considerando que devido a redução do poder aquisitivo as famílias passaram a consumir somente os bens essenciais e procuraram as marcas mais baratas. Tais medidas adotadas reduziram os possíveis

⁷ Corresponde a uma rede varejista do setor supermercadista, a mesma, de origem francesa, chega ao Brasil em 1975, no entanto, se expande apenas na década de 1990, alcançando o posto de maior empresa do ramo no Brasil desde 2007 e a segunda maior do mundo, estando presente em mais de 30 países, como mais de 15.000 unidades. Ver mais em: FRANÇA JUNIOR, Luzimar Barreto de. Trabalho e reestruturação na rede Carrefour: uma análise crítica. **Dissertação (Mestrado em Ciência Sociais)**, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

prejuízos para as grandes empresas, por outro lado, as pequenas unidades sofreram perdas irreparáveis, esses acontecimentos favoreceram a formação de oligopólios no setor.

Posteriormente, em 1994, a partir da criação do Plano Real⁸ durante o Governo de Itamar Franco, a dinâmica comercial passa por significativas reconfigurações, uma vez que a inflação consegue ser controlada e o poder de consumo ganha nova estabilidade. Uma das expressões deste novo contexto é o retorno da prática de pequenas compras com maior frequência, esta nova demanda exige que o setor varejista de alimentos se adeque.

De acordo com Wilder (2003), até a criação do Plano Real, o setor supermercadista e hipermercadista atingia altas margens de lucratividade a partir da combinação entre comercialização e financeirização, com o progressivo aumento inflacionário, o setor passa a obter maiores margens de lucro devido a atualização dos preços após a compra ao consumidor, aumentando seus lucros com a especulação.

Contudo, segundo o autor, a principal alternativa criada adotada para contornar a situação foi a prática de novas estratégias de mercado, a exemplo do processo de automatização do comércio, ideia muito difundida na atualidade, mas ainda inovadora para o referido contexto (WILDER, 2003).

Em conformidade com o autor supracitado, o processo de otimização das atividades comerciais adotadas pelo setor varejista, inspirado nas transformações comerciais americanas, se orientou pelo princípio da precificação, que, por sua vez, consiste na busca por menores preços e maior concorrência. Esta reorientação estava alicerçada em dois elementos: logística e automação, o primeiro, referente a adoção do modelo Resposta Eficiente ao Consumidor (Efficient Consumer Response – ECR), se consolidava no estreitamento da relação entre varejista, fornecedor e produtor, criando articulações e comunicações que possibilitariam maior margem de lucratividade.

O segundo elemento, era composto por quatro estratégias que se articulam e se integram, segundo Wilder (2003, p. 95, apud DIB, 1997):

A primeira estratégia, denominada *Efficient Store Assortment* (Sortimento Eficiente da Loja), tem como objetivo otimizar os estoques

⁸ De acordo com Batista Júnior (1996), o Plano Real consistiu em programa de ação econômica com a finalidade de estabilizar a inflação que vinha crescendo vertiginosamente desde a década de 1980. A reforma econômica derivada deste processo se fundamentava nas experiências argentina e mexicana, contudo, a readequação da economia brasileira de acordo com a dinâmica econômica e cambial adotada em toda América Latina demandava de grande apoio político, só alcançado após as eleições de 1994, com a vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso. Ver mais em: BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. O Plano Real a luz da experiência argentina e mexicana. Ver mais em: **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 28, p. 129-197, 1996.

e o espaço das lojas visando encontrar o mix ideal de mercadorias que atenda às demandas dos consumidores, aumentando o volume de venda e reduzindo os estoques das lojas. A segunda estratégia, sistema de reposição, visa otimizar o tempo e o custo do sistema de reposição dentro do estabelecimento e recebe o nome de *Efficient Replenishment* (Reposição Eficiente). As estratégias de promoção, denominadas de *Efficient Promotion* (Promoção Eficiente), visam maximizar a eficiência de todos os sistemas de promoções de venda, do fornecedor ao cliente. Finalmente, a última estratégia chamada de *Efficient Product Introduction* (Introdução Eficiente de Produto), busca maximizar a eficácia do desenvolvimento e introdução de novos produtos.

Somada a estas reformatações no setor, a partir dos anos 2000 é introduzido o Eletronic Data Interchange – EDI (Intercâmbio Eletrônico de Dados), no qual trata-se de um sistema de informação que agiliza todo o processo de quantificação de carga e descarga das mercadorias, facilitando todo o gerenciamento. O sistema de eletrônico de intercâmbio de dados que posteriormente se tornou em um sistema informal, conectado via internet banda larga, serviu e serve de base para a otimização do varejo.

Por sua vez, a otimização do varejo de alimentos, em um contexto de aumento da população urbana, dependia da otimização do processo de distribuição. A nova esfera técnica que se forma a partir da década de 1990, caracterizada pela velocidade das informações e pela mobilidade de pessoas, capitais e instrumentos técnicos, possibilitaram a criação de redes cada vez mais fluídas e eficientes na distribuição das mercadorias (SANTOS, 1997). Este novo cenário favoreceu o desenvolvimento dos instrumentos de distribuição de alimentos, gerando novos formatos, alguns casos se caracterizam por hibridizar as modalidades de atacado e varejo, assim recebendo novo destaque na dinâmica comercial, os Atarejos⁹.

1.4.3 Atacados e Atacarejos

⁹ O termo Atacarejo refere-se ao formato de loja comercial que hibridiza as modalidades varejo e atacado, sua estrutura muito se aproxima das lojas atacadistas, no entanto, consegue comercializar na modalidade varejo com valores muito próximos ao mercado atacadista. Sua organização é caracterizada pelo autosserviço e pelo uso apenas de dinheiro em espécie ou débitos, assim reduzindo os custos de funcionamento. Atualmente, se constitui como umas modalidades do comércio de alimentos que mais cresce. Ver mais em: WEN HSIEN, Huang; GIULIANI, Antonio Carlos; FRANÇA DA CUNHA, Christiano; KASSOUF PIZZINATO, Nádia. Atacado e Atacarejo como opção de compra de clientes de distribuidora de alimentos.

Revista de Administração, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, v. 5, n. 1, p. 11-28, janeiro-abril, 2012.

De acordo com Salgueiro (1996), as lojas sob formato de atacado, em sua maioria, derivadas dos grandes armazéns, correspondem ao comércio integrado, no qual, possuem a função de distribuição e comercialização, em atacado e, em alguns casos, varejo. Este formato chama atenção por, em sua maioria, estarem ligados a grandes de distribuição de alimentos.

Desde os anos 1990, as lojas de atacado, em especial, do setor alimentício e de produtos de higiene pessoal e limpeza doméstica, se racionalizaram adotando estratégias contemporâneas como o livre-serviço. Assim como aponta a autora supracitada, em 1994, 60% do volume de negócios na França e 74% em Portugal adotaram o livre serviço, tornando-se tendências para outros tipos de lojas como livrarias, lojas de discos e serviços como restaurantes e lavanderias (SALGUEIRO, 1996).

Até meados dos anos 2000, as plataformas comerciais que comercializavam mercadorias na modalidade atacado negociavam exclusivamente com os varejistas, como pequenos lojistas, supermercadistas e donos de mercearias e ou bodegueiros. Tal como observa Hsien et. al (2012), o mercado de atacado funciona estrategicamente como agente intermediário, articulado com as redes de distribuição e produtores, adquire parte significativa da produção, alcançando significativos descontos e obtendo um dos maiores índices de desenvolvimento por setor assim como descreve Hsien et. al. (2012, p. 18):

No Brasil, o setor atacadista teve um crescimento real de 4% em 2010, comparado com o de 2008. Segundo a ABAD (2010), o setor é responsável pelo abastecimento de 53% do canal alimentar do país. De acordo com o Ranking da Abad 2009, realizado com 364 empresas, o setor atacadista de distribuição encerrou o ano de 2009 com um faturamento de R\$ 120,8 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 8,5% em relação a 2007. Na modalidade de autosserviço, quem lidera o ranking de 2009 dos atacadistas é o Makro, com um faturamento de R\$ 5.114.340.533; em segundo lugar, vem o Assaí, com um faturamento de R\$ 2.196.500.000; e, em terceiro lugar vem o Tenda, atacado com faturamento de R\$ 1.309.700.000. Para os pequenos e médios atacadistas, isso se torna uma grande ameaça para o próprio crescimento.

O vertiginoso crescimento do setor concentrado em algumas redes de atacado indica um processo semelhante ao que ocorreu no setor supermercadista, no qual há a estruturação de monopólios em virtudes das vantagens logísticas que as grandes redes possuem, reconfigurando todo o processo de distribuição a partir da progressiva eliminação dos intermediários, interagindo com fabricantes e produtores.

Por sua vez, o formato comercial que atualmente identificamos como Atacarejo surge no início dos anos 1970 como Atacado – Cash and Carry (pague e leve), fazia referência a um modelo de lojas que comercializavam em atacado para clientes não institucionais, ao mesmo tempo que não oferecia serviços de entrega e aceitavam pagamentos apenas a vista, tais características tornaram uma alternativa viável no competitivo mercado de alimentos (LEITE, 2017). Uma vez que a simplificação do seu formato reduzia o número de contratos e funcionários, assim possibilitando negociar de modo mais eficiente com fornecedores e produtores.

Como destaca a referida autora, estas formas comerciais muito se assemelham às lojas de atacado, no entanto, inovam na organização e uso de seus respectivos espaços, reduzindo os custos de funcionamento ao máximo. De acordo com Hsien (2012), os atacarejos são formas comerciais que oferecem pouquíssimo conforto e comodismo aos seus clientes, não ofertando serviços como atendimento especializado, auxílio de funcionários, diversidade nas formas de pagamentos entre outros elementos. Contudo, oferecem os melhores preços do mercado, somado a isto também houve a valorização de marcas novas no mercado, por esta razão, mais baratas e acessíveis as camadas populares.

As estratégias de ampliação dos atacarejos são muito evidentes, em sua maioria, pertencem a grandes redes do setor varejista de alimentos, a exemplo de rede de atacarejos “Atacadão” que pertence à empresa francesa Carrefour. Desse modo, a própria estrutura ofertada pela rede possibilitou que a loja tenha bom relacionamento com os fabricantes, sendo, no bojo das unidades da rede, a loja com caráter popular (HSIEN, 2012).

Tais estratégias possibilitam a formação de uma cadeia articulações na qual o preço praticado pelos atacarejos seja mais vantajoso para a maior parte dos consumidores, assim o crescimento dessa parcela do setor de comercio se expande e modifica a dinâmica dos setores atacadistas e varejistas, principalmente, de distribuição de alimentos. O processo de expansão dos atacarejos ultrapassam as grandes cidades e metrópoles, inserem-se nas cidades médias do interior nordestino como Campina Grande, na Paraíba, e Caruaru, em Pernambuco, ao mesmo tempo que estes formatos se encontram em processo de inserção em cidades de menor porte como Monteiro e Sumé, localizadas no Cariri paraibano.

Nas médias e pequenas cidades, os efeitos deste processo de redefinição do espaço terciário podem contribuir para a redução de formas comerciais tradicionais de pequena dimensão que, por sua vez, correspondem a maior parte destas formas comerciais, como

o ocorreu com as bodegas (mercearias) de Campina Grande, como aponta Diniz (2019). Segundo Costa (2019), evento que também apresenta semelhanças é a redução dos fluxos nas feiras livres em toda porção semiárida da Paraíba, a exemplo caso de Sumé.

1.4.4 Feiras livres

As feiras livres são formas comerciais características do processo de formação econômica do Brasil, sendo presentes, ainda nos dias atuais, em todos os municípios brasileiros. Suas origens remetem às organizações sociais pretéritas, a exemplo dos mercados de rua Europeus do século XIV, mas também podendo ser encontradas no Norte-africano, no Oriente Médio e na Ásia.

De acordo com Dantas (2007), discutir sobre a formação das feiras livres e suas respectivas funções ao longo da história e, por consequência, da sucessão dos modos de produção, é fazer uma reconstrução das relações de troca em quase todo o globo. Uma vez que, trata-se de da evolução de formas comerciais que foram sendo reproduzidas e ressignificadas por diversas sociedades distintas, incluindo novos elementos morfológicos e funcionalidades.

Conforme aponta o referido autor, citando Munford (1991), as feiras livres derivam dos mercados abertos que, por sua vez, surgem a partir das trocas de mercadorias entre produtores, pratica conhecida como escambo. Estas trocas, datadas de 2000 a 3000 a.c., remetem a superação da organização econômica primitiva, quando a espécie humana já domesticava animais e construía lavouras com dimensões consideráveis, conseguindo produzir excedentes de bens, ou seja, mais bens do que o produtor e sua família conseguiam consumir.

Segundo o mesmo, assim como as rotas fluviais, os mercados tornaram-se pontos de intersecção entre fluxos, formando a aglomerações e contribuindo na complexificação das economias, uma vez que:

O ideograma sumeriano de mercado, um Y, talvez indicasse que a ideia de mercado como ponto de junção das rotas de comércio já era reconhecida. Não há necessidade de duvidar que o mercado apareceu inicialmente para regular a troca local, muito antes de qualquer “economia de mercado” baseada em transações tendo em vista um lucro monetário e a acumulação de capital privado, viesse a existir. Se essas alusões ao mercado podem ser tomadas seguramente como indicações de um uso mais geral, as duas formas clássicas de mercado, a praça aberta ou o bazar coberto, e a rua de barracas ou de lojas, possivelmente

já tinham encontrado sua configuração urbana por volta de 2000 a.c. a mais tardar. (MUNFORD, 1991, p 203)

A formação das cidades, em parte, está associada a divisão social e territorial do trabalho geradas pela formação dos mercados abertos, polos de encontro com a finalidade de efetivação das trocas comerciais. Segundo Dantas (2007), este fenômeno é relatado em diversas obras de referência sobre o tema, como Braudel e Ratzel, em especial, por tratar-se de um fenômeno que acompanha o processo de migração e distribuição da população mediterrânea ao longo da Europa e do continente africano.

Assim, os principais núcleos populacionais se localizaram ao longo das rotas comerciais, estes mercados apresentavam uma morfologia muito próxima ao que atualmente se entende como feiras livres, no entanto, havia maior heterogeneidade nas formas de comercialização e troca, sendo muito comum o escambo. Esta heterogeneidade, em destaque, baseia-se na ausência de moeda única.

Para Harvey (1980), os mercados de troca existem desde a antiguidade, em sua maioria, dispostos nas cidades. No entanto, esta fase inicial do mercado de troca não dispõe de um modo autorregulador de preços fixos, desse modo, não se constituindo como um instrumento de integração. Esta dimensão (e funcionalidade) dos mercados de troca trata-se de um fenômeno da história recente, na qual a divisão social e territorial do trabalho encontra as condições basilares para a efetivação de um sistema de integração econômica.

A maior parte da literatura consultada discute a consolidação das técnicas de troca e de comercialização em paralelo ao surgimento das cidades, nesta perspectiva o comércio é entendido como o elemento justificador da formação dos aglomerados, uma vez que garantia a localidade uma função dentro da dinâmica econômica local e garantia o abastecimento de bens básicos para a população que, residindo em povoados e vilas não detinham os meios para produção de tudo que precisavam.

Assim como aponta Munford (1991, p. 86), a complexificação das relações sociais e da própria organizacional espacial favorece o surgimento de indivíduos que destinados exclusivamente a realização de trocas comerciais e a distribuição de mercadorias, tornam-se os primeiros comerciantes. Os comerciantes, inicialmente, responsáveis pela aquisição com os produtores e pela comercialização nos mercados de troca, que em suma ocorriam no interior dos templos, concentrando significativa diversidade de bens, como “Cereais,

sementes de sésamo como matéria-prima para o óleo, legumes, cerveja, tâmara, vinho, peixes (secos ou salgados), gorduras, lãs, peles, enormes quantidades de caniços e juncos, esteiras, asfalto e pedras”.

De acordo com o autor, em virtude do aumento populacional nos povoados e aglomerados urbanos, houve a necessidade de ampliação dos espaços comerciais, sendo necessários sair do interior dos templos e buscar espaço abertos, este processo também contribui para ampliação das atividades comerciais, incluindo bens produzidos por outras cidades. Ainda segundo Munford (1991), as antigas capitais das províncias do Delta ou da mesopotâmia, uma vez que possuíam distância média de 30 quilômetros, organizaram-se territorialmente para a comercialização e distribuição de cereais, criando polos centrais para a redução dos custos logísticos de distribuição e abastecimento, articulando-se regionalmente.

O desenvolvimento das formas comerciais encontra-se intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento técnico, por sua vez, referente a relação entre o homem e natureza. Pois ao passo que a sociedade desenvolve meios para impor-se frente aos obstáculos postos pela natureza, aumentando sua capacidade de produção e, por consequência, alargando toda a cadeia de circulação de bens, este processo intensifica a divisão do trabalho tanto no campo como na cidade.

Segundo Dantas (2007), o mercado de trocas sob o formato de feira livre tal conhecemos tem sua gênese nas feiras europeias por volta dos séculos XI e XII. As feiras se desenvolvem-se sob o sistema feudal, modo de produção que apresentava significativa sofisticação, os feudos estruturados através da produção agrícola concentravam na propriedade fundiária a fonte sinérgica do desenvolvimento social e econômico, enquanto as cidades, centro da organização política e administrativa, reuniam as atividades comerciais, por consequência, as feiras livres.

A partir do século X, a Europa perpassou por intensas transformações em decorrência do aumento vertiginoso do comércio. O expressivo aumento do comércio se deu pelo fato das grandes fortunas, em sua maioria estáticas, riquezas que não circulavam, acumuladas e armazenadas em cofres, passaram a enxergar no comércio uma possibilidade de investimento e de circulação do dinheiro, uma vez que a comercialização de bens importados gerava lucros excepcionais, no entanto, por se tratar do comércio intra-marinho eram atividades custosas e arriscadas (HUBERMAN, 1986).

Segundo Huberman (1986), ainda nos séculos XII e XIII, a precariedade dos meios de transportes não possibilitavam a existência do comércio constante, mercadores passavam a maior parte de seu tempo circulando com as mercadorias pelos principais centros, estabelecendo a mediação entre as unidades de produção e os centros de comercialização. Por esta razão, as cidades eram abastecidas pelo comércio periódico, reunindo comerciantes, mercadores e produtores.

Estes espaços corresponderam ao ápice da importância política e econômica das feiras em território europeu, influenciando o surgimento de feiras ao longo das colônias na América Latina e África. A forma destes mercados, como a localização e a lógica de espacialização apresentam algumas semelhanças com as feiras brasileiras, no entanto, no que se refere a funcionalidade destas feiras, no Brasil, estas se assemelhavam mais aos mercados abertos da antiguidade em virtude da ausência de um arranjo produtivo diversificado no Brasil Colônia. A respeito destes dois formatos, o referido autor faz uma ressalva:

É importante observar a diferença entre os mercados locais semanais dos primeiros tempos da Idade Média e essas grandes feiras do século X ao XV. Os mercados eram pequenos, negociando com os produtos locais, em sua maioria agrícolas. As feiras, ao contrário, eram imensas, e negociavam mercadorias por atacado, que provinham de todos os pontos do mundo conhecido. A feira era o centro distribuidor onde os grandes mercadores, que se diferenciavam dos pequenos revendedores errantes e artesãos locais, compravam e vendiam as mercadorias estrangeiras procedentes do Oriente e Ocidente, Norte e Sul. (HUBERMAN, 1986, p. 32)

Assim como aponta Huberman (1986), as feiras do século XV caracterizam a transição de uma economia feudal, sustentada na produção agrícola auto-suficiente para uma economia mercantil, organizado entorno do comércio internacional e do sistema financeiro, ainda primitivo. Nesta nova organização que se instaurava, as feiras correspondiam a espaços de negociação entre grandes investidores e mercadores, especialmente no território português, era a partir destas feiras que bens advindos da colônia eram distribuídos pela Europa a través de mercadores e viajantes.

Para Fonseca (2014), a pesar das feiras brasileiras serem descendentes das feiras portuguesas há poucas semelhanças entre as mesmas. Uma vez que as primeiras feiras no território brasileiro surgiram ao final do século XVI, com os objetivos de reunir os bens que estavam sendo explorados no Brasil, assim como comercializar escravos trazidos da

África, dinâmica característica de uma economia subordinada, enquanto que Portugal consolidava-se enquanto uma metrópole econômica e política, suas feiras tinham a função de reunir os mais diversos bens para comercializá-los com a população portuguesa.

Segundo Dantas (2007), acredita-se que as primeiras feiras brasileiras ocorreram na cidade de Salvador. Em virtude da organização produtiva da região, alicerçada na produção de cana-de-açúcar, detinham pequenas produções complementares que tornavam as propriedades auto-suficientes. Em contrapartida, se fazia necessário a existência de feiras para a execução de comercializações e trocas dos mais diversos bens, desde alimentos até ferramentas de trabalho, objetos em geral e vestimentas, assim, tanto abastecendo a população que passava a viver na Cidade de Salvador, como distribuía os bens que chegavam aos portos. Assim, as feiras refletiam a própria realidade do território nacional, atendendo as demandas locais.

De acordo com Pintaudi (2006), as feiras livres se caracterizam pela sua capacidade de diálogo com a estrutura econômica dominante, coexistindo juntos a outras formas comerciais e atuando nas fissuras do modo de produção predominante. Esta característica contribui para diversificação destas formas comerciais, considerando que as mesmas se reconfiguram a partir das demandas da comunidade local.

Por outro lado, apesar de atualmente as feiras se situarem a margem do modo de produção capitalista, consistindo em uma resistência diante da racionalidade hegemônica do mercado, durante o processo de formação econômica do Brasil as feiras tiveram um papel essencial na reprodução das relações sociais de produção, possibilitando a circulação de bens essenciais em lugares que o comércio estático (fixo) não teria condições de instalar-se. Assim, as feiras foram fundamentais para consolidação do processo de ocupação, abastecendo as populações e favorecendo a circulação de bens e mercadorias.

Devido seu caráter centralizador, as atividades comerciais possuem estreita relação com o desenvolvimento das cidades, a centralidade exercida pelo comércio atua como condição fundamental para o desenvolvimento urbano, sendo resultado e condição do desenvolvimento das cidades (ANDRADE, 2011). Uma vez que o próprio processo de desenvolvimento dos meios de produção, especialmente, no modo de produção capitalista, tende a gerar movimentos centrípetos com o objetivo de aprimorar a cooperação entre os envolvidos em todo o processo produtivo, desde a produção propriamente dita até consumidor final. Desse modo:

Ocorre uma expansão na escala do comércio e no tamanho da comunidade, seguidos por uma ampliação do comércio que passa a realizar contatos entre as comunidades. Eventualmente, com a crescente divisão do trabalho e diversidade de produção, e com o desenvolvimento de sistemas administrativos mais sofisticados, as trocas simples realizadas em encontros casuais ou ocasiões sociais são substituídas por lojas comerciais especializadas e instituições mercantis organizadas. (ANDRADE, 2011, p. 20)

Neste contexto, assim como aponta Andrade (2011), o comércio intensifica a formação de uma organização espacial citadina, a partir de um modo de vida que, cada vez mais, se configura como exclusivamente associado as cidades, este conjunto de formas espaciais e sociais se convencionou chamar de urbano. Em compensação, conforme analisa Lima (2012), o desenvolvimento comercial no Brasil ocorre a partir das feiras livres que, por sua vez, mantinham forte relação com a produção agrícola, em especial, na distribuição de cereais, hortaliças e carnes. Sendo em grande parte realizada pelos próprios produtores rurais, desse modo, portavam em sua própria dinâmica elementos do meio rural.

Em harmonia com o que destaca Lima (2012), as feiras livres brasileiras se estruturam através da mediação entre cidade e campo, fundamentais para as dinâmicas urbana e rural. Uma vez que, garante às localidades, por menores que sejam, o abastecimento dos bens necessários e oferece aos produtores agrícolas espaços para a comercialização de sua produção, por menor que venha a ser. De acordo com Sesso (2003), as metrópoles eram abastecidas de bens alimentícios quase que exclusivamente por meio das feiras livres até meados do século XX, quando o crescimento urbano passa a ocupar todo o anel agrícola que circundava parte destas metrópoles, é também durante o referido período que surgem as mercearias, findando a exclusividade das feiras enquanto meio para distribuição de alimentos.

Lima (2012), observa que na análise socioespacial brasileira há uma equivocada dissociação entre cidade e campo, na qual, trata o comércio como um fenômeno estritamente urbano. Contudo, a própria geohistória da formação das atividades comerciais e, por excelência, das feiras livres e dos instrumentos de distribuição de alimentos, nos remete à formação do arranjo espacial e, neste sentido, trata-se do território de modo integral.

O Brasil se constituiu como uma economia estritamente agrícola até meados da década 1940, período em que passa a se consolidar os primeiros distritos industriais.

Antes deste período, a economia brasileira estava estruturada na exploração de recursos minerais e no cultivo de monoculturas, nas quais se alternavam no tempo e no espaço em virtude dos contextos econômicos e políticos internacionais (FURTADO, 2007). Em virtude deste quadro, considerando a produção das formas espaciais como produto de todo o conjunto de fenômenos econômicos e políticos, as formas comerciais se formaram para atender as demandas desta economia que direcionava a configuração do território nacional.

É possível observar que, desde as primeiras tentativas de interiorização e adentramento nos Sertões do território brasileiro entre os séculos XVII e XVIII que, por sua vez, ocorreu de modo diversificado nas distintas porções da costa leste, seja para expansão dos canaviais e da Bovinocultura no Nordeste, como para a exploração do Ouro no Sudeste e em parte do Centro-Oeste. Processo semelhante ocorre já no século XIX para exploração da borracha na região Norte, para a efetivação da ocupação na região norte foram necessárias a formação de mercados periódicos para o abastecimento da população que migrava para estas áreas de intenso fluxos de pessoas e capitais (CANO, 1985).

Segundo Cano (1985), até meados do século XIX a economia brasileira se organizava enquanto um arquipélago econômico, constituía-se de um conjunto de ilhas, cada qual com suas peculiaridades, das quais mantinham maior articulação logística com o exterior do que com a própria economia nacional, na verdade, não existia de fato, mecanismos para a consolidação de uma integração nacional. Por sua vez, cada ilha conservava articulações regional que tornavam-as auto-suficiente, tendo as feiras livres como o principal meio de circulação dos bens alimentícios e não-alimentícios.

O isolamento regional que predominou a formação econômica nacional, só rompido a partir das políticas de articulação inter-regional desenvolvidas por vagas em 1930, contribuindo para que, assim como o arranjo econômico destas regiões, suas respectivas feiras livres também desenvolvessem significativas peculiaridades. Presentes em todo território nacional, as feiras livres são tão diversas quanto o arranjo produtivo nacional, pois resultam do processo de produção social do espaço, derivando dos aspectos sociais, políticos e econômicos da região.

1.4.4.1 Feiras Livres Nordestinas

Roberto Lobato Correia, em seu livro *Trajatórias Geográficas*, lançado 1997, ao tratar da dinâmica regional nordestina ressalta o papel das feiras livres na organização espacial da região e de sua influência na formação da rede urbana regional. Compreendendo a singularidade da dinâmica de abastecimento das cidades nordestinas através das feiras livres, o referido autor dirá que as mesmas se constituem enquanto formas comerciais “nordestinazadas”, por refletirem em sua própria morfologia a estrutura econômica, social e cultural do Nordeste. Neste sentido, as feiras livres do Nordeste são um construto histórico, singular e objetivo, da formação socioespacial da região.

Seguindo uma análise muito semelhante, Dantas (2007) evidencia o papel da bovinocultura na formação das feiras livres, em especial, no interior do Brasileiro foi fundamental para suas permanências e conservação. Uma vez que, segundo o autor, foi a partir do comércio de animais que se instituíram os primeiros mercados de troca na região, estes mercados, em sua maioria, destinam-se a comercialização do gado e de bens necessários ao “traquejo” com o rebanho como animais de trabalho: equinos, asnos e híbridos, assim como ferramentas de trabalho: peças de couro e de metais.

Todavia, como bem destaca Andrade (1973), além do gado, estes viajantes, comumente conhecidos como tropeiros, transportavam bens produzidos na região como rapadura, farinha e algodão. Segundo o autor supracitado, entre os séculos XIX e XX, os tropeiros foram os principais responsáveis pelo escoamento da produção de algodoeira, transportando as mercadorias das pequenas unidades produtoras até os centros de distribuição, feiras livres situadas em cidades estratégicas, na Paraíba a cidade que mais se destacou por esta função foi Campina Grande.

Sendo o ponto de confluência destes trajetos, frequentemente, locais com disponibilidade de água, sombra e mantimentos, os sítios das primeiras cidades do Sertão nordestino. Assim, como relata Andrade (1973), os tropeiros negociavam com as comunidades localizadas aos arredores dos locais de repouso, comumente, trocavam ou vendiam parte de sua carga. Ao passo que, estes lugares recebem notoriedade e pessoas de outras localidades nas imediações passam a deslocarem-se ao encontro dos mesmos, intensificando às relações de comerciais.

A partir desse movimento, acompanhado pelo aldeamento da população nativa dos Sertões formam-se núcleos de povoamento com funções econômicas diversas e dinâmicas, como é o caso de Crateús, no Ceará; Mossoró, no Rio Grande do Norte; Patos

e Campina Grande, na Paraíba e; Pesqueira e Inajá no estado de Pernambuco. No entanto, também houve o surgimento de incontáveis pequenas localidades com funções comerciais satélites que, por sua vez, atuaram no suporte aos maiores centros, tais localidades atraíam comerciantes e tropeiros, porém, proporções muito menores, correspondendo aos pátios das grandes fazendas, nas quais residiam trabalhadores rurais que não possuíam terras.

Neste contexto, é possível considerar que as pequenas cidades sertanejas surgem desta associação entre as funções comerciais e o aglutinamento de trabalhadores sem-terra, ou seja, buscavam autonomia financeira, ainda que de modo precário, em virtude da dependência aos grandes proprietários de terra, vez que a dinâmica local se resumia a produção agrária. Estes trabalhadores, em sua maioria correspondiam a descendentes de escravos de origem africana e ou descendentes dos povos nativos, uma vez que a maior parte da população de origem portuguesa tinha acesso à terra, assim como, detinham acesso as melhores condições gerais de sobrevivência (ANDRADE, 1973).

Ainda em meados do século XX, estas pequenas vilas, distribuídas ao longo do interior nordestino, em decorrência dos reduzidos fluxos de capitais, não apresentavam as condições mínimas para a instalação de formas comerciais fixas, sendo estritamente dependentes do comércio periódico. Sobre os mercados periódicos, Roberto Lobato Corrêa dirá que:

Os mercados periódicos representam uma forma de sincronização espaço-temporal das atividades humanas, isto é, os dias de funcionamento de cada mercado numa lógica de tempo e espaço, envolvendo o deslocamento periódico e sincronizado dos participantes de um dado mercado. Em outros termos, os comerciantes e prestadores de serviços reúnem-se a cada dia em um determinado núcleo: para aí converge a clientela de uma área próxima ao núcleo. (CORRÊA, 1989, p. 35-36)

Neste sentido, como aponta o referido autor, os mercados periódicos conseguem abastecer de modo eficiente diversas localidades que possuem pouca demanda de consumo ou que não justificam a implantação de formas comerciais fixas. Criando uma rede fluxos que acompanham os fluxos das feiras alternando ao longo dos dias da semana, há de observar que existe uma reciprocidade entre as comunidades locais, assim, ainda que determinada localidade tenha seu próprio mercado periódico, parte da população também costuma frequentar os mercados periódicos das localidades vizinhas,

possibilitando que a comunidade não-feirante também desenvolva relações de troca e venda.

Neste caso, o comércio periódico corresponde, no Nordeste brasileiro, às feiras livres que, nestas localidades possuem dinâmica muito peculiar, com diversidade menor que as feiras dos centros urbanos regionais, nos vilarejos, as feiras estavam condicionadas ao comércio de bens imediatos e de alta procura como, cereais, carnes, rapadura, farinha, plantas medicinais, xaropes e coquetéis, assim como tecidos e calçados, além do comércio de gado e de algodão.

Caracterizadas por reunir os bens produzidos nas pequenas localidades e comercializá-los nos centros de maior porte, estes mercados formam um complexo sistema de circulação de capitais no quais possibilitaram as condições básicas para a reprodução das relações sociais de produção no interior nordestino. Ao tratar da feira da comunidade de Lagoa da Canoa, na época, pertencente ao município de Arapiraca, Corrêa (1989) explicita o papel desempenhado por estas instituições:

Ali, como em todo Nordeste brasileiro, as “feiras” são instituições econômico-culturais tradicionais, constituindo-se na forma nordestina de realização de uma grande parcela de trocas. A periodicidade das “feiras” confere-lhes o caráter de mercados periódicos que se verificam não apenas em minúsculos centros como Coité do Noia e Lagoa da Canoa, mas em centros de zona como Batalha e mesmo em uma capital regional como Arapiraca, uma cidade com mais de 80 000 habitantes. (CORRÊA, 1989, p. 36)

Em virtude da significativa numerosidade destas pequenas localidades, as suas respectivas feiras necessitavam seguir um ordenamento, no qual, respeitassem suas coexistências, sendo os dias preferenciais para a execução da feira, Sexta-feira e, especialmente, o sábado, cedidos para as localidades de maior porte, ou seja, com maior influência econômica. A própria dinâmica itinerante das feiras, ordenavam-as para que fossem executadas de modo semanal em cada localidade, organizando circuitos, nos quais, um só feirante chegava a participar de 3 a 5 feiras em uma única semana (CORRÊA, 1989).

No Cariri Paraibano Ocidental, as feiras livres seguem esta ordem síncrona como pode ser vista na figura 1, sendo a feira livre de Sumé na Segunda-feira, Congo na terça-feira, Camalaú na Quarta-feira, Zabelê na Quinta-feira, São Sebastião do Umbuzeiro na Sexta-feira e Monteiro no Sábado, esta última fecha o ciclo. No entanto, a maior parte

dos feirantes, atualmente, não conseguem acompanhar o ciclo por completo, em princípio, por dois fatores: viabilidade e estoque.

Pequenos comerciantes, como é caso dos feirantes, dispõem de capital reduzido o que implica em uma seleção mais apurada dos espaços de comercialização, neste sentido, eles privilegiam as localidades com maiores fluxos de capitais, assim como possuem estoques reduzidos, precisando abastecer com mais frequência, o que tende a aprimorar a seleção.

Quando as cidades passam a concentrar fluxos de capitais suficientes para instalação de atividades comerciais fixas, fortalecendo os pequenos centros comerciais, as feiras, enquanto formas periódicas de comercialização, perdem sua preponderância, fazendo com que algumas feiras, em sua maioria distribuídas nas pequenas localidades, sejam desagregadas destes circuitos de operacionalização das feiras.

As feiras livres das pequenas localidades do Sertão nordestino, por sua vez, se caracterizam pela diversidade de mercadorias encontradas, uma vez que, até meados das décadas de 1960, como o caso de Sumé, estas localidades eram quase que exclusivamente abastecidas pelas feiras, desse modo, as mesmas tinham a finalidade de comercializar todos os bens demandados pela comunidade local.

A heterogeneidade que marca estas formas comerciais, faz com sua morfologia seja complexa, ao passo que para os que as frequentam não seja de nenhum modo confuso. Elas são organizadas por setores, historicamente as feiras eram subdivididas em 4 setores: 1) animais vivos, 2) Gêneros alimentícios, 3) Suprimentos agrícolas e 4) confeccionados e itens domésticos.

Alternativamente, com a expansão dos Mercados Públicos municipais que no interior nordestino ocorreu a partir das décadas de 1950, surgindo com o objetivo de criar padrões para os meios de comercialização de alimentos, as feiras livres perpassam por novas formatações, intensificando a setorização e adequando-se de acordo com os princípios de higienização, assim como sua adequação às necessidades de contemporâneas de consumo, ampliando sua setorização, atualmente, podemos encontrar de 7 a 8 setores: 1) animais vivos, 2) Frutas, legumes, verduras, raízes e cereais, 3) Carnes vermelhas, frangos e peixes, 4) serviços eletrônicos, eletrônicos em geral, DVD's e CD's, 5) Confeccionados, 6) Ferramentas de trabalho e 7) feira de itens usados, em algumas

localidades, além dos comerciantes tradicionais do setor de confeccionados, ocorre quinzenalmente a “Feira da Sulanca”¹⁰

1.5 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO E OS INSTRUMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

Correlacionando os processos de formação econômica, do Brasil, com as políticas de combate à seca e o desenvolvimento dos instrumentos de distribuição de alimentos, é possível enxergar a relação entre as políticas públicas desenvolvidas e seu rebatimento no setor terciário.

Entre as décadas de 1940 e 1960, o Estado brasileiro foi gerido por governos que redefiniram as estratégias de crescimento econômico, denominados de desenvolvimentistas -com exceção de Dutra- diversificaram a economia que, aos poucos progredia em direção a industrialização sem negligenciar seu potencial agrícola-exportador. Nestes projetos também era evidenciado a necessidade de uma ocupação efetiva do vasto interior, com esse objetivo, há a criação de políticas de interiorização e de reconhecimento das diversidades regionais, como pesquisas exploratórias e de levantamento das potencialidades dos recursos naturais disponíveis.

Neste período, diante dos desafios encontrados para o desenvolvimento nacional de um país com tantas desigualdades, foram levantadas estratégias de integração e uniformização com a finalidade modernizar as atividades produtivas que, estruturadas em técnicas arcaicas, tinham reduzida produtividade. A ideia central consistia em uma modernização do território, do modo de vida, criando princípios e valores nacionais.

Uma dessas estratégias que chega ao município de Sumé, associada aos ideais higienistas, como a construção do mercado público municipal em 1952, buscando relocar a feira-livre para o interior de espaço que continha as devidas adequações de higiene da época. Esta política atraiu a inserção de novos agentes, tanto na feira quanto em seu

¹⁰ De acordo com Lira (2009), inicialmente a feira da sulanca surge na cidade de Santa Cruz do Capibaribe com o objetivo de comercializar retalhos de helanca e de outros materiais, popularmente conhecidos com “sulanca”. Estes bens eram advindos dos polos de produção de confeccionados de São Paulo, no entanto, com o passar dos anos as unidades produtivas do Agreste pernambucano se desenvolveram e estas feiras passaram a comercializar roupas, cobertores, cortinas e outros itens de cama, mesa e banho, sua expansão tornou estes eventos populares no interior dos estados de Pernambuco e Paraíba, ocorrendo sempre em associação com as feiras locais. Ver mais em: LIRA, Sonia Maria. **O “desenvolvimento” do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confeções do Agreste/PE: as suas inter-relações socioespaciais.** 2009, 214 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

entorno, ampliando as possibilidades de consumo e ofertando acesso a bens de melhor qualidade, em especial queijos e carnes.

Décadas a diante, em 1970, o fenômeno supermercadista não havia se inserido no município, contudo, em virtude da ampliação do sistema viário e das obras de irrigação na bacia do Rio São Francisco, geridas pelo DNOCS e, posteriormente, pela CODEVASF, havia oferta significativa de frutas, verduras e cereais no respectivo espaço da feira. Assim como aponta Sesso Filho (2003), em paralelo, as políticas econômicas e territoriais, através do PAEG e do PND I, planos econômicos desenvolvidos pelos militares que assumiram o poder em 1964, em parceria com o governo norte-americano, o Brasil estimulou a expansão do setor supermercadista, fazendo com que as mercearias se convertessem em mercadinhos e surgissem os primeiros supermercados.

No entanto, tratando-se do objeto deste estudo, este processo só se tornou possível em virtude do aumento da qualidade de vida e do poder de consumo que ocorreu no município através das políticas de combate aos efeitos da seca desenvolvidos pelo DNOCS entre as décadas de 1970 e 1980, construindo o açude municipal e o perímetro de irrigação, ambas as obras consumiram parte significativa da mão de obra excedente (figuras 3, 4, 5 e 6), gerando renda e aumentando as possibilidades de consumo (MENDONÇA, 2010).

Figura 3: Trabalhadores na colheita do tomate; Figura 4: Trabalhador na colheita da cenoura; Figura 5: Lotes do perímetro de irrigação; Figura 6: Trabalhadores descarregando a produção de banana.



Fonte: MENDONÇA (2010).

A manutenção destas políticas que contribuíram para garantir acesso a alimentação básica para todos, também representou parcerias e possibilidades de negociações com importantes setores do ramo alimentício, uma vez que o setor que mais cresce no Brasil é a agricultura e pecuária. A partir dos anos 1990, com a estabilização da inflação, consolidação de uma agricultura mecanizada extensiva no centro-oeste e a liberalização da economia nacional durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Estado se distancia da execução das políticas de acesso a alimentação e nutrição transferindo para a iniciativa privada a execução destes serviços, nesse momento também há a expansão de empresas multinacionais do setor como Carrefour e Walmater.

A ampliação e reformatação das políticas compensatórias, inicialmente, estimulam as formas tradicionais de comércio, no entanto, o setor supermercadista, orientado pelas redes negócios¹¹, criam novas estratégias como flexibilização do trabalho, uso de novos instrumentos que auxiliam a comercialização como, cartão de crédito,

¹¹ Segundo Silva (2015), as redes negócios se referem a associações, grupos e reuniões associativistas que ocorrem entre agentes de um mesmo ramo, seja farmacêutico, supermercadista, calçadista entre outros, no qual seus proprietários ou responsáveis se encontram para troca informações, receberem orientações e negociarem em busca de maiores vantagens com os fornecedores e fabricantes. Ver mais em: SILVA, Isabelle Trajano da. Permanências e transformações no espaço comercial da pequena cidade de Juazeirinho-PB: da feira-livre as redes de negócios. **Dissertação (Mestrado em Geografia)**, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

serviços de entrega e outras alternativas que tornam o consumo mais prático e atrativo, absorvendo estes consumidores e fomentando novos desejos de consumo (SILVA, 2015).

Segundo Silva (2015), através das redes de negócios o setor supermercadista do interior paraibano passa a aderir novas estratégias de ampliação, investindo no marketing e nas novas tecnologias. Este processo tem gerado transformações para além do setor, influenciando outras formas comerciais que passam a se organizar em caráter associativista.

Portanto, tentamos aqui evidenciar a forma como os novos instrumentos de distribuição de alimentos – compreendendo que parte destas formas comercializam mercadorias não alimentícias – se apropriam dos novos recursos técnicos informacionais e do contexto político e econômico atual para ampliar suas possibilidades de desenvolvimento.

As novas formas comerciais, a exemplo do setor supermercadista, mostram-se muito mais alinhadas com as novas condições socioespaciais, enquanto que o comércio tradicional, aqui destaca-se a feira livre, encontra-se excluído dos novos circuitos produtivos e de distribuição, embora, quando conseguem se integrar-se é uma sub-inclusão. Por outro lado, tal processo representa os novos redirecionamentos político-econômicos nacionais e o modo como estes novos rumos se interseccionam com os interesses capitalistas hegemônicos, gerando intensas contradições na dinâmica das pequenas economias.

A DINÂMICA COMERCIAL DE SUMÉ

1.6 ESPAÇO, COMÉRCIO E FORMAS ESPACIAIS

O conceito de espaço, assim como, a categoria de análise, são fundamentais para a sistematização e compreensão dos fenômenos e processos ocorridos no espaço geográfico, este último compreendido como o pressuposto base para realização dos fenômenos sociais e naturais. Assim, seu aprimoramento teórico e metodológico possibilita estudos, investigações e análises mais próximas da realidade concreta. Contudo, o conceito de espaço na Geografia nunca foi estático; pelo contrário, passou por diversas transformações acompanhando a evoluções do pensamento científico e geográfico no contexto global – Europeu/Ocidental. Porém, as maiores contribuições e transformações se deram no último século.

Como salienta Moraes (1994), até a metade do século XX, os profissionais da geografia e o próprio pensamento geográfico estavam submetidos às determinações e intencionalidades do Estado-nação, constituindo-se como instrumento político e técnico do mesmo. Desse modo, mesmo com algumas alterações metodológicas ao longo do desenvolvimento da ciência geográfica, poucos foram os pensadores e as correntes que buscaram romper com as intencionalidades e parcialidades de seus estudos, estando presentes de forma mais evidente na geografia clássica e em correntes positivistas e neo-positivistas. Em vista disto, distanciaram-se da realidade e da reflexão sobre os eventos ocorridos no espaço, produzindo equívocos e más interpretações.

A Geografia Crítica, associada ao pensamento crítico marxista, salvo as diversas ressalvas necessárias, apresentou avanços à ciência geográfica, dando-lhe habilidade explicativa, mediante a inserção do método materialismo-histórico-dialético defendido pelos pensadores marxistas. Assim, projetou-se para identificação e análise de questões sociais decorrentes do modo de produção capitalista, corrente que se distinguiu pela busca por introdução do conceito de espaço na teoria social crítica, como David Harvey, Edward Soja e Milton Santos. Para tanto, estes autores ressignificaram a compreensão do espaço geográfico dando a ele um caráter histórico, temporal, possibilitando a consolidação de análises e críticas referente a estrutura ao papel da geografia como instrumento de poder do Estado e do Mercado usado para intensificar as disparidades sociais.

De acordo com Harvey (2005), o espaço é a base para a materialização das relações sociais de produção, sua articulação, cooperação e efetivação, sendo a partir da interação entre o homem e o meio que se torna possível a reprodução social. É no espaço que as contrações do modo de produção capitalista se perpetuam, formando padrões de localização e possibilitando a criação modelos interpretativos, sendo a análise espacial um dos principais instrumentos analíticos de compreensão da dinâmica capitalista, suas estratégias de reprodução e seus impactos no meio social.

Como ainda acentua Moreira (1982), em um mundo integrado através do modo de produção capitalista, o espaço geográfico torna-se uma massa de manobra a ser manipulada conforme interesses dos que ordenam suas estratégias hegemônicas, não obstante, se constituindo em um dos maiores dos obstáculos a ciência geográfica e a análise espacial na atualidade. Assim como aponta o autor, na formação do arranjo espacial, a fim de canalizar os fluxos de capitais e informações, um conjunto de subprocessos se desencadeiam, relações sociais passam por readaptação e o espaço em

sua totalidade tende a se reconfigurar em consonância com as novas demandas postas pelos agentes globais.

Nesta perspectiva, como pensar as relações comerciais? Ou melhor, como pensar o comércio tradicional e suas espacialidades em contexto socioespacial ditado pelas normas globais do capital? Segundo Santos (1997), as ações postas pelos agentes globais são autoritárias e irreversíveis, em sua natureza, seguem uma racionalidade, na qual impõe constantemente transformações, estas, por sua vez, resultam na justaposição das formas espaciais que ofereçam alguma resistência.

Contudo, segundo Santos (1997), este processo não ocorre de maneira passiva, o lugar, por natureza, é uma contra-racionalidade, impondo resistências aos processos globais. Em um contexto no qual os valores e os desejos de consumos se universalizaram, onde o global encontra-se em qualquer lugar, percebemos que o global se faz presente enquanto virtualidade, uma vez que os papéis da proximidade e das relações objetivas são essenciais na constituição dos processos socioespaciais.

Nesse sentido, a efetivação dos processos socioespaciais é, antes de tudo, um processo dialético, no qual a racionalidade hegemônica se relaciona com as racionalidades subalternas intrínsecas aos locais, recriando as tendências globais na materialização das relações socioespaciais.

Prosseguindo com esta discussão, para Lefebvre (2001) o espaço é o pressuposto base para a reprodução das relações de produção na sociedade contemporânea, destacando que as transformações realizadas no espaço geográfico, a partir dos múltiplos usos, são compostas por símbolos e intencionalidades do modo de produção capitalista, no qual, acima de tudo, estruturam a propagação de seus interesses. Em síntese, para o referido autor, o capital se dinamiza a partir das relações cotidianas, como o trabalho - seja ele simples ou complexo - e relações de consumo, reproduzem as estratégias capitalistas. Dessa forma, a produção do espaço é tida como uso cotidiano das formas espaciais, carregando consigo a hegemonia e os interesses do capital.

Sobre a relação entre espaço e comércio, para Diniz (2011, p. 20), o desenvolvimento dos mercados públicos criou, historicamente, padrões de espacialização em torno de localidades com maior concentração de consumo, porém, amplia-se com a urbanização, as formas de consumo “[...] reunidas na cidade e somadas aos avanços técnicos dos sistemas de comunicação e transportes, impulsionaram o crescimento das

transações comerciais numa escala ainda maior, [assim], o mercado deixa de ser apenas uma prática local”.

A gama de possibilidades geradas na cidade faz como que o comércio desenvolva formas espaciais que contribuem indispensavelmente para a ampliação das cidades, formando uma relação de complementaridade entre o comércio e o espaço urbano. Desse modo, a própria dinamicidade urbana ecoa valores relacionados ao consumo e a manutenção do comércio.

A respeito da manutenção do comércio e do próprio espaço urbano, Corrêa (2010, p. 35) aponta que o espaço, assim como as formas espaciais, é produzido através das práticas espaciais. Tais práticas são definidas por ele como “um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações”. Todavia, elas são resultantes da “[...] consciência que os [sujeitos] tem da diferenciação espacial”, por sua vez, culturalmente construída, portanto, considerando que os valores culturais são influenciados pelo próprio contexto socioespacial, forma-se uma cultura urbana que retroalimenta o processo de urbanização e de propagação dos valores hegemônicos associados ao espaço urbano.

A partir das contribuições vistas acima, percebemos que são através das relações de trabalho que o espaço se transforma e se reestrutura. Entendendo que trabalho se constitui como a principal categoria para compreensão das dinâmicas e processos socioespaciais, visto que se trata de um elemento intrínseco a todas as relações na contemporaneidade. Portanto, nesse momento nos deteremos a concepção de trabalho como principal meio de transformação e funcionalidade dos espaços. Nesta mesma perspectiva, Santos aponta que:

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho”. (SANTOS, 1988, p. 10)

Santos (1988), resgata as categorias marxistas de trabalho vivo e trabalho morto como os componentes gerais da totalidade espacial, sendo assim, o que não é trabalho em ação é o trabalho já cristalizado. Estas duas categorias não existem em dissociação, as formas não possuem sentido sem a função e o uso social que as orientam, bem como, as ações não se realizam sem a base material de lhe fornece suporte. Tais elementos são

combinados sob os mais diversos contextos socioespaciais, variando em grau de instrução das ações e os valores culturais agregados a elas, bem como o grau tecnológico embutido na base material, resultando na diversificação das formas espaciais.

Pintaudi (1999), frisa que as formas espaciais não são ações, mesmo que em locais independentes ou isolados, são relações sociais em conjunto, dinamizando e reconfigurando o espaço. Diante disto, as formas comerciais, são antes de mais nada, formas sociais, são as relações sociais que produzem as formas ao mesmo tempo que ensejam relações sociais.

Nota-se que no caso da produção das formas espaciais através das feiras-livres, a reprodução dos valores e elementos locais ainda é uma forte característica de sua dinâmica, resultando, além de uma integração territorial a partir das circulações de pessoas e bens, a conservação dos patrimônios culturais materiais e imateriais, por vez, princípio de sua caracterização, singularizando sua dinâmica comercial e suas formas espaciais, distinguindo-se, assim, das demais formas comerciais, embora, cada vez mais se descaracterizam a fim de dialogarem com a dinâmica comercial atual.

O grande obstáculo que se coloca na análise espacial na contemporaneidade é o papel da informação e da técnica, visto que, distribuídos desigualmente resultam na formação de formas espaciais também desiguais, contudo, há uma certa uniformização dos valores e dos desejos de consumo, pois são ideias, o único bem que efetivamente podem alcançar a totalidade. Provocando uma disputa de agentes com capacidades e recursos complementemente desiguais, criando estratégias de sobrevivência em cooperação.

1.6.1 O centro comercial da cidade de Sumé

De acordo com Pintaudi (1999), as formas comerciais, em sua essência, não possuem uma padronização, muito menos uma única forma. Sua formação está atrelada a influências oriundas de diversas escalas, desde globais até locais, como as novas tendências, até os hábitos cotidianos da localidade e o próprio sítio urbano. Assim, a espacialização das atividades terciárias, podem se desenvolver sob múltiplas faces, resultantes deste diálogo entre diversos processos, eventos e racionalidades que particularizam a produção espacial na contemporaneidade.

Contudo, cabe observar que, regionalmente, identifica-se a existência de alguns elementos em comum, como o processo de ocupação, a configuração espacial da economia, a cultura predominante e a base material que, por sua vez, resulta nas

formações espaciais urbanas com diversas características semelhantes. Além de que, atualmente, deve-se levar em consideração as novas tendências, tidas como hegemônicas na reprodução dos ideais “globais” no arranjo espacial local.

Recortando a discussão para a feira livre de Sumé, cabe ressaltar que historicamente a dinâmica comercial e econômica das pequenas cidades do Nordeste brasileiro foram caracterizadas pelas relação campo-cidade, mas que tinham sua maior manifestação nas cidades a partir das feiras livres. Estas formas periódicas de comércio ocorriam, em sua maioria, uma vez por semana, sendo responsável pelo abastecimento de ferramentas de trabalho, alimentos e pelo escoamento da produção da local.

Tal como aponta Diniz (2011), o centro e as ruas comerciais das cidades do interior nordestino têm sua gênese associada à dinâmica espacial das feiras, logo os espaços (ruas, avenidas e construções) onde havia a instalações temporárias das feiras-livres tinham seu entorno influenciados, assim absorvendo o caráter comercial. Especializando o setor de comércio e serviços nas áreas que se desenvolvem a partir das feiras que, por sua vez, tendem a se concentrar não apenas o comércio, mas também espaços de lazer e até administrativos como as praças, bibliotecas, sindicatos e cartórios.

Esta perspectiva possibilita analisar a (re)formação do arranjo espacial a partir da influência de um elemento ou de um conjunto de elementos com maior destaque, neste caso a feira e todo seu conjunto de objetos e práticas, majoritariamente mediatizados pelos fluxos de capitais. Este processo de produção e reprodução espacial caracterizada pela influência direta de um elemento ou conjunto de elementos inseridos no arranjo espacial, é conceituado por Harvey (1980), como efeito-exterior, trata-se da influência de um objeto sobre o conjunto do arranjo espacial.

Desse modo, quando tratamos do caso da cidade de Sumé, é possível perceber que em virtude da existência da feira-livre, formam-se as primeiras ruas comerciais, consolidando o pequeno centro comercial local. Tal processo se estrutura através de uma relação dialética entre a feira livre e as formas comerciais fixas do centro comercial, como mercearias (bodegas), lojas de tecido e materiais de costura e lojas de insumos agrícolas, atraindo diversos fluxos que se intensificavam em dias de realização da feira livre, mas se difundiam pelas formas comerciais. Portanto, conservando uma relação dialética entre as formas comerciais periódicas e fixas que, ao longo da evolução do setor terciário na cidade, perpassaram por distintos modos de interação, desde de períodos de maior

complementaridade e cooperação até momentos de maior competitividade e conflitos, a exemplo da contemporaneidade.

As ruas comerciais e o próprio centro comercial foram formas espaciais fundamentais para o processo de tecnização das pequenas cidades e sua inserção na atual lógica de produção capitalista, sendo a partir destas formas que se instalam os bancos, os supermercados/mercados, as lojas especializadas, e as construções de arquitetura moderna. Todavia, sua hegemonia não é imediata, na verdade ela é resultante de um lento processo de racionalização das pequenas cidades, alterando sua relação com as formas de comércio tradicionais, como as feiras livres e o pequeno comércio que ainda buscam resistir, mas encontram-se em detrimento.

Por sua vez, na cidade de Sumé, as formas comerciais tidas modernas desenvolvem-se em sua maioria mediante o estreitamento com a realidade local, absorvendo elementos inerentes a dinâmica local como a pessoalidade e o crédito pessoal, as relações de parentesco e o estreitamento a população rural, assim, distinguindo dos modelos hegemônicos de comércio, dando maior peculiaridade e buscando reproduzir, ainda que de modo precário, as novas tendências e relações de consumo.

1.6.2 O circuito inferior da economia na pequena cidade

Observa-se que estamos em uma era marcada pela intensificação da relação global-local, na qual, os impactos dos processos ocorridos em macroescala se refletem nas microrrelações cotidianas. Tal feito histórico impossibilita a realização de análises socioespaciais sem considerar a difusão dos impactos oriundos das ações globais na realidade socioespacial local, sejam de ordem, econômica, política ou cultural. No entanto, como aponta Santos (1997), o processo de consolidação das tendências “globais” ocorre de modo fragmentado e desigual, seguindo uma ordem hierárquica em sua materialização e difusão, modelando-se em consonância com as resistências.

Em virtude dos investimentos em desenvolvimento técnico que caracterizam as economias desenvolvidas dos últimos séculos, a capacidade de fluidez do capital torna possível a mobilidade de indústrias e acessórios técnicos sob velocidade nunca vistas, reconfigurando a dinâmica econômica e política global através da redefinição das funções impostas aos territórios nacionais e regionais. Estas inovações técnicas, antes de tudo, servem para ampliação e manutenção das desigualdades sociais, pois, enquanto inovação, técnica recém elaborada, são acessíveis apenas para grupos privilegiados, o que

possibilita maiores vantagens e competitividade. No entanto, o tempo necessário para sua imitação técnica e popularização é o suficiente para que a mesma já esteja ultrapassada, neste sentido, conservando e ampliando as discrepâncias sociais.

Santos (2004), pensa essa relação entre técnica e democratização de seu acesso como elementos fundamentais para compreensão da economia urbana contemporânea, visto que as desigualdades socioespaciais no meio urbano são mantidas, justamente, pela desigual combinação de elementos técnicos e informacionais como: infraestrutura, formação técnico-profissional, comunicação, circulação de capital e consumo de mão-de obra;

Nesse sentido, para o referido autor, de modo geral, existem dois conjuntos de combinações (circuitos) que resumem, ainda que de modo genérico, estes elementos, entendidos como “dois circuitos da economia urbana”. Estes circuitos correspondem as redes de articulações entre os agentes de cada circuito e sua inter-relação, cada qual responsável por sua produção e circulação que, em diversas partes deste processo, dialogam entre si e se complementam. Santos (2004) classifica estes circuitos em dois: circuito superior e circuito inferior.

O primeiro circuito é representado pelas corporações comerciais organizadas em rede global, ou por empresas de menor dimensão, mas que possuem alto nível técnico, dispondo dos mais sofisticados instrumentos organizacionais, direcionados ao consumo das classes com maior poder aquisitivo.

Por outro lado, o segundo circuito mencionado se caracteriza pelo baixo fluxo de capital, assim como pela estrutura organizacional frequentemente precária. Tal circuito pode ser confundido como tradicional, no entanto, esta classificação é incoerente, visto que o mesmo busca se adequar as novas tendências, correlacionando elementos tradicionais e contemporâneos. Assim como aponta Santos (2004), o circuito inferior se constitui como um mosaico de técnicas e formas que articulam o moderno e o tradicional. Contudo, este contexto confuso e complexo de objetos e ações se situa de modo marginal no processo de (re)produção capitalista, buscam constantemente se enquadrar na dinâmica capitalista, mantendo uma incessante necessidade de recriação (SANTOS, 2004).

Logo, o que no passado era compreendido pela relação recíproca dos antagônicos, tradicional e moderno, hoje se transforma, surgindo novos processos que rompem estas dicotomias criando novas formas, formando processos que hibridizam inovação técnica

e permanências locais, trazendo consigo a necessidade de repensar a análise espacial mediante uma dialética entre os fenômenos endógenos e exógenos à dinâmica socioespacial local, tal como entre o passado e o presente.

Assim, concebendo o espaço como um conjunto de relações e heranças do passado que a cada novo uso se reordena e reorganiza suas funções, construindo o presente com elementos do passado que se moldam em contato com o contemporâneo. Neste sentido, faz do espaço uma dimensão da realidade heterogênea e estratificada de relações e possibilidades de uso, multiplicando os fatores condicionantes da atualidade na própria reconstrução do espaço social.

Nesta perspectiva, apesar de a priori a teoria dos Dois circuitos da economia urbana ter sido elaborada com o objetivo de responder questionamentos a respeito das metrópoles brasileiras e de cidades de grande porte, ao nível de expansão dos fenômenos econômicos contemporâneos, a exemplo da difusão de tecnologias e, dos novos desejos e formas de consumo, pode-se afirmar que esta teoria ainda se mostra eficiente para elucidar o debate sobre a forma como o modo de produção capitalista, em seu atual estágio, consegue se reproduzir por todo o território através das desigualdades estruturais.

Todavia, é fundamental salientar que, no que se refere a cidade de Sumé, as formas comerciais tradicionais, como a feira livre, tiveram, historicamente, um carácter determinante para sua compreensão, em razão da referida cidade possuir íntima interação com a dinâmica agrária que, por sua vez, era estabelecida nestes espaços comerciais.

Historicamente, as feiras livres estão intrinsecamente relacionadas com a interação cidade-campo, uma vez que surgem do aprimoramento das técnicas de produção agrícola e da organização social, ainda no modo de produção feudal. Entretanto, é a partir da expansão do modo de produção capitalista, com o advento da urbanização, que os espaços destinados às relações comerciais ganharam maior dinamicidade, racionalizando suas formas, se desenvolvendo sob outras lógicas de mercado e de acumulação – migrando de acumulação primitiva para o modo de acumulação capitalista – porém, sem eliminar suas peculiaridades (PINTAUDI, 2006).

Em parte, as feiras ainda carregam um certo “primitivismo” em suas formas espaciais que, podem ser vistos em sua dinâmica: a própria organização e uso do seu referido espaço: instalação das armações e as relações sociais entre os sujeitos, feirantes e fregueses. Porém, há um processo dialético de junção entre elementos tidos como arquétipos das feiras, a exemplo das barracas improvisadas, das lonas estendidas pelo

chão e da pessoalidade entre os sujeitos, e as atuais tendências autoritárias do mercado, como as novas técnicas de vendas e as formas de crédito. Diante dos novos fluxos de capitais e das novas tendências de consumo, as feiras livres se inserem na dinâmica capitalista atual ressinificando suas espacialidades e, conseqüentemente, seu conteúdo, assim, dando novo caráter as feiras-livres na contemporaneidade (SANTOS, 2016).

Cabe salientar que, na contemporaneidade, os recursos técnicos (tecnoesfera) nas feiras livres ainda são escassos, contudo, suficientes para uma maior integração entre os pequenos aglomerados populacionais que caracterizam o interior do território nordestino. Estas formas comerciais são fundamentais para a dinâmica econômica destas localidades. Todavia, em virtude da atual base técnica do território nacional e do desenvolvimento do meios informacionais, há um peculiar processo generalizado de expansão do setor terciário, o que compromete a permanência das feiras livres tradicionais em virtude das desigualdades competitivas diante de um contexto em que as novas formas comerciais encontram-se estruturadas sob os novos circuitos produtivos e as novas redes de amparo técnico, financeiro e informativo, tornando-se centrais na economia pequena cidade.

1.6.3 A centralidade do comércio na cidade de Sumé

De acordo com dados da pesquisa “PIB dos municípios”, realizada pelo IBGE, em 2018 o setor de comércio e serviços em Sumé, excluídos serviços e públicos e programas sociais, correspondia a 72% da circulação de capitais na localidade, superando os setores da indústria e da agropecuária. Em comparação com 2010 e 2015, observa-se que a sobreposição do setor terciário se constitui uma tendência, crescendo a cada dado anual divulgado pelo instituto.

A rede urbana do interior do Nordeste brasileiro é composta por localidades centrais que desempenham considerável centralidade regional, formando polos regionais com territórios e demografias variados, tidos como verdadeiros “corações” que pulsam fluxos de capitais e informações para o restante do território em virtude da concentração dos sistemas técnicos (comunicacionais e viários) e por consequência, concentrando os estabelecimentos de comércio e serviços. Tal rede foi fundamental para definição das funções das cidades, estabelecendo relações hierárquicas coordenadas, na qual, algumas poucas passaram por maior urbanização e crescimento demografias e a maioria das unidades permaneceram como pequenas localidades com baixos fluxos de capitais.

O setor terciário da maioria destas pequenas cidades, tal como o caso de Sumé, historicamente, se resumiu aos comércios de pequena dimensão, como bodegas que vendiam alguns poucos utensílios e mercadorias do gênero alimentício, pequenas lojas de tecido e alguns serviços que correspondiam as funções básicas como serralharia, marcenaria, alfaiataria e sapataria. Seu arranjo espacial era reflexo do próprio contexto local/regional, caracterizado pelo baixo nível técnico.

Assim, como aponta Diniz (2011), o pequeno comércio e suas espacialidades não são responsáveis apenas por inserir funções às pequenas localidades, mas por terem sido fundamentais para o surgimento destes aglomerados. A bodega, comércio típico da região Nordeste do Brasil, “[...] constitui um objeto do pequeno comércio muito antigo na história de várias cidades, povoados, comunidades rurais, sítios da região nordestina, esta remonta desde a origem de muitos povoados que iam surgindo e se formando ao longo das estradas [...]” (DINIZ, 2011, p.15).

Neste contexto, a própria Vila de São Tomé surgiu, atual cidade de Sumé, assim como diversas outras cidades do Nordeste, através das funções comerciais que exercia, uma vez que a localidade estava presente ao lado de uma importante via utilizada por boiadeiros, para o transporte de animais, por comerciantes e tropeiros, sendo frequentemente abastecida, portanto, atraindo fluxos de localidades próximas. Em virtude da ausência de infraestrutura: vias de acesso seguras e meios consolidados para a distribuição da produção local, a Feira livre de Sumé assumiu grande importância para a economia e para o abastecimento das necessidades de consumo da população local.

As bodegas, como formas espaciais fixas, apenas comercializavam as mercadorias mais simples que, por sua vez, eram mais populares e possuíam maior demanda. As mercadorias mais sofisticadas eram encontradas apenas nos dias de feira, assim como os excedentes da produção local. Conforme aponta Diniz (2011), as feiras, espaços de trocas, do livre comércio, das praças de escambos, reuniam diversos negócios e concentravam grande parte da produção regional, realizando assim o abastecimento das populações que viviam nos povoados, vilas e campos.

Diniz (2011), traz para reflexão a importância do pequeno comércio para as pequenas cidades do interior, segundo o autor esta modalidade comercial atuou de forma mais abrangente e duradoura no interior, articulando pequenas comunidades que eram constituídas por uma localidade central, relativamente maior, cercado por pequenas vilas e pela zona rural das cidades circunvizinhas. Tornando-se elemento fundamental para

compreender a dinâmica e o desenvolvimento das cidades do interior nordestino, bem como a formação econômica da região.

Neste sentido, a cidade de Sumé é constituída por diversos processos e fenômenos particulares às pequenas, sendo caracterizada, principalmente, pela relação cidade-campo e pela dependência econômica dos recursos captados através de políticas públicas como a previdência social rural, auxílios a agricultura familiar e o programa Bolsa-Família (COSTA, 2019). De acordo com a autora, este tipo de cidade ainda é carente de estudos e pesquisas, tornando-se uma alternativa um pouco audaciosa de investigação, em virtude da falta de informação e até de métodos adequados.

Diante destas considerações chega-se a um ponto importante: é a partir da relação econômica entre os meios de produção situados na zona rural e a concentração do setor terciário, exclusivamente, na área urbana, que irão nortear a compreensão destas formas espaciais, as pequenas cidades, visto que estas duas dimensões estão dialeticamente imbricadas, formando uma totalidade a partir da interação entre a cidade e o campo.

Por outro lado, conforme já foi exposto nos tópicos anteriores, o atual momento no qual estamos inseridos é caracterizado pela integração mundial, onde todas as porções da terra estão conectadas através dos recursos do meio “técnico-científico-informacional¹²”. Segundo Santos (2000), o atual momento em que vivemos é único, pois até então nunca havíamos neste planeta chegado tão próximos da consolidação de uma “aldeia global¹³”, marcada por uma nova consciência.

Só que a globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas. Ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes. Os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada. (SANTOS, 2000, p. 24)

Por sua vez, as cidades são os principais espaços a reproduzir a lógica a política de mercado que sustentam a Globalização, sendo assim, as ressignificações dos valores urbanos possuem grande influência da dinâmica da totalidade. As pequenas cidades, por sua vez, gradativamente, estão sendo inseridas nas estratégias do mercado, assim

¹² O termo refere-se à definição do atual contexto de globalização das técnicas em virtude da circulação mais rápida de informação. Mais informações in: SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

¹³ A ideia da existência de uma aldeia-global é discordada por Milton Santos, em virtude dos espaços que ainda não reproduziram a lógica da globalização.

reproduzindo parte dos processos que outrora ocorriam apenas em localidades de maior dimensão, no entanto, para dar suporte ao desenvolvimento dos meios de produção que cada vez mais necessitam do aumento do consumo, inevitavelmente, novos espaços são incorporados.

Este processo também é responsável pela ressignificação dos centros urbanos, criando policentralidades nas grandes cidades, gerando maior inserção das camadas populares no processo de produção, inerentemente, implicando em “homogeneizações”. Contudo, consiste em uma universalização dos valores e normas, referente a reprodução de tendências, não representando nenhuma redução das desigualdades, pelo contrário, ampliam as diferenças e contradições no arranjo espacial.

Segundo Lefebvre (2001), o espaço urbano não passa de uma produção simbólica, a cidade existe materialmente, porém, apenas como um pressuposto para existência do urbano enquanto ideologia, referindo-se há uma relação dialética entre o material e o imaterial, um necessita do outro para existir. Conforme o mesmo aponta, essa ideologia já faz parte da consciência do homem moderno/homem urbano – ainda que não se restrinja as áreas urbanas. Portanto, trata-se de um fenômeno universalizado, mas não totalizante, e sim predominante.

As cidades interioranas que eram compreendidas como os “corações” de suas respectivas regiões de influência perpassam por redefinições em virtude do processo de urbanização que, no contexto do interior nordestino, se caracteriza especialmente por dois fenômenos: o êxodo rural e o retorno de emigrantes. Este novo quadro social, político e cultural, marcado pela redefinição do fenômeno urbano implica novas práticas espaciais cada vez mais seletivas, dessa forma, o todo deixa de ser o foco, apenas os espaços estratégicos tornam-se interessantes, embora a totalidade continue sendo considerada e monitorada.

Por sua vez, os espaços preferencialmente selecionados, frequentemente, estão situados nos centros urbanos -áreas comerciais- onde encontram-se os maiores fluxos de indivíduos e capitais movidos por serviços da iniciativa privada como, bancos, casas lotéricas, cartórios, supermercados, farmácias, clínicas médicas, entre outros, tal como os serviços públicos a exemplo dos correios, prefeituras, hospitais, postos de saúde e delegacias.

Tratando do fenômeno urbano na reprodução da lógica capitalista, segundo Harvey (1980), a cidade, independente do seu tamanho, incorpora e reproduz os

fenômenos ocorridos em outras escalas, pois o espaço urbano possui uma grande capacidade de síntese e reprodução dos fenômenos socioespaciais em virtude da intensidade dos fluxos gerados pela lógica de extração da mais-valia que na cidade encontra condições ideais. Assim, a partir da distribuição dos meios e das etapas de produção internos ou externos a cidade, criam-se desigualdades no acesso, na forma e no consumo do espaço urbano.

Harvey (1980), chama a atenção para os centros comerciais tratando-os como super-espaços, em decorrência da concentração de elementos que dão vida e funcionalidade as cidades. Compreendendo esse fenômeno urbano sob a perspectiva colocada por Lefebvre (2001), como compressão espaço-tempo, mas sua consideração busca ir além da concentração material das funções, pois os centros urbanos possuem, em especial, a concentração dos símbolos, significados e espacialidades.

Tal concentração está associada à centralização dos dispositivos finais do processo de circulação e extração da mais-valia (o setor terciário) que, no que lhe concerne, não deixa de apresentar as contradições do modo de acumulação capitalista de capital, tornando-se tão heterogêneo e estratificado quanto os meios de produção.

Em meio a esse ambiente, hoje, heterogêneo, contraditório e competitivista, se encontram as feiras-livres que, ocorrem, em sua maioria, uma vez por semana estabelecendo a cada evento uma nova dinâmica para a cidade. As feiras-livres ainda são o principal meio de integração entre a população e a produção local, no caso de Sumé, majoritariamente agrícola, mas que ainda integra não só a circulação da produção local como também a população local e de localidades circunvizinhas, aumentando o fluxo não só de mercadorias na cidade como também de pessoas. Ainda assim, as feiras, assim como os centros comerciais das pequenas cidades, estão perpassando por intensas ressignificações.

As espacialidades heterogêneas das áreas comerciais são manifestações da própria natureza do comércio e da economia no modo de produção capitalista, pois buscando intensificar a concentração do setor terciário, os centros urbanos adotaram “a regra absoluta, a de atrair o máximo de clientes, os de maior rendimento possível, e vender-lhes o máximo” (BEAUJEU-GARNIER, 1997, p. 211), assumindo, assim, todas as contradições inerentes ao processo de centralização. Desse modo, surgiram diversas inovações que procuravam estimular o consumo e os fluxos nessas áreas, desse modo,

desenvolvendo, gradativamente, a saturação e, conseqüentemente, reconfigurações dos centros comerciais e do espaço urbano.

Por outro lado, a saturação dos centros comerciais, contradição própria das imposições e normatizações do modo de produção capitalista, são utilizadas para justificar novas exclusões e os novos processos de reconfiguração das cidades, como remoções, relocações e revitalizações de espaços de uso coletivo. Assim, em espacial, os espaços públicos estão sendo submetidos à nova lógica de mercado e se tornando espaços destinados apenas para a contemplação do consumo, inserindo-os nos novos moldes do consumo.

Entretanto, ao contrário do que somos direcionados a compreender, nenhum processo ou fenômeno é totalizante, havendo ilhas de resistência - ou “territorialidades de resistência” -, tal como as atividades comerciais tradicionais, das quais possuem fortes laços com o lugar, sua história e valores. Assim, observamos a existência formas espaciais híbridas, nas quais, se materializam na paisagem urbana, não implicando na extinção dos valores tradicionais, pelo contrário, aparentam até fortalecê-lo, mas buscam, antes de tudo, dialogar com as tendências globais, inserindo-se nos novos circuitos produção e circulação de bens estruturado em redes de relações nacionais e internacionais.

Buscando dialogar com os inúmeros processos que atuam nas pequenas cidades e nas paisagens dos centros urbanos e das feiras-livres, enfatizamos o trabalho como o principal elemento. Portanto, como nos mostra Santos (1988), o trabalho é o principal, se não o único, mecanismo de transformação do espaço que, por sua vez, está inserido de diversas formas no espaço, neste sentido (SANTOS, 1988, p. 26) aponta que:

O movimento das pessoas corresponde à etapa da produção que está se dando naquele momento. Todos são produtores – o operário, o artista de teatro, o vendedor de supermercado, o intelectual, o motorista de táxi etc., mesmo quem não está diretamente no processo de produção, já que também consome. É a maneira com que se dá a produção, e o intercâmbio entre os homens que dá um aspecto à paisagem. O trabalho morto (acumulado) e a vida se dão juntos, mas de maneiras diferentes. O trabalho morto seria a paisagem. O espaço seria o conjunto do trabalho morto (formas geográficas) e do trabalho vivo (o contexto social).

O trabalho acumulado ou morto vem a ser o que o próprio Milton Santos chama de fixos e o trabalho vivo são os fluxos. O primeiro corresponde ao que já existe de material no espaço, construído e consolidado, por outro lado, os fluxos são o movimento

e a circulação de mercadorias, capitais e pessoas dando funcionalidade aos fixos, que por si só não passariam de rugosidades sem função.

Os centros comerciais são compostos por estes fixos, mas só ganham expressões através da circulação de pessoas e capitais, nas pequenas cidades podemos observar que esta circulação se intensifica nos dias de feira, possibilitando o surgimento de novos fixos e ressignificando rugosidades. Sendo assim, propomo-nos, de modo breve, resgatar o processo de formação do centro comercial de Sumé ao longo do século, evidenciando a formação e as reconfigurações do comércio de alimentos, o surgimento e a coexistência dos agentes e atores sociais na dinâmica urbana local.

1.7 AS ESPECIFICIDADES DO SETOR TERCIÁRIO DE SUMÉ

1.7.11988-1951: preponderância da feira livre

Uma das primeiras descrições sobre a Vila de São Thomé que, posteriormente, se tornou a sede do município de Sumé, foi elaborada por Irineu Jofilly em 1888, quando o mesmo realizava pesquisas exploratórias pelo estado da Paraíba, sendo publicadas em formato de diário no jornal republicano “Gazeta do Sertão” fundado por ele e pelo engenheiro Francisco Retumba. Em 12 de Outubro de 1888, Jofilly que havia partido a cavalo da vila de São João do Cariri com destino à vila de Alagoa do Monteiro, perpassando pela vila de Serra Branca e na manhã do dia seguinte (13 de outubro) ele se aproxima da vila de São Thomé:

Menos de meia legoa adiante está a povoação, edificada em forma de um grande quadrado, tendo em uma das suas faces a capella, pequena, mas de exterior agradável. São Thomé assenta á margem esquerda de um riacho, que partindo a serra Sucurú por um grande boqueirão, vem reunir-se ao rio do mesmo nome à vista da povoação. Os habitantes bebem das cacimbas feitas no leito do riacho; o rio fornece água inferior e abundante ao gado. A capella da povoação foi fundada em 1815 pelo capitão Manuel Albino de Barros; e possui um extenso patrimônio na sesmaria de Pedra Comprida, no respectivo districto. (JOFILLY, 1888, p. 2)

A descrição feita por Jofilly evidencia que apesar de ser uma pequena vila, entendendo-a sob a contextualização do interior nordestino, a respectiva povoação possuía considerável complexidade, organizada em torno da produção de algodão, possuía sujeitos com formação e posição política bem definida, tanto conservadores como

liberais, sendo capazes de discutir e criar representações para defenderem o processo de emancipação política. Diante de tais análises, ele argumenta:

A sua população escolar é numerosa; e não posso sequer uma escola! Distanto 12 legoas de S João e 10 do Monteiro, a povoação de São Thomé tem o direito de reclamar com urgência que sejam atendidas as suas necessidades. Os habitantes queixão-se do Governo que nem ao menos da-lhes uma escola para instrução de seos filhos e uma agencia do correio, que os tire do isolamento em que estão. (JOFFILY, 1888, p. 2)

A crítica feita por Joffilly apresenta forte coerência pois o mesmo sabia que o a formação educacional básica (alfabetização) e o acesso à informação eram fundamentais para exercerem sua cidadania e desenvolverem a localidade. No entanto, para tal feito era necessário a emancipação política, uma vez que a comarca de Monteiro não iria oferecer tais instrumentos para a emancipação social de um povo que estava subordinado aos seus interesses e ao seu jogo político.

Por tais razões, a Vila de São Thomé só recebeu uma instituição de ensino na década de 1930, sendo auxiliada por ações da igreja, como doações e trabalho voluntário. Até meados da década de 1950, o papel exercido pela instituição católica foi de suma importância na organização espacial da Vila, uma vez que a existência da capela, fundada em 1818, gerou uma centralidade que deu sentido e direcionamento ao povoamento, assim como atraiu a construção novas residências, demarcando o início do processo migração do campo para estes pequenos aglomerados.

O papel político da igreja intensifica-se ainda mais a partir da década de 1920, com a chegada do Padre Sílvio Celso de Melo e, posteriormente, com a criação da paróquia de São Thomé. O referente padre era originário da cidade de João Pessoa, além de uma liderança religiosa, o mesmo era reconhecido enquanto um líder local em virtude de sua experiência em outras localidades mais desenvolvidas, identificando problemas que deviam ser solucionados e prevenidos na vila, dentre eles, o combate ao analfabetismo. Segundo Silva (2011), o mesmo:

Organizou a escola primária, mantendo a separação por gênero. Passou a ensinar aos meninos, elevando o número de professores sem aumentar os gastos municipais com a escola, que era de oitocentos e quarenta mil-réis ao ano. Falava-se que quem estudava com o padre saía com a letra muito boa e sabendo ler e contar muito bem. Mas as meninas não ficavam atrás, pois tinham a paciente dedicação de Dona Vicência. A farda era camisa branca de tricoline e a parte inferior, presa por

suspensórios, na cor azul, sendo calça lisa para eles e saia pregueadas para elas. (SÍLVA, 2011, p. 57)

A simplicidade e a tradicionalidade que caracterizaram as instituições educacionais na localidade até o fim do século XX manifestam a relação da igreja com a dinâmica dos vilarejos distribuídos pelo interior. No entanto, tal interação perpassa as relações sociais cotidianas, expressando-se na formação do arranjo espacial das cidades, no qual, a capela torna-se o centro de toda a dinâmica local, sendo através da instância religiosa que as políticas sociais são desenvolvidas, assim como as festividades e as relações políticas entre as localidades circunvizinhas.

Um de seus principais feitos, Padre Silvio, enquanto líder religioso na Vila de São Thomé foi a construção da Igreja Matriz “Nossa Senhora da Conceição” na década de 1930. Neste período, a população local havia aumentado de modo considerável e o tamanho da pequena capela dificultava os rituais religiosos, tornando-se insuficiente diante da demanda crescente por espaço. Contudo, segundo Silva (2011), a construção de uma nova Igreja ultrapassava esta demanda, correspondia a necessidade de promover um crescimento urbano da Vila que, resumida a “um retângulo” não encontrava mais espaço para se expandir.

A Igreja, desde sua primeira instalação, a capela construída em 1828, influenciou a criação de residências e junto a estas se instalaram pequenas formas comerciais, como bodegas e botequins, assim como foi determinante para o surgimento feira livre da vila que, por sua vez, era realizada em frente da capela. Espaço este que era composto por um largo (como pode ser visto nas figuras 7 e 8), onde atualmente é localizada a praça pública Adolpho Mayer. Este espaço era destinado a realização de eventos, como festividades religiosas, campanhas eleitorais, bingos, instalações de circos e a feira livre. Como bem descreve Silva (2011):

A feira, que ia de início da manhã até a metade da tarde, se desenrolava no largo central do povoado. Tudo era setorizado, de acordo com a mercadoria oferecida. Saía da calçada da capela uma fila de mesas, cobertas com toldos de pano, onde se achavam bolos, bolachas, pães, cocadas e fumo. Ao pé de cada uma estalava um fogareiro aquecendo incansavelmente um bule de café. Ali os feirantes paravam, espaiçavam, conversavam e merendavam. (SÍLVA, 2011, p. 25)

A feira se adequava a própria morfologia da vila, era no dia da feira, até hoje realizada semanalmente na segunda-feira, que os fluxos de pessoas e capitais se intensificavam na localidade, a maior parte da população, residente da zona rural, se

dirigia para feira, aquecendo a dinâmica comercial onde aos poucos passavam a surgir atividades econômicas que estavam para além das feiras, mas intimamente ligada à sua dinâmica, dando forma e caráter comercial à vila.

Figura 7: A feira livre de Sumé na década de 1930; Figura 8: O largo onde ocorria a feira em 1935.



Fonte: Acervo de Sonielson Juvino.

A feira livre, por sua vez, apresentava diversos elementos que se assemelhavam as antigas feiras europeias da idade média, sendo distribuída ao longo do largo, aqueles que não possuíam tendas se espalhavam buscando as sombras das casas e árvores para se protegerem do sol causticante. Contudo, a mesma mantinha certa organização espacial, configurando-se por setores, com base em suas particularidades e demandas de infraestrutura como aponta Rafael (2008):

No meio da rua vendiam-se cereais em sacas abertas e, já perto final do vilarejo, tinha o açougue, um salão grande e coberto onde se podiam comprar carnes de vários tipos. Por trás do açougue, havia pequenas salas onde se estabeleciam os hotéis, ou seja, modestos restaurantes onde os feirantes podiam almoçar e apreciar o bode, o porco, a galinha, o carneiro, além dos inseparáveis feijão macassar, farofa e batata. (RAFAEL, 2008, p. 22)

As técnicas de mercadejar utilizadas por tais agentes eram complexas, caracterizadas pela relação de confiança lentamente construída, as pessoas precisam ser “bem vistas” na comunidade para que pudessem comprar fiado. Logo, os feirantes estavam sempre conectados com a comunidade, atentos a todas as novidades locais. Por outro lado, as técnicas de quantificação dos bens não eram uniformes, haviam produtos que não eram pesados e sim, quantificados por volume, por sua vez, podendo variar de um comerciante para outro. Sobre estas técnicas aplicadas ao comércio de carnes, Rafael (2008, p. 22) descreve: “A carne era vendida no açougue que ficava na parte de baixo da

feira. Era um quarto de bode ou ‘banda’ de bode, nunca quilo. Faziam uma manta de carne tirada dos ossos, essa era vendida no peso, vendia também a ossada”.

A breve descrição de Rafael (2008), também evidência o modo como os bens eram consumidos. No que se refere ao consumo de carne, tal mercadoria que se constituía como um forte elemento de delimitação das classes sociais em virtude de sua alta valorização, visto que, além de alimento, espacialmente, o bovino era um instrumento de trabalho fundamental para execução do trabalho no campo e o próprio modo de criação era pouco racionalizado e muito custoso. Desse modo, tendia a se valorizar, sendo consumido integralmente, desde as carnes nobres até os ossos, utilizados para sopas e caldos.

A dinâmica da feira livre, associada ao crescimento populacional da Vila, favoreceu o surgimento de formas comerciais fixas que, ao contrário das feiras, demarcam o aumento do consumo e a demanda por mercadorias. Como já foi tratado no capítulo anterior, as feiras livres, devido seu caráter itinerante, conseguiam atender a demanda de pequenas localidades pois o consumo se concentrava no dia de realização da feira, contudo, as formas espaciais que não detinham essa mobilidade encontravam diversas limitações para sua expansão.

Deste modo, considerando que a maior parte do consumo era demandado pelo campo, onde residia a maior parte da população, sendo o consumo, em sua maior parte, não-alimentício, as formas comerciais que surgiam tinham a necessidade de serem diversificadas, reunindo uma grande variação de mercadorias. Tais formas comerciais eram popularmente conhecidas como bodegas, seu formato muito se assemelha as mercearias, contudo, reuniam em sua morfologia as relações sociais locais, marcadas pelo crédito pessoal, pelas relações interpessoais e pela comercialização de bens locais: artefatos a base de couro, barro e fibra vegetal e, alimentos produzidos na região.

A partir do século XX, tais formas comerciais começaram a se expandir na localidade, como a atividade demandava de capital inicial para sua consolidação e a economia local era predominantemente agrária, parte significativa dos primeiros comerciantes eram produtores de algodão que, acompanhando este movimento de saída do campo para a cidade passaram a investir no comércio, caso do bodegueiro Antônio França que saí da sua propriedade na zona rural de Sumé e transfere-se para a cidade com o objetivo de desenvolver outra atividade profissional, como bodegueiro.

De acordo com Silva (2011), Antônio França ao criar sua bodega divide seu tempo e esforços entre a cidade e o campo, ensinando suas filhas e esposa as habilidades

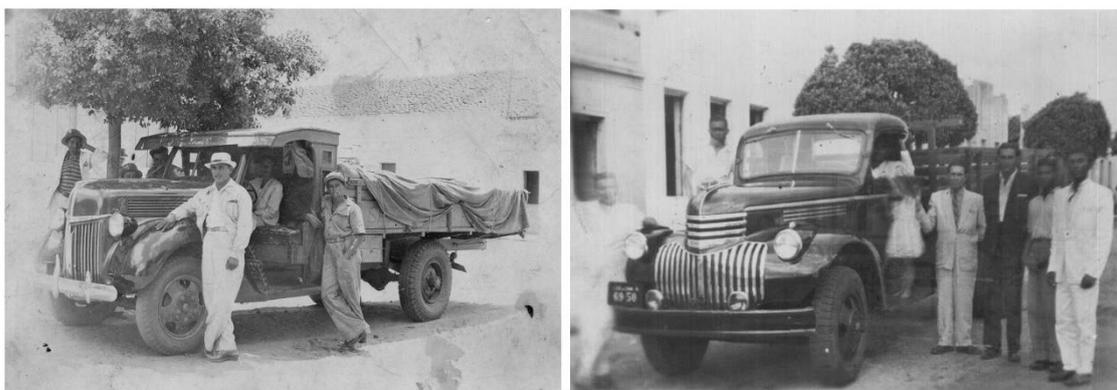
mercantis para trabalharem junto a ele no comércio. Assim, como na maioria das bodegas nordestinas, a mesma se localizava ao lado de sua residência, na qual, permitia que houvesse a possibilidade das crianças pequenas e de sua esposa tomarem conta do comércio enquanto o mesmo viajava, seja para o campo ou mesmo para outras cidades.

Segundo Silva (2011):

Na década de 1920, a Vila São Tomé se resumia a um retângulo de casas e a feira acontecia às segundas-feiras no espaço vazio central, em frente à Igreja. A mercearia de Antonio de França ficava no meio e do lado mais alto da rua. Havia feirantes que compravam mercadorias em grosso e fiado para revender na feira. No começo da tarde, voltavam com as sobras e acertavam as contas. (SÍLVA, 2011, p. 45)

O autor supracitado esclarece a relação entre as bodegas e a feiras livre, onde havia uma relação de complementaridade entre as duas atividades, as bodegas aproveitavam o dia de realização da feira livre pois os fluxos se intensificavam, reunindo o encontro de pessoas vindas de outras vilas e da zona rural do município de Monteiro. Feirantes e bodegueiros comercializavam pouquíssimas mercadorias em comum, muitas vezes, os bodegueiros por possuírem caminhões revendiam cereais e outras mercadorias para os feirantes e comercializavam em seus respectivos comércios apenas o que sobrava, criando uma relação de cooperação (Algumas fotos dos comerciantes donos de caminhão podem ser vistas nas figuras 9 e 10). Pois: “Afora os produtos alimentícios, a sua mercearia também vendia sabão, velas e outros apetrechos domésticos, não faltando o fumo e o vinho” (SÍLVA, 2011, p. 45-46) .

Figura 9: Primeiro Caminhão de Sumé, década de 1930. Figura 10: Comerciante instantes após comprar seu caminhão.



Fonte: Acervo de Sonielson Juvino.

Tanto a feira como as bodegas se constituíam como lugares de encontro, no caso das feiras, em virtude de capacidade de atração, reunindo fluxos de localidades

relativamente distantes, considerando os meios de transporte predominantes. Os homens iam encontrar seus amigos para beber “uma lapada” de cachaça e as mulheres iam encontrar suas “comadres” para colocarem “as conversas em dia”, tendo um caráter excepcional. Já as bodegas, que também estabelecia estes encontros, no entanto, muito mais restrito aos homens e com menos variações de fluxos, sendo frequentadas por grupos bem delimitados, como descreve Silva (2014) em seu livro sob formato de cordel:

Na semana, a latergia
 Fazia a hora um enfardo
 Quem era desocupado
 Para a bodega corria
 Vinha um aposentado
 Um pedreiro e um soldado
 Um chofer e um vigia.
 (SÍLVA, 2014, p. 55)

A bodega do senhor Antônio de França foi apenas uma das bodegas presentes no município ao final da primeira metade do século XX. Segundo Rafael (2008), haviam diversos outros bodegueiros como, “[...] Joaquim Soares, Antonio Basílio, Severino Caetano, Toinho Lino, Lula Caetano, João Simeão e Severino Vilar, Higino Monteiro, [...] Zé Soares [...], João Quincas e Chico Paulino. (RAFAEL, 2008, p. 22)

Estes espaços dinamizaram a pequena cidade de Sumé, sendo fundamentais para a formação do cotidiano e da cultura urbana da localidade, tão influenciada pela dinâmica camponesa. Diante dos elementos levantados, é possível pensar como o comércio local se forma através de diálogos com a estrutura socioespacial já consolidada como a presença da igreja e do capital rural, sendo tais formas comerciais representadas em especial, pelas feiras livres e bodegas que, por sua vez, são responsáveis por dinamizar a economia e as relações sociais, além de abastecerem a comunidade local dos suprimentos básicos.

1.7.2 1952-1983: boom econômico e o surgimento das novas formas comerciais

Em virtude da trajetória de articulações políticas, em prol do processo de emancipação política desde o início do século XX, realizadas por Antônio de França, padre Sílvio, Irineu Severo de Macêdo e José Farias, sendo este último natural do município de Ingá, mas mudou-se para Sumé no fim da década de 1930 para exercer a profissão de farmacêutico, atividade na qual a cidade era carente. José Farias foi um dos

principais articuladores deste processo, tinha formação política ligada a corrente nacional desenvolvimentista¹⁴, mantendo diálogos com as lideranças paraibanas do Partido Trabalhista Brasileiro e, especialmente, com o Governador da Paraíba José Américo de Almeida, eleito 1950.

Segundo Silva (2011), a luta pela emancipação havia se enfraquecido depois que, na campanha eleitoral de 1946, o então candidato a governador da Paraíba pelo partido União Democrática Nacional (UDN), Osvaldo Trigueiro, passou pela vila que, naquele momento, já havia tido seu nome alterado para Sumé. Espantado com o desenvolvimento da localidade e pressionado por José Farias e outros sumeenses, se comprometeu com a independência municipal. Osvaldo Trigueiro foi eleito no mesmo ano, no entanto, em virtude de sua relação com a elite política do município de Monteiro, na qual era contrária ao desmembramento, decide desistir do processo de emancipação alegando ser inviável.

Este fato desmotivou os envolvidos na articulação, o que fomentou o conflito entre o município e o seu distrito, ainda em 1949. Com o objetivo de amenizar a disputa, em parceria com o governo estadual, a prefeitura de Monteiro constrói no distrito uma escola municipal, o grupo escolar Desembargador Feitosa Ventura, há tempos cobrado pela comunidade. Segundo Silva (2011), durante o ato de inauguração do grupo escolar, com a presença do prefeito e do governador foi acordado uma reunião para resolver, de modo definitivo, o problema da emancipação. Contudo, a comitiva que representou o distrito, composta, entre outros, por dois comerciantes, o bodegueiro Antônio de França e o farmacêutico José Farias, retornou insatisfeita, pois fora proposto por Osvaldo Trigueiro a criação de uma subprefeitura em Sumé.

O quadro político posto naquele momento não gerava nenhuma alternativa a não ser criar articulações para as disputas eleitorais do ano seguinte, em 1950. De fato, foi isto que aconteceu, em 1950, o Vice-Governador da Paraíba passou por Sumé em sua campanha eleitoral e antes do comício conversou com José Farias sobre a traição e a necessidade de emancipação do município, o mesmo confirmou apoio e se comprometeu em elevar Sumé a condição de município. José Américo foi eleito e, no ano seguinte,

¹⁴ De acordo com Bastos (2006), o nacional desenvolvimentismo se constitui como um posicionamento político e ideológico criado durante o governo de Getúlio de Vargas que tinha por propósito a expansão e o fortalecimento da indústria de base brasileira, implicando na tecnificação do território nacional estruturado a partir do modelo urbano-industrial. Ver mais em: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A Construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos Setores de Base. **Economia Selecta**, Brasília, v.7, n.4, p.239–275, dezembro de 2006.

1951, uma semana após sua posse, a lei estadual 513 criava o município e a comarca de Sumé, sendo instalada em 1º de abril do respectivo ano.

Com relação a dinâmica urbana, a emancipação política e a criação das instituições municipais foram fundamentais para a relocação do centro das decisões políticas da vila, no qual era exercido pela Igreja e a partir de 1951 passou a ser do governo municipal. Tal transformação fica evidente na Lei Municipal nº 9 de 1951, na qual prevê a criação de uma avenida central, inspirada nos boulevards dos modelos urbanísticos modernistas, com vias largas e arborizadas, na qual fora construído um conjunto de prédios públicos: Associação Recreativa Sumeense, Cine Teatro Municipal, Cooperativa de crédito agrícola, Coletoria Estadual, Farmácia Popular, Prefeitura Municipal e o Mercado Público, este último tinha o objetivo de sediar as feiras livres semanais (Figuras 11, 12, 13, 14, 15 e 16).

Figura 11: Associação Recreativa Sumeense; Figura 12: Cine Teatro Municipal; Figura 13: Os prédios da Cooperativa de crédito agrícola e da Coletoria Estadual; Figura 14: Farmácia Soares; Figura 15: Prefeitura Municipal e, figura 16: Mercado Público Municipal.



Fonte: Acervo de Sonielson Juvino.

Assim, como aponta Silva (2011), a Avenida 1º de Abril que emergia incorporando o espírito nacional desenvolvimentista. Segundo o autor, José Farias

buscava expressava em suas políticas um ideário modernista higienista, sendo a antítese da Vila de São Thomé que, por sua vez, se reduzia a Rua Augusto Santa Cruz. Diante disso, o autor ressalta:

Observa-se que o processo progressista de Sumé possui vários pontos de encontro com tal filosofia urbanística: a elaboração de um plano prévio e bem traçado de ocupação dos espaços; a obrigatoriedade de se construir rapidamente nos terrenos disponibilizados pelo Poder Público; a preferência por construções de mais de um pavimento; a preocupação com o lazer coletivo, com a implantação de praças, clube e cinema; a construção de um hotel público para bem acolher os visitantes e, não menos importante, os finos substituíram as fachadas neocoloniais das casas da agora velha Rua Nova¹⁵. (SÍLVA, 2011, p. 88)

Com o objetivo de ampliar a mobilidade urbana e também “apagar” alguns traços da antiga vila que não eram interessantes para o arranjo espacial que encontravam em formação, os becos estreitos foram ampliados e para isso casas foram demolidas, interligando a setor residencial ao novo centro comercial e administrativo que emergia. Os comércios aos poucos foram sendo relocados para o novo centro, assim como novos comércios surgiram neste novo arranjo, seguindo uma racionalidade em sua ocupação.

O atinente processo buscou transformar a pequena vila, fortemente influenciada pela dinâmica do campo onde a maior parte da população tinha sua renda associada a produção agrária, em uma cidade propriamente dita, com instituições e espaços de lazer, almejando a promoção de um modo de vida urbano. Aos poucos a sede municipal de Sumé se dividia, de um lado, sobre a parte mais alta da cidade, permanecia o primeiro sítio urbano, a pequena rua que se remetia ao início do século XIX e a Rua Nova (Como podem ser vistas nas figuras 17 e 18) , com suas faixadas neocoloniais construídas entre as décadas de 1920 e 1940, e do outro lado da cidade, entorno da rodovia BR-412 que conectava a estação ferroviária de Sertânia a Campina Grande, uma outra Sumé estava sendo erguida sob a intervenção do governo municipal que regulava e orientava as obras.

Figura 17: Logradouro matriz da Vila de São Thomé; Figura 18: A Rua Nova.

¹⁵ Segundo Silva (2011), na década de 1930 a população local da vila de São Thomé chamava parte da Rua Augusto Santa Cruz de Rua Nova, por trata-se de uma nova rua que estava surgindo na vila.



Fonte: Acervo da pagina web Sumé no Face.

Contudo, tal projeto gerou conflitos entre o executivo e o legislativo do município, por sua vez, parte dos vereadores se posicionavam contra a relocação dos serviços como o gerador de energia que foi transferido da Rua Nova para as proximidades da Prefeitura municipal, como descreve Sílva (2011):

Portanto, quando o vereador Antonio de França criticou a mudança do gerador de energia elétrica de um prédio na rua de cima para próxima da prefeitura, não percebeu que a estratégia em andamento não era econômica, mas simbólica. Tudo que era novo deveria descer o morro e se fixar no outro lado. Por fim, apenas as escolas mantiveram-se na parte alta e mais antiga da cidade, além, claro, da igreja católica. O Poder Eclesiástico tornou-se, aliás, o legítimo representante da parte tradicional de Sumé, pois, mesmo em meio ao turbilhão de mudança que se apreciava, os padres continuavam com as mesmas batinas pretas sob o causticante sol do Cariri paraibano.

Assim como analisa Sílva (2011), a porção residencial da localidade foi aos poucos sendo associada ao antigo, ultrapassado, já o centro comercial e administrativo, agora em reorganização e expansão, trazia esperança através do fomento ao discurso progressista. No entanto, a década de 1950 foi difícil para a economia local, a seca de 1953 alastrou fome e misérias por todos os cantos, uma vez que a renda municipal sustentada na produção agrícola, sem chuvas, a produção de bens se estagnava, circulando pouquíssimos capitais.

Parte desta população, expulsa do campo pela incapacidade de as fazendas manterem seus trabalhadores em meio a seca, não tendo alternativas, estes se reuniam na cidade em busca de trabalho ou qualquer tipo de caridade. Em dias de feira este fluxo se intensificava, chegando a ocorrer saques a feirantes, tais atos ocorreram em diversas cidades nordestinas, ficando conhecidos como “Levantes Populares”, sobre tais casos Rafael (2003) relata:

No início foi um tempo difícil. Em 1953 houve uma seca arrasadora, a fome foi a coisa mais triste que presenciamos. A gente sentava à mesa e a comida tinha gosto de lágrimas, porque se agente olhasse para a rua sempre tinha alguém morrendo de fome. O governador mandava mantimentos, tinha um leite doado pelos Estados Unidos que era distribuído entre o povo em uma semana. Era muita gente e a fome era maior ainda. Um dia o povo não se controlou mais e partiu para a feira, o saque foi rápido, em menos de meia hora não restava mais nada. Mas tudo passou e a vida continuou. (RAFAEL, 2003, p. 26 e 27)

Diante deste contexto, as atividades comerciais tiveram dificuldade de se desenvolverem, contudo, a proposta de construção do açude municipal levantada pelo DNOCS animou a população. Após a resolução de conflitos gerados no processo de definição da área de construção do açude municipal a obra foi iniciada, em 1957, sendo concluída em 1960. O açude possibilitou a expansão da agricultura irrigada, gerando empregos e abastecendo a comunidade local com bens agroalimentares, no entanto, as formas comerciais precisavam criar estratégias para se desenvolverem em uma localidade com o consumo tão reduzido, associando, em um único estabelecimento, mais de um ramo comercial, a exemplo de Carlos Barros e Elias Araújo que, associavam as mercearias ao comércio de tecidos e materiais de costura, entre outros que correlacionavam mercearia e bar entre outras combinações.

Na década de 1960, após a conclusão da obra de construção do açude municipal, o processo de instalação do sistema elétrico na localidade desenvolvido pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) estava em pleno vapor, até meados da referida década a sede municipal era, predominantemente, abastecida por um Gerador a óleo (como pode ser visto na figura 19). A popularização e a estabilidade no acesso a eletricidade favoreceram o surgimento de novas formas de consumo que surgem em paralelo ao desenvolvimento da agricultura irrigada que ocorre no município entre as décadas de 1960 e 1990, estimulando a reconfiguração das formas comerciais.

Figura 19: A Usina Elétrica de Sumé.



Fonte: Acervo de Sonielson Juvino

Assim como fora tratado nos capítulos anteriores, em meados da década de 1960 o DNOCS iniciou a construção do açude municipal e, posteriormente, a estrutura hidráulica, logística e residencial do Perímetro Irrigado de Sumé (PIS), complementado o trabalho de modernização desenvolvido José Farias. As obras do PIS foram iniciadas em 1967, concluindo os primeiros lotes em 1969 (como pode ser vista na figura 20), desde o início das obras, a circulação de capitais se instensifica na localidade. A força de trabalho dos jovens da cidade, em quase sua totalidade, é contratada para a construção da infraestrutura: construção dos canais hidricos e das casas, delimitação dos lotes, instalação das bombas dentre outras feitorais, fundamentais para a viabilização do projeto.

atraiu maiores investimentos. Neste período foram inauguradas duas agências de bancos estatais, uma do Banco do Brasil, outra do BNB, além de uma unidade do Projeto Sertanejo que pretendia ser um complemento das reformas empreendidas pelo Estado, financiando o desenvolvimento agrícola aos que já eram proprietários de terras. (MENDONÇA, 2010, p. 73)

Neste período, acompanhando a maré do crescimento econômico e do aumento dos fluxos na localidade, houve o surgimento do fenômeno supermercadista, ele ocorre através reformatação das mercearias, nas quais, observando a organização dos supermercados nas cidades de maior porte, buscam reproduzir tal lógica na pequena cidade. Até a década de 1980, a maior bodega da cidade de Sumé era o mercado Bom Sucesso. Seu proprietário, o senhor Carlos Barros, entrou na profissão ainda muito jovem enquanto funcionário de outra bodega. Contudo, em meados da década de 1950 o seu patrão decide sair do ramo e ele, por compreender o funcionamento do estabelecimento, compra o pequeno comércio.

Segundo o relato do referido bodegueiro, durante a distribuição de terrenos feita pela gestão de José Farias, o mesmo consegue uma ampla propriedade ao lado do Mercado Público Municipal, construindo relações de solidariedade com os feirantes que, por sua vez, estabeleciam relação de compra e venda de bens. O aumento dos fluxos a partir de 1960, gerando, por consequência, ampliação da lucratividade, implicou na expansão da atividade e na adoção de novas técnicas, aproximando-a do setor supermercadista, contudo, não se descaracteriza enquanto comércio tradicional. Como pode ser visto no relato do mesmo:

Eu comecei com uma mercearia, daquelas que o povo chama de bodega, mas foi crescendo, fui colocando meus filhos para me ajudar, quando vi já era um mercado. O nome era Mercado Bom Sucesso, por um tempo, dividimos entre mercado e loja de tecido, depois ficou só o mercado e, quando eu já estava perto de fechar, meu filho colocou um armazém de material de construção, aí dividimos o prédio da loja. Assim que começou, tinha um balcão, aí o pessoal pedia e eu mandava o ajudante ir buscar, mas depois tiramos o balcão e as pessoas entravam lá dentro e já pegava direto na prateleira, ficava até mais rápido. Nesse tempo, eu tinha uma freguesia certa, o freguês pagava uma feira e deixava a outra anotada na caderneta, tudo era movido pelo fiado, por conta disso também perdi muito dinheiro, na época da seca o pessoal não tinha condição e ficava por perdido mesmo, a maioria não tinha nem o que comer. (Carlos Barros, entrevista, março de 2021)

Assim como aponta o ex-comerciante, apesar do mesmo inserir novas técnicas em sua atividade comercial, diversos aspectos tradicionais permaneciam, a exemplo do crédito pessoal e das relações interpessoais que caracterizavam as relações de compra e

venda, uma vez que era o responsável pela loja, em sua maioria o proprietário, também responsável por comprar as mercadorias, negociando diretamente com os armazéns e feiras livres. Esta interação com os centros de maior ocorrência sob condições precárias de locomoção, em virtude da ausência de infraestrutura adequada de transportes:

A estrada daqui para Campina Grande não era asfaltada como é hoje, eu também não ia só para Campina, sempre comprava mercadoria em Caruaru, mas naquele tempo era difícil, quando era tempo de chuva o caminhão atolava e a gente ficava na beira da estrada esperando um trator para puxar, a viagem de um dia demorava dois ou três. O comerciante tinha que ir buscar a mercadoria, esses revendedores que passam representantes que passam nas lojas para revender só vieram aparecer depois que as estradas estava quase tudo asfaltada, por aqui mesmo, só depois de 90, antes disso, qualquer comerciante tinha que possuir caminhão ou pagar frete. (Carlos Barros, entrevista, março de 2021)

Como fica evidente na fala do Senhor Carlos Barros, a ampliação do varejo de alimentos não ocorre apenas em virtude do aumento do consumo no local, mas em virtude da ampliação do sistema viário que, por sua vez, através da redução dos custos de transporte, viabilizou as empresas de distribuição penetrarem os pequenos mercados interioranos. Assim, na década de 1980, já haviam na cidade três supermercados, O mercado Bom Sucesso, Supermercado São Thomé e o Supermercado de Heleno Gomes.

Neste mesmo período, as bodegas estavam aos poucos desaparecendo, a dinâmica dos supermercados possibilitava melhores ofertas, além do marketing que aos poucos estava sendo empregado, atraindo novos consumidores, no entanto, algumas formas comerciais resistiam como a Bodega e Sebastião Caetano e a de Sebastião Juvino (Figuras 21 e 22). Tal processo de expansão ocorria em detrimento das formas comerciais tradicionais como as bodegas, sendo cada vez menor o fluxo de capitais nestes estabelecimentos com descreve Silva (2014), em um cordel sobre a bodega do seu pai:

A vida seguia em Sumé
 E ele seguia a rotina
 Limpava uma cajuína
 Pesava “quartos” de café
 Revisava a prateleira
 E tal qual a rezadeira
 Tinha na feira sua fé

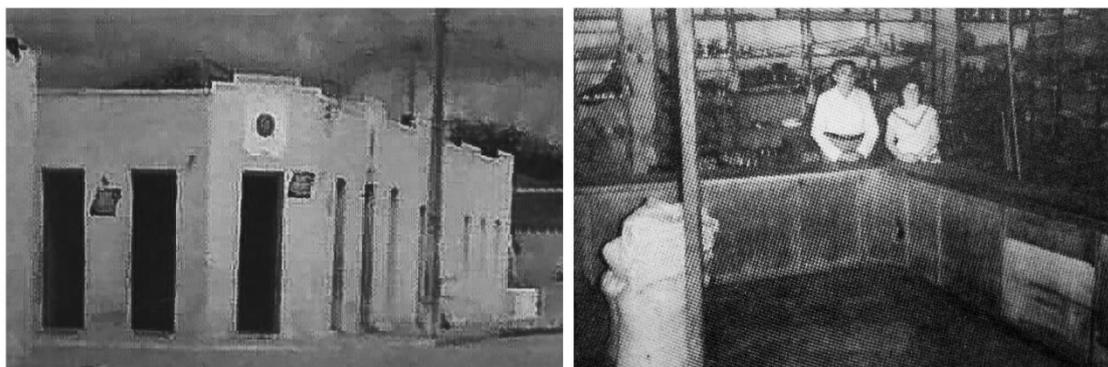
Mas estava conformado
 Que o dia seria duro
 Um esforço sem futuro
 E de pouco apurado
 No fim daquele trabalho
 Tudo iria no trabalho
 Ficando só o fiado

O que saía por feira
 Não dava mais rendimentos
 Era um par de elementos
 Dois bicos de mamadeira
 Porção de terebintina
 Dois dedos de creolina
 Pra pingar numa frieira

Meio metro de flanela
 Metro e meio de elástico
 Penico feito de plástico
 Uma espiral sentinela
 Duas cabeças de alho
 Um badalo de chocalho
 E um pino de fivela
 (SILVA, 2014, p. 36-37)

De acordo com Mendonça (2010), o crescimento econômico vivenciado pelo município de Sumé entre as décadas de 1960 e 1990, foi acompanhado por um conjunto de transformações dos hábitos cotidianos, neste período houve o início da democratização do acesso aos bens eletrodomésticos como, geladeira, fogão a gás e, especialmente aos bens com finalidades informacionais como o telefone e a televisão que, por consequência, geraram mais transformações das necessidades de consumo.

Figura 21: Bodega de Sebastião Caetano; Figura 22: Bodega de Sebastião Juvino.



Fonte: Figura 21- Acervo da pagina Sumé no face; Figura 22- Acervo de Sonielson Juvino.

Por sua vez, as novas formas de consumo representaram novos usos do espaço que, no referido contexto, impulsionaram o processo de marginalização, ainda que de modo gradativo, das formas tradicionais de comércio. A primeira atividade a sentir de forma acentuada os impactos da expansão do setor supermercadista são as bodegas, devido a pequena dimensão destes estabelecimentos, as mercadorias eram compradas por valores maiores do que os supermercados, fazendo com que o valor da mercadoria na

prateleira também fosse maior, diante disto, a concorrência com os supermercados era desigual.

A feira livre também se constitui como uma forma comercial tradicional do setor de alimentos, no entanto, pela própria natureza organizacional da feira, com menor custo de funcionamento e maior diversidade de bens comercializados, havia oferta de mercadorias sob diversas condições e valores, tendo melhor custo-benefício do que os supermercados, principalmente, entre os alimentos perecíveis. No caso da comercialização de carnes, a cidade era quase em sua totalidade abastecida pela feira livre, consolidando sua comercialização nos supermercados e frigoríficos apenas a partir dos 1990, com a popularização dos sistemas de refrigeração.

No caso do comércio de carne, há um forte elemento cultural, por ser a carne um bem historicamente sobrevalorizado no Brasil, estando associado a condições socioeconômicas de grupos privilegiados, havia uma forte relação pessoal de confiança neste ramo. Em conversas com os marchantes¹⁶, foi relatado a complexidade desta relação entre o freguês e comerciante, pois a maioria exige que o comerciante separasse sua mercadoria, com boa qualidade, identificada pelos clientes como “carne mole”, no entanto, a maioria comercializava animais inteiros, com carnes “boas” e “ruins”, mas se o cliente se desgostasse, poderia perdê-lo definitivamente.

Tais relações culturais, especialmente neste ramo, tardaram a transferência do consumo de carnes nas feiras para os frigoríficos e supermercados, uma vez que a comunidade local não se acostumava com a ideia de comprar carne resfriada, referindo-se as técnicas de conservação utilizadas por estes estabelecimentos. Até os anos de 1990, essa era uma técnica rara entre os feirantes. No entanto, esta limitação foi aos poucos resolvida, uma vez que os próprios feirantes, diante da redução dos fluxos nas feiras, passaram a, gradativamente, utilizar cada vez mais este recurso.

Como relata o senhor Carlos Barros, seu mercado, não transgredia do formato tradicional das bodegas, comercializando apenas carnes que não dependiam de refrigeração como, sardinha, bacalhau, charque, entre outras. O aumento do consumo na localidade, o aprimoramento da bovinocultura e do transporte de bovinos e, a

Os marchantes são agentes estruturantes da cadeia produtiva da bovinocultura, são responsáveis pela intermediação entre os produtores e frigoríficos e clientes. No interior nordestino sua presença torna-se ainda mais relevante em virtude do atraso na inserção das redes nacionais de distribuição de frios. Ver mais em: SANTOS, Itaan de Jesus Pastor. Impactos causados pela bovinocultura “de corte” nos assentamentos de reforma agrária do maranhão: segurança alimentar, modificação da paisagem e transformações regionais. **Tese (Doutorado em Engenharia Agrônômica)**, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2010.

concorrência da carne bovina com a carne suína e avícola, contribuíram para a redução dos custos gerais de produção, tornando a carne uma mercadoria popular, possibilitando a descentralização da comercialização destes bens no espaço e no tempo, havendo aumento do consumo e sua comercialização durante os demais dias da semana a partir dos supermercados e frigoríficos.

Em 1980 é inaugurado o supermercado São Thomé, criado por Elias Duarte, empresário do ramo de postos de combustível que, por sua vez, enxergou vasta oportunidade no varejo de alimentos, visto que em virtude do aumento de fluxos de capitais gerados pela dinâmica do perímetro de irrigação havia tido um aumento acentuado do poder de consumo de parte da comunidade local, no entanto, o varejo de alimentos ainda não havia se transformando seguindo as novas tendências.

Segundo a senhora Severina Duarte, ex-esposa de Elias Duarte e também ex-gestora do supermercado São Thomé, o supermercado surge incorporando tendências que foram observadas na cidade de Recife, por esta razão, a compra dos equipamentos e mercadorias para o supermercado fora realizado na capital pernambucana.

A proposta do supermercado buscava se distinguir das formas comerciais já existentes, comercializando produtos industrializados, alimentícios e não-alimentícios que, normalmente, não circulavam nas pequenas cidades do interior, sendo escoados da referida capital. Neste sentido, se colocava para além do comércio de alimentos, como relata Severina Duarte:

Lá vendíamos geladeira, fogão, rádio, travesseiro, havia de tudo. Já havia o sistema de prateleiras, você entrava, pegava seu carro ou a cesta, também já tínhamos sacolas. [...] a gente queria criar uma lanchonete no interior do supermercado, as pessoas poderiam fazer as compras e já paravam para lanchar, poderiam levar a família, todas estas ideias eram frutos de nossas experiências no comércio. (Severina Duarte, Entrevista, maio de 2021)

A comercialização de bens eletrodomésticos representa com clareza a estratégia do empreendimento de explorar as novas formas de consumo que se disseminavam no Brasil da segunda metade do século, caracterizada pela reprodução do *American way of life* (estilo de vida americano), no qual, tinha como pilar o setor supermercadista, mas que também estava intrinsecamente associado a indústria de bens domésticos e automotivos.

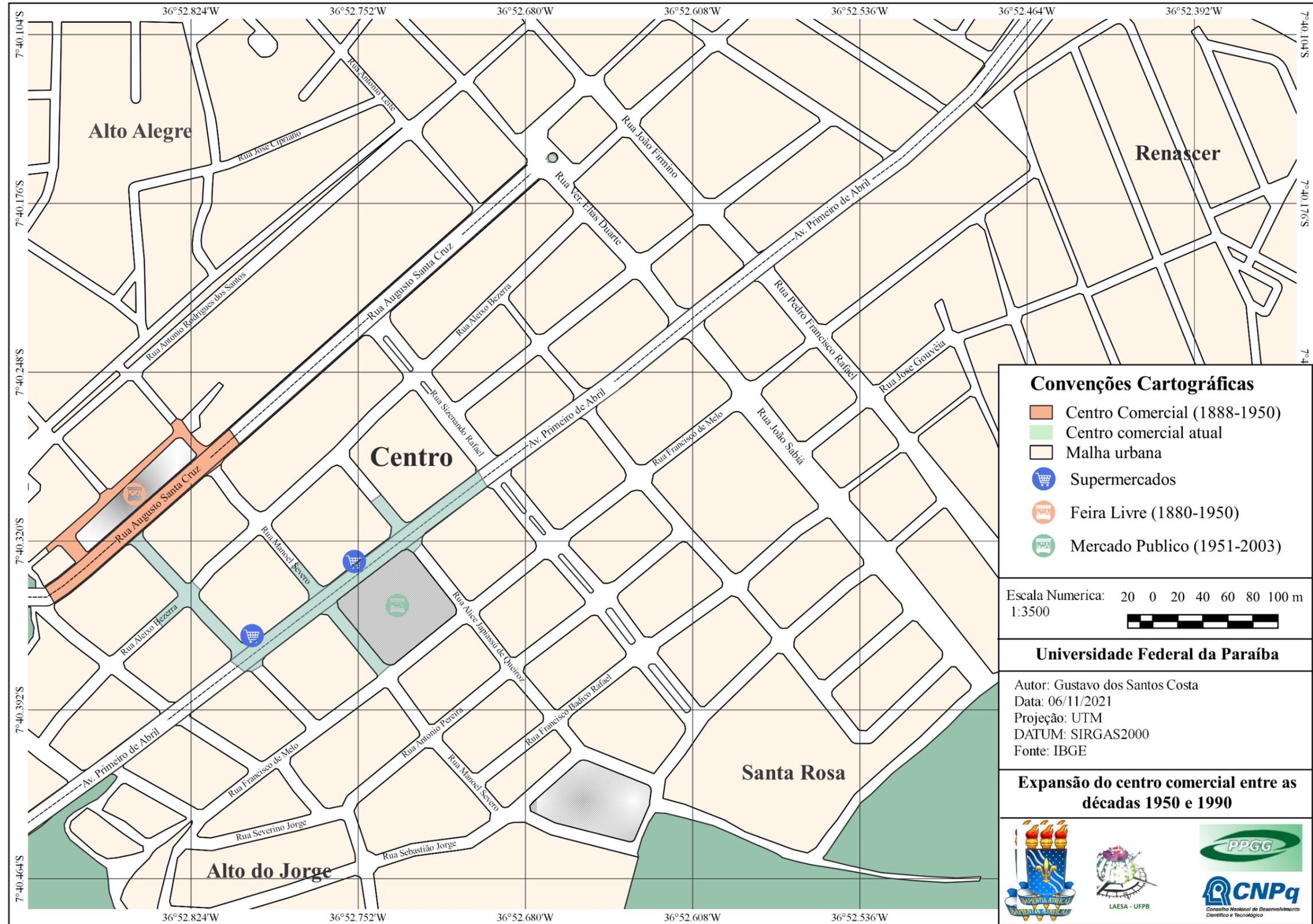
Cabe salientar que Elias Duarte, proprietário do Supermercado São Thomé, inicia sua vida profissional junto com seu pai, Elias Pereira Duarte, proprietário do posto de combustível Atlantic Sumé, mas que, após o falecimento de seu pai, se torna o

proprietário e responsável pelo empreendimento. Assim, percebe-se que o mesmo, antes mesmo da criação do supermercado, já estava ligado ao novo conjunto de relações sociais decorrentes do sistema técnico que se instaurava naquele período, como relata a senhora Severina Duarte:

Ele [Elias Duarte] já era do comércio, o comercio dele era de combustível que veio do pai dele. O posto era localizado na esquina com a primeiro de Abril, mas como passou a BR, não tinha estacionamento, aí ele foi obrigado a comprar um terreno onde hoje é o posto Zé Bola, aquele posto era dele, foi Neginho quem construiu. [...] Então ele ficou aí muito tempo, mas ele teve uma depressão muito grande [...] começou a ficar desgostoso com o posto, eu soube que ele iria vender o posto, quando fui perguntar ele me disse que iria montar um supermercado no espaço que era o posto. Ele ficou [antes do supermercado] comercializando lá em baixo [local do primeiro posto], ele vendia materiais agrícolas, sementes, torta e arado, até que um dia se decidiu a montar o supermercado. (Severina Duarte, Entrevista, Maio de 2021)

O local do supermercado era estratégico dentro organização urbana que se estruturava em Sumé desde a década de 1950, uma vez que estava situado na área de transição entre antigo centro comercial da vila de São Thomé e o novo centro comercial da avenida Primeiro de Abril, sendo próximo do mercado público e da feira-livre, assim como, dos comércios que ainda resistiam na rua Augusto Santa Cruz (como pode ser visto no mapa seguinte).

Mapa 5: Configuração das ruas comerciais entre as décadas de 1970 e 1980



Fonte: Gustavo Costa.

Ainda de acordo com o relato da senhora Severina Duarte, na década de 1980 irá surgir outra uma forma comercial sob o mesmo formato, o Supermercado do senhor Heleno Gomes, também localizado na Avenida Primeiro de Abril, em frente ao Mercado Público Municipal. As localizações dos supermercados em torno do Mercado Público Municipal expressam a importância que feira tinha na dinâmica econômica local, assim, como caracteriza a lógica de localização comercial predominante na época, na qual, caracterizavam-se pelo caráter polarizador, concentrando as formas comerciais em área específica do espaço urbano.

A localização destes empreendimentos demarca até o final da década de 1990, a localização dos supermercados na cidade de Sumé, visto que não surgirá supermercados em novas localizações, apenas a transferência de um proprietário para o outro mantendo a mesma localização. No caso do supermercado de Heleno Gomes, até os dias atuais, o prédio é usado como supermercado, tendo sido utilizado por diversos supermercadistas que, por razões diversas, repassaram de um supermercadista para outro.

Durante a década de 1990 houve uma reorganização do setor supermercadista, surgindo novos agentes como o Supermercado Avícola Central e o Supermercado Barateiro que, por sua vez, traziam consigo as novas dinâmicas da atividade, em especial, a necessidade do supermercado concentrar todos os bens de uso doméstico, embora ultrapassassem o comércio de alimentos, este era, como ainda é, seu eixo central, portanto buscavam comercializar todos os bens que faziam parte de uma cesta de compras doméstica, incluindo carnes, frutas, verduras e raízes. Neste período, o Mercado Bom Sucesso Fecha suas portas, assim como o Supermercado São Tomé e o Supermercado do senhor Heleno Gomes, até então, tidos como os principais empreendimentos do Ramo.

Um dos supermercadistas que surgem nesse período é o senhor Geraldo Odon, ao contrário de outros supermercadistas que são oriundos de famílias tradicionais do comércio, este era funcionário administrativo da Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de Sumé (CAMIS) e se insere na atividade comercial através da comercialização de aves, atividade que se inseriu no interior paraibano no final da década de 1980 a partir da popularização da espécie Plymouth Rock.

Ainda na década de 1990 as feiras livres detinham grande influência na dinâmica comercial das cidades interioranas, sendo ao redor destas instituições que as formas comerciais se instalavam e se organizavam, tendo conhecimento da centralidade das feiras, as atividades que surgiam naquele período se preocupavam em se aproximar das

feiras, afim de estarem nas áreas com maiores fluxos de capital. Isto fica evidente no relato do senhor Geraldo Odon, quando o mesmo relata a sua introdução no varejo de alimentos a partir de comercialização de carne avícola por meio da empresa Mafisa:

A Mafisa é uma empresa de Belo Jardim, na época era o maior produtor de aves, de frango, né. Eu liguei para a empresa, o atendente me perguntou quantos habitantes haviam no município, disse que tinha uma média de 30.000 habitantes, no entanto, não havia essa quantidade aqui, e eles só tinham interesse em lugares acima de 30.000, aí ele disse o seguinte: “vai um fiscal praí para tua cidade, você tem que abrir uma empresa, tem que ser ao lado de um mercado público e o pedido mínimo é de 301 frangos, mas só podemos entregar 8 dias após o pedido. Se você vender, terá que esperar o retorno do pedido seguinte e se sobrar, ficará por sua conta”. Como não tinha na cidade, era um negócio novo, eu aceitei. Aluguei um ponto, deixei tudo bem organizado, com bebedouro automático, o espaço todo na cerâmica, os outros vendiam em cima de tabuas, eu já fiz diferente. (Geraldo Odon, Entrevista, junho de 2021)

De acordo com o relato de Geraldo Odon, é direcionado pelas políticas da própria empresa que o mesmo investe em estratégias para atrair consumidores locais, um dos meios encontrados inicialmente é a transferência para o interior do Mercado Público Municipal e o uso do marketing. Contudo, apesar das estratégias organizacionais trazidas pelo comerciante, o que de fato impulsiona seu empreendimento é o valor reduzido da carne avícola, logo, gerando rápida aceitação e popularização na comunidade local, isso colabora para que logo outros itens possam ser inseridos em seu empreendimento, assim como o mesmo relata:

“No início, ainda na década de 1990, quando comecei a abater os frangos vi que precisa de algo mais, aí como eu já vendia o frango, eu mesmo abatia ele vivo, aí comecei a colocar os ovos, percebia que o frango puxava muita coisa. Aí coloquei a uma prateleira, falei com Tute [comerciante do ramo supermercadista local], aí comecei a colocar sardinha, Quitute, mortadela, também coloquei temperos como alho, cuminho, coloral, cebola, tudo isso cedido pelo supermercado de Tute” (Geraldo Odon, Entrevista, Junho de 2021)

É através do comércio protagonizado pelo varejo de carne avícola é que se torna viável a criação do supermercado, uma vez que, entendendo como funcionava a distribuição e comercialização de aves, facilitava a compreensão do funcionamento de um supermercado como um todo. No entanto, como fica evidente na entrevista concedida pelo supermercadista, no entorno do Mercado Público não havia imóveis disponíveis para um novo supermercado, este fato atrasa a criação do supermercado, sendo inaugurado em um momento em que já havia outros comerciantes do ramo.

Além da imponência da feira livre, na década de 1990 já havia uma significativa concorrência do setor supermercadista, e isso dificultava o desenvolvimento de novos empreendimentos do varejo de alimentos. Segundo o supermercadista Geraldo Odon, sua estratégia de sobrevivência na atividade se deu entorno do marketing, da otimização dos serviços prestados pelos supermercados e pela comercialização de frios, nicho ainda não explorado pelos supermercados da cidade naquele momento, ações que o mesmo identifica com pioneiras:

Olhe, eu fui pioneiro, ninguém aqui tinha fachada, eu trouxe um cara chamado Zé da fachada, lá de Campina Grande, aí ele fez uma fachada para mim ainda no meu primeiro supermercado. Ele fez uma fachada com lona, quer dizer, já deu uma moral diferente, né. Aqui também não tinha um serviço de entrega rápido, você comprava em Seu Carlos Barros e ele mandava entregar em uma carroça de mão, aí eu já fiz diferente, comprei uma bicicleta de carga, o cara comprava uma bicicleta para facilitar a vida e ser mais rápido, depois a bicicleta na dava mais conta, então tive que investir em uma moto, mandei fazer um reboque para ela, aqui não havia motos com reboque na época, aos poucos íamos aprendendo a prestar um serviço mais rápido, supermercado precisa de agilidade. (Geraldo Odon, Entrevista, junho de 2021)

É diante do contexto descrito que, o varejo de alimentos da cidade de Sumé, encerra o século XX, com o setor supermercadista consolidado, a feira livre já deixava de ser o principal elemento de dinamização do centro comercial e as bodegas já eram inexistentes no centro comercial. Este recorte temporal é interessante ser tratado, pois estes fenômenos descritos são a base das transformações que ocorreram no século seguinte, quando políticas como, os instrumentos de distribuição de renda, as estratégias de desenvolvimento do semiárido brasileiro e a interiorização das instituições de ensino superior, passam a ser executadas aumentando os fluxos de capitais e redefinindo a dinâmica econômica das pequenas cidades do interior nordestino.

4. A FEIRA LIVRE DE SUMÉ DIANTE DA RECONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES DE COMERCIO E CONSUMO NA CIDADE DE SUMÉ (EM CONSTRUÇÃO)

Neste sentido, a metodologia da presente pesquisa contém um esforço para sistematizar a relação entre os processos mais amplos, aqueles de escala nacional e regional, como a reestruturação produtiva e espacial do território brasileiro e seus respectivos impactos na reconfiguração da base técnica do território e seus impactos sobre

a cultural, os hábitos e o consumo; e os processos locais, como a dinâmica social, cultural, política e territorial local, observando com esta ora reproduz os processo mais amplos e ora se contrapõe. Na verdade, observa-se que o local se complementa e conflitua com os processos mais amplos de modo concomitante.

Por esta razão, relacionamos técnicas e procedimentos das abordagens qualitativas e quantitativas de pesquisa, bem como questionários e entrevistas. Além disso, tivemos a preocupação de, ao longo da aplicação dos questionários, buscar aproximação com os feirantes, entendendo seu contexto social, cultural e econômico, ainda que ultrapassasse as delimitações objetivas dos questionários nos ajudou a compreender os próprios dados obtidos nele.

Toda pesquisa de campo e levantamento de dados foi realizada após julho de 2020, período que iniciou a flexibilização das medidas de distanciamento social impostas pela propagação do vírus SARS-CoV-2. Neste sentido, tivemos dificuldade de obter dados referentes aos processos que já ocorriam antes da pandemia. No entanto, as conversações que ocorreram durante a aplicação dos questionários possibilitaram-nos identificar apontamentos e nortear as investigações.

O presente capítulo trata da apresentação dos dados obtidos em campo, bem como sua análise a partir dos objetivos, das referências e da metodologia adotados por esta pesquisa. Em síntese, a questão que norteou todos os procedimentos da pesquisa e se ressaltou ao passo que a comunicação com os feirantes foi sendo estreitada é: “Porque a feira livre de Sumé encontra-se em esfacelamento?”, apesar de ser uma pergunta simples, as respostas foram as mais variadas possíveis e a necessidade de investigação e sistematização expandiu-se ao passo que mais fontes foram consultadas, como comerciantes, feirantes, a sociedade civil organizada e o poder público local.

As respostas foram diversas, mas aos poucos pudemos perceber que elas não se contradiziam, embora algumas fossem consideradas incoerentes, as hipóteses levantadas pelos feirantes com base em suas respectivas experiências eram lúcidas e correspondem às peculiaridades de cada atividade ou ramo presente na feira. Pois, ainda que os feirantes sejam agentes de um mesmo espaço, cada qual possui dificuldades distintas e enxerga a feira e toda sua dinâmica a partir do seu próprio caso.

4.1 A RELOCAÇÃO DA FEIRA LIVRE E O SURGIMENTO DE NOVAS DINÂMICAS

A dinâmica comercial da cidade de Sumé adentra o século XXI marcada por dois fenômenos: a centralidade da feira livre no abastecimento de bens alimentícios e de bens importados (em sua maioria oriundos da China e do Paraguai) e a expansão do setor supermercadista, demarcados pelo surgimento novos supermercados como O Feirão, Avícola Central e O Barateiro. Tratam-se de formas comerciais conscientes da necessidade de racionalização e competitividade a fim de absorver uma massa de consumo, relativamente, estável de trabalhadores rurais que concentram a maior parte da renda familiar com bens alimentícios, como aponta dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (1997; 2004), promovida pelo IBGE.

Por esta razão, o comércio de alimentos se apresentava como uma das melhores alternativas de investimento na localidade, uma vez que, diante das instabilidades geradas pela ausência de uma estrutura produtiva estabelecida e pelos períodos de estiagem, as atividades comerciais associadas aos consumos emergenciais, como alimentação e saúde, passam a ser priorizadas pelos comerciantes locais e a feira livre torna-se alvo das novas estratégias de reprodução das relações de produção, ocorrendo sob duas formas: a resignificação da feira livre através da incorporação de novos símbolos e tendências, assim como o processo de relocação e requalificação da feira livre local.

A relocação da feira livre de Sumé consistiu na construção de um novo mercado livre municipal (figuras 23 e 24) e, por consequência, na remoção do comércio de rua que se encontrava adjacente ao Mercado Público Municipal. O processo de relocação foi arquitetado a partir da necessidade de ampliação do espaço destinado ao comércio de rua que, por sua vez, se aproximava da rodovia BR-412 e oferecia riscos aos feirantes em virtude do trânsito de automóveis de grande porte. Essa justificativa fica evidente no relato do ex-prefeito, o senhor Francisco Duarte.

A obra de construção de um novo mercado público era necessária, não havia espaço para a feira, as barracas já tinham tomado e rua estavam atrapalhando o trânsito, a gente via a hora acontecer um acidente. De vez enquanto só se ouvia falar da batida, precisávamos fazer alguma coisa. O engenheiro disse que não havia condições técnicas de construir um prédio de pisos no local, aí apareceu aquele, estava a pouco mais de 100 metros do mercado antigo, então constatamos que era a melhor opção. (Francisco Duarte, março de 2021)

No entanto, como aponta Neco (2010), é um equívoco afirmar que a expansão da feira livre fosse a justificativa válida para sua remoção, visto que, embora houvesse um aumento significativo do acesso à meios de transporte autônomos, os feirantes relatavam que desde a década de 1990 os fluxos na feira livre apresentavam reduções e isto representava um certo equilíbrio nos fluxos, ou seja, mesmo que houvesse mais veículos na cidade, a descentralização destes fluxos no tempo e no espaço, promovido pela aumento do acesso a meios de transporte autônomos, os fluxos haviam estagnado em dias de feira livre.

Figura 23: O mercado público durante a construção em 2002; Figura 24: O Mercado Público atualmente, em 2021.



Fonte: Figura 23: Acervo de Sonielson Juvino; Figura 24: Pesquisa de campo.

Além disso, havia o fato de que o Mercado Público Municipal perpassava por 30 anos de sucateamento, não usufruindo da totalidade de sua capacidade e oferecendo riscos aos feirantes que trabalhavam no recinto. Tais imprudências contribuíram para construção de uma narrativa popular entre a comunidade urbana em prol do processo de relocação, enquadrando a feira como uma atividade oposta as políticas de bem-estar e limpeza urbana.

A nível de compreensão destas transformações socioespaciais, é fundamental ter em vista a atuação dos múltiplos agentes e atores responsáveis pela produção do espaço urbano, entendendo que a distinção entre Estado e Mercado se coloca insuficiente para compreensão dos fenômenos urbanos e urbanísticos, visto que encontram-se em um contexto complexo de interrelações onde os interesses do mercado são defendidos e incorporados ao Estado sob o entendimento que também interessam ao funcionamento institucional.

Estas interrelações são onipresentes ao funcionamento do Estado capitalista, sendo ora explícitas e ora implícitas. Harvey (1980) chama atenção para a observação dos instrumentos de interrelação que ocorrem de modo implícito, entendendo-os como importantes instrumentos de distribuição de renda. No entanto, o fato destes instrumentos serem implícitos, normalmente, os associam ao fato de serem impopulares e estarem associados aos interesses hegemônicos, denominando-os “instrumentos ocultos de distribuição de renda”.

Estes instrumentos, em sua maioria, são constituídos por políticas públicas e empreendimentos oriundos de parcerias público-privadas de cunho infraestrutural na qual, suas alocações têm reflexos diretos na reordenação da dinâmica local, criando e redirecionando fluxos de pessoas e capitais. Tal processo, decorrente da alocação e relocação de elementos no espaço urbano são denominados por Harvey (1980) de efeito-exteriorização, por sua vez, as áreas que correspondem à influência destes efeitos são os campos de exteriorização, os quais, segundo Harvey (1980),

podem ser positivos ou negativos ou, algumas vezes, como no caso de um aeroporto, as duas coisas (desde que o aeroporto seja um estorvo do ponto de vista da poluição e barulho próximo, mas traz importantes benefícios de emprego e movimento). Sabemos muito pouco sobre o efeito e a forma desses campos de exteriorização no ambiente urbano. Mas, não deve haver dúvida de que sua localização tem efeito poderoso sobre a renda real do indivíduo. As mudanças neles podem ser um fator de redistribuição da renda; e, por isso, uma fonte potencial de desigualdade de renda. O processo político tem influência profunda sobre a localização dos custos e benefícios externos. (HARVEY, 1980, p. 48)

O maior mérito desta discussão é a explicitação sobre a amplitude de possibilidades de distribuição de renda e a desmistificação da ideia de naturalização frequentemente associada a localização dos instrumentos de uso coletivo no espaço urbano. Os campos de exteriorização também são campos de força e disputa, visto que nestes a intensidade de fluxos gera maior competitividade entre os agentes econômicos dispostos destas localidades, sendo estes espaços moldados em consonância aos interesses dominantes.

A partir dos pressupostos conceituais postos por Harvey (1980), buscamos fazer uma reflexão sobre o processo de relocação da feira livre de Sumé, entendendo-a inserida em um arranjo de políticas em prol do processo de reestruturação socioespacial e econômica local, no qual, objetivou a racionalização do espaço urbano e o desenvolvimento de

formas comerciais modernas, assim, redistribuindo os fluxos que tendiam a se concentrar entorno da feira.

Entretanto, o processo de relocação, inicialmente, representou uma dinâmica comercial descentralizada, distribuindo-se sob duas perspectivas: 1) acompanhando os fluxos tradicionais da feira livre em sua nova locação, entorno do novo Centro de Distribuição de Alimentos, promovendo a criação de formas comerciais fixas nas proximidades da feira, localidade na qual possuía um perfil estritamente residencial; 2) aumento do consumo nas formas comerciais fixas próximas a antiga locação do mercado público, favorecendo o surgimento de atividade comerciais relacionadas a distribuição e comercialização de alimentos, como quitandas, sacolões e supermercados.

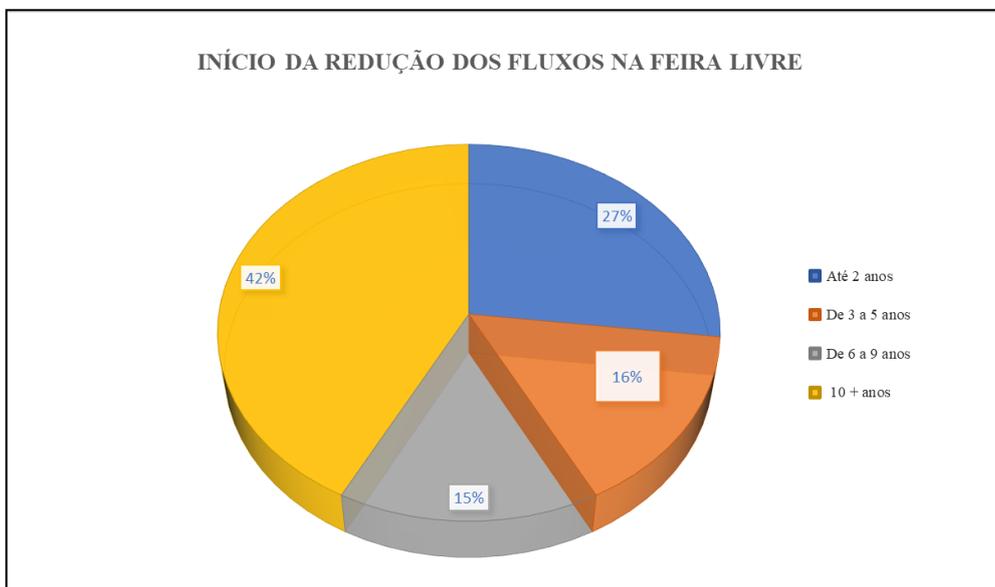
Considerando que as feiras livres interioranas embora se caracterizem pela distribuição e comercialização de alimentos, na segunda metade do século XX estas formas se aproximaram das novas relações sociais de produção capitalista, reproduzindo seus valores e tendências, ainda que modo precário e marginal, alcançaram uma significativa concentração e diversificação de bens e serviços, somando à comercialização de bens tradicionais locais, a oferta de bens de importados como, brinquedos, utensílios domésticos, instrumentos tecnológicos de baixo valor agregado, cosméticos e confecções.

Por esta razão, a relocação da feira livre, em primeiro momento, alavanca os setores do comércio associados à comercialização destes bens, expandindo pequenas lojas de importados, roupas e calçados, aumentando o perímetro do centro comercial. Contudo, este novo formato tende a favorecer grupos com maiores reservas de capital financeiro e social, tendo em vista que a nova configuração comercial tem como base a valorização imobiliária, pois a relocação da feira livre contribuiu para a redução dos espaços comerciais coletivos. Assim, excluindo uma parcela significativa da população da qual não possui condições materiais suficientes para se inserirem nesta nova configuração do centro comercial, sendo direcionados ao mercado público local que apresenta uma notória redução dos fluxos.

Não há precisão com referente ao início destas transformações e a redução de fluxos na respectiva feira, uma vez que as formas comerciais se transformam constantemente. Entretanto, o declínio das formas comerciais tradicionais foi sentido de modo acentuado pelos feirantes a partir de um período específico, após a relocação da feira livre. Por esta razão, como pode ser visto no gráfico 1,42% dos feirantes afirmaram

que a redução dos fluxos se iniciou a mais de 10 anos. Por outro lado, 68% dos feirantes afirmaram verificar estas transformações a menos de 10 anos, contudo, este grupo corresponde aos mais jovens e àqueles que foram mais atingidos durante a pandemia.

Gráfico 1: Início da redução dos fluxos na feira livre



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Neste sentido, apesar de um número significativo identificar que estas transformações decorrem de um período significativo após a relocação, é notório como têm impacto sobre as relações comerciais na feira livre. Por sua vez, trata-se de um processo que atende exigências organizacionais supralocais, correspondendo às novas políticas de distribuição e comercialização de alimentos, assim como reproduz os formatos de hegemonias de configuração urbana, buscando reproduzir ideário da racionalização do espaço urbano, negando suas especificidades e contradições.

Este processo também apresenta a forma como os aspectos locais se articulam a estes novos eventos, gerando conflitos em que os agentes hegemônicos locais passam a liderar os novos formatos de acumulação capitalista. A referida relocação impulsiona a expansão do setor de comércio e serviços e, conseqüentemente, o ramo imobiliário, em virtude desta associação, entendendo que as dinâmicas comerciais das últimas décadas só podem ser compreendidas através desta associação, neste sentido, a expansão do centro comercial ocorre a partir de inclusão de agentes detentores de condições socioeconômicas bem definidas.

Assim, há uma negação objetiva que impede a conversão dos feirantes em agentes fixos da dinâmica do centro comercial, uma vez que as condições de permanência na feira livre são muito mais flexíveis e abundantes que no centro comercial, no qual, os custos de permanência são muito maiores e rígidos. Portanto, favorece a formação de um novo arranjo de comerciantes, em porção significativa, associados ao comércio alimentício, seja ofertando alimentos *in natura* e industrializados, ou serviços de restaurante e *fast food*, ainda que, em sua maioria, informais.

Na pequena cidade, os instrumentos de fiscalização e regulação das atividades econômicas são escassos e inerentes à própria fragilidade econômica e social que caracterizam estas localidades. A cidade de Sumé, por sua vez, não se distânciava deste quadro. Por esta razão, no início do século atual, a expansão das formas comerciais e da presença do setor de comércio e serviços na própria renda municipal será sustentado pela criação de pequenas atividades comerciais, caracterizadas pela presença da estrutura familiar e pelo baixo uso de recursos técnicos, mas que buscam reproduzir as novas relações de consumo e novas estéticas relacionadas ao consumo, seja nos serviços ofertados, como nas arquiteturas e faixadas.

Tal arranjo, composto em sua maioria por estas pequenas unidades e algumas formas comerciais e serviços estratégicos, com supermercados, lojas especializadas, farmácias, galerias comerciais e bancos que, por sua vez, detém maior concentração de capital técnico e humano. Assim, consolidando a diversificação do centro comercial, reduzindo gradativamente o protagonismo e a centralidade da feira livre.

Cabe ressaltar que o protagonismo da feira livre na dinâmica comercial de Sumé está, inerentemente, associado à logística de circulação de bens, ou seja, ao acesso à recursos de transporte e distribuição de mercadorias, como carros e caminhões, ao passo que estes instrumentos se descentralizam socialmente há o aumento de formas e agentes comerciais, gerando o aumento e a diversificação do setor terciário.

O processo de relocação ocorre de modo simultâneo à expansão do acesso a meios de transporte individuais, como modelos populares de motos e carros, incentivado pela tentativa de expansão da indústria automobilística nacional que acompanhava um gradativo aumento da qualidade e do poder de consumo. Os novos fluxos gerados pelo aumento do acesso destes recursos técnicos impulsionavam a dinâmica comercial como um todo. Nesse contexto, a feira livre local se expande em virtude do aumento do

consumo e do surgimento de novas relações comerciais como a compra, venda e troca de motocicletas.

A intensificação dos fluxos incorporados à feira foi utilizada na construção de um discurso a favor do processo de relocação, no qual, identificava a distribuição da feira pelas ruas do centro comercial como uma irracionalidade problemática para a circulação, conservação e segurança nas vias públicas, justificando a intervenção estatal.

Neste processo, dois elementos se apresentam como fundamentais para a análise, o primeiro se trata ineficiência do poder público em estabelecer diálogo com os feirantes, e assim desenvolver um planejamento democrático sobre o uso dos espaços públicos. Por outro lado, o segundo, em parte decorrente do primeiro, refere-se ao modo como ocorre a intervenção do poder público, em sua maioria, arbitrária e socialmente seletiva, atuando, especialmente, sobre agentes marginalizados, com baixos capitais sociais, políticos e econômicos.

Assim como propõe Santos (1997), toda ação é, inerentemente, composta por intencionalidades, se propondo a atingir objetivos e projeções. Por sua vez, o Estado Democrático se configura com uma instituição de representação e, neste sentido, suas ações expressam as intencionalidades daqueles são representados e assim, para entender qualquer ação de intervenção é fundamental questionar sobre quem o Estado está representando nestas ações.

Sobre a política das ações e decisões inerentes ao funcionamento do Estado capitalista, Harvey aponta:

A maior parte da evidência que temos sobre grupos de decisão, barganha, controle do governo central, democracia, burocracia e similares, indica, também que qualquer organização social, econômica e política que obtém qualquer permanência é suscetível de cooptação e subversão por grupos específicos de interesse. Numa democracia constitucional isso usualmente é desempenhado por pequenos grupos bem organizados de interesse que acumularam os recursos necessários para influenciar os tomadores de decisão. (HARVEY, 1980, p. 93)

Esta mesma consideração pode ser reproduzida ao tratar das diversas instâncias do sistema Estatal republicano: Federação, Estados e Municípios. No caso da intervenção na feira livre de Sumé, trata-se de uma política municipal, estabelecendo diálogos entre a perspectiva geral do Estado brasileiro e as peculiaridades do governo municipal. No entanto, há elementos que se encontram intrínsecos à própria estrutura do Estado capitalista moderno e se expressarão nas suas múltiplas formas. Um destes elementos,

como aponta o próprio Harvey (1980), é a relação do Estado com a classe dominante, pequenos grupos com forte concentração de capital econômico e político.

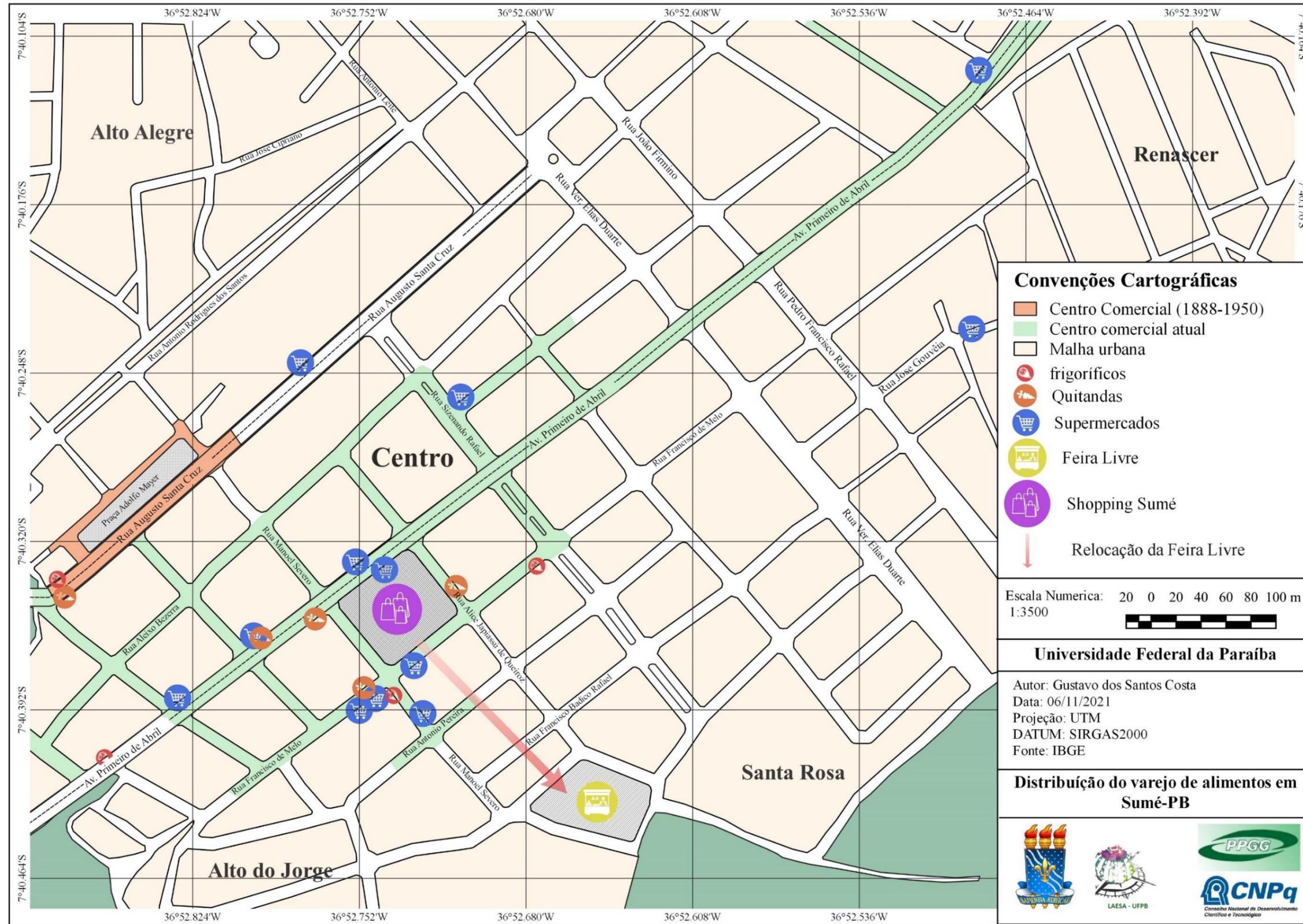
Neste sentido, é importante observar que, além da formação de grupos comerciais na localidade, estas ações também estão comprometidas com as novas relações de operacionalidade econômica-capitalista em escala regional e nacional, tendo como pilares a produção técnico-científico informacional aplicados a produção e circulação. Neste sentido, seguem uma lógica de reprodução que parte do centro para periferia, transpondo a racionalidade locacional dos centros urbanos e regionais para a pequena cidade, ainda que este processo exija readequações e ressignificações.

A resistência do protagonismo econômico das formas comerciais populares, até meados dos anos 2000, como a feira livre de Sumé, demarca a situação periférica da localidade na dinâmica econômica nacional ao passo que a descentralização do desenvolvimento da base material possibilita a inclusão dos espaços marginais no processo de racionalização e a modernização comercial local segue esta mesma lógica que se articula com os circuitos produtivos e logísticos contemporâneos, projetados pelos polos produtivos-industriais.

Cabe observar que após 2003, período de consolidação da relocação da feira livre local, soma-se a formação da infraestrutura base o aumento da qualidade de vida em virtude da adoção de novas políticas sociais pelo Estado brasileiro, gerando um gradativo aumento do poder de consumo, em especial, das camadas socioeconômicas mais fragilizadas. Por sua vez, a população com menor poder aquisitivo historicamente possui maior relação com o comércio popular tradicional, como o caso da feira livre, logo, este aumento das possibilidades de consumo representou a intensificação dos fluxos nestes espaços populares, embora, a reconfiguração da estrutura comercial conseguiu, gradativamente, redirecionar para outras formas comerciais.

A circulação de pessoas e capitais em escala local/regional resultou na diversidade morfológica de seu arranjo espacial local. Em sua natureza, trata-se da produção de formas espaciais capazes de estruturar as diversas intencionalidades que caracterizam a atual temporalidade, assim estruturando as transformações sociais e políticas – em sua maioria, de interesse hegemônico. O mapa a seguir, representa, graficamente, como ocorre este processo, assim como apresenta a atual configuração do comércio de alimentos no centro comercial.

Mapa 6: Distribuição do varejo de alimentos em Sumé-PB.



Fonte: Pesquisa de campo, setembro de 2021.

Estes fluxos se materializam em formas espaciais concretas que, ao longo do tempo, se acumulam e se justapõem, complexificando o arranjo espacial de modo que o torna, cada vez mais, peculiar e universal. Peculiar por representar os fluxos das dinâmicas sociais, culturais e econômicas e, universal pelo fato destas novas dinâmicas estarem, paulatinamente, conectadas as dinâmicas globais do modo de acumulação capitalista. Neste sentido, atualmente, tais relações sociais se destacam pelo surgimento e manutenção de novas próteses materiais características dos valores capitalistas, como os supermercados, lojas calçadistas, bancos, entre outros serviços fundamentais para reprodução das relações de produção.

Contudo, em 2003, viabilizada por todo um discurso modernista (gentrificacionista) em prol da higienização, padronização e normatização dos espaços, a Prefeitura Municipal de Sumé inaugura um novo Mercado Público Municipal, uma vez que, assim como pode ser visto nas imagens 25 e 26, o Mercado Público se encontrava em ruínas. Em tese, o novo mercado público pretendia expandir o centro comercial em outras direções, buscando descentralizar os serviços e amenizar os problemas urbanos promovidos pelo trânsito de automóveis e pela concentração do comércio de rua no entorno do referido espaço público. Dessa forma, o novo mercado foi construído fora do centro comercial tradicional, em um bairro residencial localizado na periferia da cidade.¹⁷

De acordo com entrevista realizada com um dos feirantes, o Sr. José, feirante em Sumé há mais de vinte e sete anos, “*nenhum de nós foi a favor*”, quando foi consultado sobre o que os feirantes achavam na época da relocação, respondeu:

Nem eu e nenhum dos outros marchantes aqui, na verdade, desconheço alguém da feira que quis ir para o outro Mercado Público, aquele canto era muito bom, perto de tudo. A história de que iam fazer um outro Mercado era antiga, agente nem acreditava que iam fazer, quando demos fé já tinham cavado o alicerce. Um dia, quando estava mais da metade feito, juntamos uns cinco e fomos lá olhar, era de animar qualquer um, aquele “preidão” do tamanho do mundo. Só que a gente queria que ele fosse lá embaixo, no lugar do outro, só que fizeram esse outro e nem conversaram com a gente.

¹⁷ O conceito de periferia urbana aqui tratado tem fundamentação em Santos (2001), segundo o qual, a periferia urbana não pode ser entendida pelo critério métrico, em virtude da distância para com o centro e, sim, pelo critério da acessibilidade, ou seja, uma análise qualitativa da localização.

Ao longo das atividades exploratórias e de aplicação dos questionários com os feirantes, identificamos o descontentamento com o processo de relocação e, especialmente, com os impactos decorrentes de tal processo, mostrando que, a partir da percepção destes trabalhadores, o processo de esfacelamento da feira se inicia com o movimento de distanciamento provocado pela relocação.

Em vista de compreender a percepção do poder público local sobre o processo de relocação da feira livre de Sumé, entrevistamos o responsável pelo projeto de construção do centro de distribuição Oscar Severo de Macedo (Novo Mercado Público), o ex-prefeito municipal, o senhor Francisco Duarte da Silva Neto e o atual prefeito do município, o senhor Eden Duarte Pinto de Sousa, responsável pela manutenção do mercado público e pela normatização da feira livre local.

Ambos os gestores comungam da afirmação que na época, meados dos anos 2000, havia a necessidade de controlar e reduzir os fluxos no centro da cidade, uma vez que a intensificação da circulação de pessoas nos dias de execução da feira colocava a integridade da população local em risco devido à constante ocorrência de acidentes de trânsito, assim como dificultava o livre fluxo de carros e caminhões na Avenida 1º de Abril, via que integra a BR 412.

Por esta razão, a obra otimizaria a circulação de pessoas e automóveis no centro urbano, estimulando a expansão do centro comercial e do setor de comércio e serviços, setor este que se fez presente na discussão sobre o Pacto Novo Cariri, aprovado nos anos 2000, sendo fundamental no norteamento das políticas do poder público.

Naquele momento a gente assistia a expansão do estímulo a caprinocultura, a cabra paria duas vezes ao ano e o leite era vendido para a usina, juntou com a estabilização do real, o povo já estava voltando a consumir um pouquinho a mais. Como Sumé sempre foi uma cidade central, aí atraía mais gente para cá e os pequenos comércios ficavam cheios, era carro em cima de carro, todo mundo começou a comprar motos também, antes disso quase não tinha por aqui. A gente havia passado por uma grande crise, no governo de Sarney, e as previsões eram de progressos para os próximos anos e o comércio era uma das principais atividades para investir na cidade. (Francisco Duarte)

Embora o poder público não tivesse medido os impactos do processo de relocação, as discussões sobre os novos direcionamentos políticos e econômicos para o desenvolvimento do semiárido nordestino ressaltavam a importância do setor terciário e de sua intersecção com os demais setores da economia local, como a agricultura e a construção civil. Dessa forma, a reconfiguração do centro comercial se constituiu como

uma política estratégica de reestruturação do espaço urbano em consonância com as dinâmicas econômicas que emergiam no contexto econômico nacional, como as redes de distribuição de alimentos, os novos polos agroprodutores e as políticas de financiamento e crédito privado.

O atual prefeito do município, o senhor Eden Duarte, também foi questionado sobre o projeto de relocação da feira livre municipal e, assim como o ex-prefeito Francisco Duarte, também reconhece que a feira livre se encontra em um processo de esfacelamento bastante delicado. No entanto, o prefeito nega identificar qualquer relação entre a relocação e o referido processo, argumentando que o atual contexto é resultante das novas relações sociais de consumo e a atual localização do mercado livre e da feira pouco ou nada influenciou em sua dinâmica.

Durante as conversas com os feirantes, por diversas vezes foi comentado que alguns feirantes se recusavam a se instalarem no interior do Centro de Distribuição ou em suas imediações, se instalando no centro da cidade, nas proximidades do antigo Mercado Público, local que foi substituído por uma galeria comercial denominada “Sumé Shopping”. Os feirantes também afirmam que o governo municipal não permite a comercialização de bens em vias públicas que estejam fora das delimitações da feira livre e que em diversas oportunidades acionou o aparelho policial para garantir a remoção de camelôs e feirantes.

Quando indagado sobre a existência deste tipo de intervenção, o prefeito do município respondeu:

Sim, com certa frequência os fiscais são acionados para o orientar os feirantes a se deslocarem para a circunvizinhança do Mercado Público. Veja, é injusto para os feirantes que cumprem as normas e se instalam lá no mercado que outros venham e se instalem no centro da cidade, atraindo os consumidores e desincentivando os feirantes a permanecerem em seus espaços (no Mercado Público). [...] se não houver instrumentos que possam frear este tipo de ação, o Mercado perderá seu sentido de existir, por isso, em algumas situações foi necessário acionar a polícia, pois alguns feirantes se recusaram a seguir as recomendações.

Este tipo de ação é muito representativo quanto à organicidade da feira livre e o descontentamento com sua atual localização. Assim com aponta Gonçalves (2016), as feiras livres existem da busca por liberdade é este elemento que garantem sua existência e caracterizam sua essência, é a liberdade de existir que garantiu a feira livre a possibilidade de se reproduzir diante de diversos contextos socioespaciais distintos,

contudo, ao passo que esta liberdade é negada, restringida e ou questionada, a feira se desconfigura e se dissolve, as mesmas emergem dos fluxos e, portanto, buscam-no de modo incessante.

A coercitividade que caracterizou o processo de relocação é própria da noção “revitalização” dos espaços urbanos, presente nos exemplos clássicos de reforma urbana, como a reforma urbana do Rio de Janeiro¹⁸ no século XIX, na gestão de Pereira Passos e, a Reforma Urbana do Centro de Campina Grande¹⁹, entre as décadas de 1930 e 1950. Embora, as reformas estruturais de intensa amplitude parecem não ser viáveis na contemporaneidade, os aspectos simbólicos e políticos ainda se encontram introjetados no pensamento social, manifestando-se nas pequenas e médias obras manutenção do espaço urbano.

Coerção, monumentalismo e marketing político ainda caracterizam estas políticas, fomentando a estetização artificial do espaço urbano, ignorando suas contradições e as permanências populares locais, embora estas se manifestam no movimento cotidiano de uso e ocupação destes espaços, ainda que tentem ser silenciadas. A tentativa do estado de inserir estes novos instrumentos de consumo na pequena cidade perpassa por estas políticas públicas, no caso da cidade de Sumé, o Sumé Shopping foi projetado e construído pelo poder público através de uma parceria entre os entes Municipal e Federal.

O Shopping Sumé (Figura 27) se constitui, de fato, em uma galeria comercial. No entanto, busca vender-se enquanto Shopping Center, trazendo elementos estéticos e funcionais comuns a estas formas comerciais. Por sua vez, o que mais chama atenção é a localização desta forma comercial, pois se encontra situada na quadra onde outrora funcionava o Mercado Público Comercial, espaço projetado e executado na década de

¹⁸ Segundo Azevedo (2003), o que se entende por Reforma Urbana do Rio de Janeiro durante a gestão do Prefeito Pereira Passos trata-se duas ações de reformulação urbana, a primeira se refere à modernização do porto do Rio de Janeiro, financiada por recursos federais, e a segunda compreende-se pela integração de diversas regiões da cidade com o centro, removendo diversas ocupações populares do centro urbano, esta última foi realizada mediante uma perspectiva organicista concebida pelo poder público municipal. Ver mais em: AZEVEDO, André Nunes. **A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana.** Revista Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 10, p. 39-79, maio-agosto, 2003.

¹⁹ Segundo Queiroz (2008), o conjunto de obras de infraestrutura e reordenação do espaço urbano de Campina Grande entre 1930 e 1950 que convencionou-se identificar com Reforma Urbana de Campina Grande. Este período foi composto por ações entorno de ideais técnico-higienista predominantes, por sua vez, priorizou o abastecimento hídrico e a reconfiguração da malha urbana, construindo todo o sistema hidráulico e reconstruindo ruas, avenidas e prédios públicos. Ver mais em: QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas. **Quem te vê não te conhece mais: Arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950).** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

1950 pelo então prefeito José Farias Braga, no qual havia definido a localidade como ponto estratégico na dinâmica comercial local, neste sentido, a superposição do Sumé Shopping sobre o Mercado Público soa como uma política estratégica sob a ótica locacional.

Imagem 25: Face Norte do antigo Mercado Público. Imagem 26: Face Sul do antigo Mercado Público.; Imagem 27: Espaço externo do Shopping Sumé.



Fonte: Figura 25: Acervo de Sonielson Juvino; Figura 26: NECO, 2011; Figura 27: Blog do Bruno Lira.

A inauguração do Shopping Sumé diante da reconfiguração da dinâmica comercial local, caracterizada pelo desuso dos espaços tradicionais de comércio, consolida não apenas um novo conjunto de relações sociais de consumo, mas uma nova estética paisagística e organizacional para o centro comercial da cidade de Sumé, no qual o comércio popular é convocado a se reestruturar e enquadrar-se nos novos eixos de produção e circulação de bens perecíveis e não perecíveis. Reconhecendo que a feira livre e a maior parte do comércio popular encontram-se, de algum modo, em diálogo com os setores de produção e distribuição de alimentos, faz-se necessário entender suas formas e o modo como a feira busca dialogar com estes setores. É isso que objetivamos no tópico seguinte.

produto das novas formas de produção e circulação de mercadorias, considerando que as origens destes bens se remetem aos grandes polos industriais internacionais como China e Índia, caracterizados pela produção de bens de tecnologia simplificada, como brinquedos, utensílios domésticos e ferramentas de trabalho, em sua maioria produzida a partir do plástico.

A partir deste quadro geral pudemos inferir padrões das formas articulação e circulação de bens, tanto pela feira livre como pelas novas formas comerciais presentes na dinâmica comercial de Sumé. Estes padrões ou classes consideram elementos como nível tecnológico, capacidade de comunicação e investimento.

Esta nova estrutura socioespacial, cada vez mais fluída e difusa, possibilita ao comércio popular novas alternativas de comercialização e articulação com os novos agentes de fornecimento de mercadorias, enriquecendo as possibilidades de negociação e diversificação. Paralelo e decorrente da existência desta base material, há a redução dos custos de gerais de circulação, favorecendo a inserção em novos mercados, uma vez que o raio de atuação das atividades comerciais ganha capacidade de expansão, gerando novos conflitos e cooperações.

Inevitavelmente, esta nova base territorial exerceu significativo impacto sobre os ciclos comerciais itinerários²⁰, uma vez que promovem melhorias nos deslocamentos rodoviários, reduzindo o tempo de deslocando e o consumo de combustível. A primeiro momento, se retomarmos o período de transição entre os séculos XX e XXI, os feirantes puderam fazer deslocamento mais longos em menos tempo e novos atores interessaram-se pelo trabalho na feira, todavia, esta estrutura favoreceu a implantação de novas formas comerciais e o aumento da concorrência, contribuindo para a reconfiguração do setor terciário no interior Nordeste, o que influenciou a dissolução destes ciclos tradicionais.

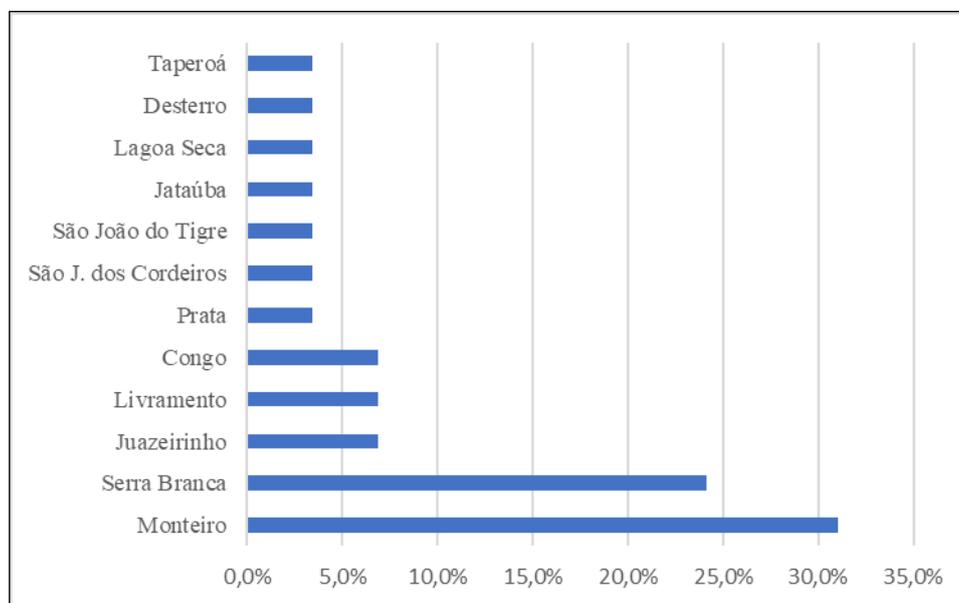
Conforme os dados levantados na aplicação dos questionários, 55,6% dos feirantes afirmaram ainda trabalharem em mais de uma feira por semana, contudo a maiorias destes comerciantes tem suas atividades restritas a duas outras feiras além de Sumé, sendo Monteiro e Serra Branca, 31,0% e 24,1% respectivamente, como pode ser visto no gráfico 3. A maior parte destes feirantes alega que no passado atuavam em muitas

²⁰ Os ciclos comerciais itinerários são as rotas que os feirantes percorrem em períodos brevemente definidos. Historicamente, os feirantes criaram rotas semanais, quinzenais ou mensais, das quais, percorriam várias extensões comprando, comercializando e trocando mercadorias, é esta rotatividade que possibilitou a consolidação e a reprodução da feira livre no Nordeste. Ao longo do século XX, estas rotas foram sendo reduzidas no tempo e no espaço, tornando-se semanais e com pousos cada vez mais definidos.

outras feiras, contudo, nos últimos anos essa prática gerava mais despesas que lucros, perdendo integralmente sua viabilidade.

Analisando o gráfico 3, pode-se constatar que as cidades onde os feirantes ainda conservam suas relações de trabalho são as localidades com os maiores fluxos de pessoas e capital, ficando evidente que as localidades de menor porte são as primeiras que os feirantes desistem, por não ofertar consumo suficiente que justificasse a permanência das atividades, tornando estas mais susceptíveis à monopolização.

Gráfico 3: Participação em feiras (exceto Sumé).



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Cabe ressaltar que as principais cidades em que os feirantes ainda conservam a prática dos ciclos comerciais itinerantes: Monteiro, Sumé e Serra Banca, são não só as cidades com as maiores demografias da Microrregião do Cariri Ocidental, mas também cidades conectadas pela BR 412, concentrando um dos maiores fluxos Norte-Sul da Paraíba. A localização privilegiada destas cidades dentro da logística regional de transporte e circulação de mercadorias contribui para a intensificação dos fluxos e a dinamização das atividades comerciais. Por outro lado, as cidades que estão excluídas destas malhas rodoviárias possuem menores fluxos e diversidade em sua estrutura econômica, e quantitativo demográfico, logo, menor dinamização do setor terciário.

Assim, observamos que o aumento da mobilidade espacial, promovido pelo aumento do poder de barganha da população e da expansão da infraestrutura viária impôs o aglutinamento das formas comerciais itinerantes nas cidades com maiores fluxos de

consumo, tornando os centros comerciais destas cidades em áreas de refúgio para o comércio popular. Movimento de resistência do qual apresenta pouca efetividade, já que nestas localidades os atuais instrumentos de distribuição de alimentos encontram-se consolidados e monopolizam a maior parte do consumo, inclusive das camadas populares.

No entanto, apesar de parte significativa dos feirantes ainda conservarem o caráter itinerante de suas respectivas atividades (como poder ser visto no gráfico 3), estes deslocamentos são, cada vez, incomuns e tendem a desaparecer. Seguindo esta discussão, identificamos, a partir de relatos dos feirantes, que a rotatividade comercial se torna cada mais inviável, em decorrência da redução do consumo em espaços tradicionais de comércio, especialmente, nas cidades de menor porte.

Outro fator determinante para a redução das circulações dos feirantes é a redução dos deslocamentos em transportes coletivos, visto que a maior parte dos feirantes possui transporte próprio, com a finalidade de agilizar suas respectivas demandas, tendo maior autonomia no poder de decisão e definição de suas respectivas rotas semanais. Contudo, esse movimento resultou no aumento dos custos individuais de deslocamentos que, no contexto atual, se agravaram em virtude da valorização do petróleo e o aumento dos preços dos combustíveis, chegando a custar, atualmente, em média na Paraíba R\$ 6,49 a gasolina e R\$ 5,36 o diesel, segundo dados da Petrobrás²¹.

Em virtude da predominância dos deslocamentos em transportes próprios, como também pode ser visualizada no gráfico 4, as ações coletivas e a comunicação entre os feirantes foram gradativamente sendo reduzidas, diminuindo as possibilidades de articulação da categoria e, na prática, também a redução dos deslocamentos. Por sua vez, ao passo que a mobilidade dos feirantes foi sendo reduzida, houve a expansão dos serviços de logística e distribuição de bens, tanto pelas empresas fornecedoras das mercadorias quanto por autônomos e empresas de transporte e logística.

Sobre os serviços de entrega, compreendemos aqui como os serviços prestados pelas empresas que ao comercializar seus bens com os feirantes incluem no preço do produto o serviço de entrega. Trata-se de um serviço com intensa difusão pelos setores econômicos, mas que se concentra, especialmente, no comércio de alimentos, integrando, sob a ótica destas firmas, todo o processo produtivo: produção, distribuição, comércio e consumo. Este aglomerado de funções pode ocorrer sob múltiplas formas: desde modelos

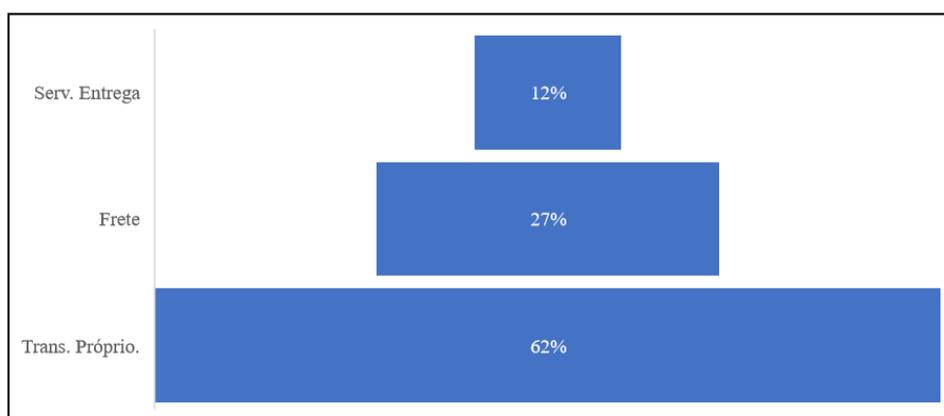
²¹ Os dados apresentados referem-se ao preço médio da gasolina e do diesel na Paraíba no dia 22 de janeiro de 2022 e encontram-se disponibilizados em seu site oficial: <https://petrobras.com.br/pt/>.

centralizadores, no qual uma única firma coordena e opera todo o processo de produção ou de forma híbrida, descentralizando a execução e a operação do processo através de terceirizações, parcerias empresariais, entre outras formas de cooperação.

Em virtude da predominância destas empresas na economia, tendo em vista sua alta capacidade competitiva capaz de oferecer serviços de excelência com valores acessíveis, sua infiltração no comércio popular foi rápida obedecendo a própria organicidade e flexibilidade característica destes espaços que buscam de múltiplas formas a redução dos seus custos de produção para permanência e reprodução de suas atividades. Assim, como pode ser visto no gráfico 4 esta modalidade já se faz presente na feira livre e sua tendência é de crescimento.

No caso da feira livre de Sumé é cada vez mais comum a presença de comerciantes autônomos que se deslocam para os polos de produção hortifrutigranjeira como o Vale do São Francisco e o Brejo Paraibano compram grandes cargas de mercadorias e comercializam na madrugada com os pequenos feirantes, antes mesmo da feira começar. Esta prática é interessante por que foi praticamente extinta com advento dos centros de abastecimento CEASA, contudo, em decorrência da queda no consumo tornou-se cada vez mais inviável o deslocamento para estes centros, ao passo que estes centros estão perdendo sua capacidade de concentração.

Gráfico 4: Meios de escoamento utilizado pelos feirantes.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Assim com está apresentado no gráfico 4, o uso do frete corresponde a 27% dos meios de escoamento de mercadorias utilizados pelos feirantes. De modo geral, o frete corresponde à contratação do serviço de transporte de mercadorias, seja por encomenda ou com a presença do feirante. Esta modalidade, normalmente, é comum entre os feirantes

que não possuem transporte próprio ou quando seu transporte não é suficiente para a transporte de suas mercadorias.

As relações de contratação nesta modalidade se dão de modo direto sob capital direto, sem qualquer financiamento ou uso de crédito (com exceção do crédito pessoal, mais conhecido como fiado). Por esta razão, muitas vezes, este transporte ocorre sob condições precárias e não oferece qualquer segurança aos feirantes, podendo gerar perdas ou degradação da mercadoria.

A última modalidade apresentada no gráfico, referente ao uso do transporte próprio, é a modalidade com maior abrangência e diversidade, abarcando desde o uso de caminhões até carros de pequeno porte, motos equipadas com reboque, bicicletas e carrinhos de mão. A maior parte das pessoas entrevistadas que afirmaram o uso de transporte próprio também afirmou ser este o único transporte da família, não havendo distinção entre veículo de trabalho e veículo doméstico ou de passeio.

Também constatamos através de diálogos com os feirantes acima de 20 anos de experiência (corresponde a 61,5% dos feirantes) que só a partir do início dos anos 2000 foi possível, para a maior parte da categoria ter acesso ao transporte próprio, antes deste período apenas comerciantes consolidados possuíam transporte próprio. Em sua maioria, os feirantes dependiam de outros comerciantes locais, que comercializavam em atacado para que os feirantes o comprassem e fossem vender na modalidade varejo para suas respectivas clientela.

Outra alternativa, refere-se a prática do frete coletivo, quando alguns feirantes que compartilham da mesma rota contratavam um caminhão de médio ou grande porte para contratarem o serviço, dividindo o valor total de acordo com a demanda de cada feirante envolvido.

Atualmente, o uso do caminhão fica restrito a apenas alguns setores da feira, normalmente, associados ao comércio de frutas, verduras e cereais que, em virtude do volume e peso da carga, são preferencialmente distribuídos em veículos de grande porte. Por outro lado, nos demais setores e atividades presentes na feira são usados veículos populares como automóveis de pequeno porte e motocicletas equipadas com extensões como caixotes no bagageiro ou reboques²². A pesar da relativa economia que os veículos

²² Reboque, também pode ser conhecido por atrelado ou trailer, é originalmente um equipamento automotivo de carga composto por rodas e superfície de carga que se conecta minimamente ao chassi do veículo principal. Atualmente, este equipamento possui diversas variações, sendo utilizado para extensão e carga em motocicletas.

de uso doméstico possam favorecer, em razão do baixo consumo de combustíveis fósseis e dos custos de manutenção, o transporte de mercadorias se constitui como a maior despesa dos feirantes.

Por outra via, no caso das novas formas comerciais, há uma maior integração entre os serviços de circulação e os instrumentos de comercialização de alimentos que, por decorrência da diversidade de bens sob diferentes origens e custos de circulação é facilmente distribuído no valor das mercadorias e repassados com menor impacto aos consumidores, tática que não é facilmente reproduzida no pequeno comércio uma vez que cada feirante se especializa na comercialização de bens específicos e detém baixa diversidade.

Tratando-se do caso das novas formas comerciais, em especial dos supermercados, essa tática incorpora uma estratégia logística de maior amplitude, sendo potencializada pela formação das redes comerciais. Quando discutimos sobre a capacidade logística de formas comerciais com natureza tão distinta, observamos que o pequeno comércio tradicional, representado pela feira livre local, ao passo que sofre severas perdas em virtude da redução dos fluxos nestes espaços aumenta a desarticulação entre estas unidades e seus respectivos trabalhadores. Contudo, de modo paralelo, a intensificação dos investimentos em tecnologia está favorecendo a cooperação entre as novas formas comerciais, criando redes, associações e cooperativas, com a finalidade de obterem melhores formas de negociação e defesa de seus respectivos interesses.

A ausência de unificação e representação dos feirantes torna-se ainda mais visível durante a Pandemia de COVID-19, quando a feira livre local foi interdita antes de qualquer tentativa de diálogo com a categoria, impedindo o prosseguimento das atividades econômicas no recinto, o Centro de Distribuição Oscar Severo de Macêdo. A intervenção sem qualquer garantia de acesso à alimentação e aos bens fundamentais de sobrevivência impôs a resignificação e a reconstrução das técnicas de mercadejar, inserindo, de modo precário, os feirantes nos sistemas virtuais de comunicação e comércio, sem qualquer formação e capacitação prévia.

4.3 PANDEMIA DO COVID-19 E AS NOVAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS FEIRANTES

As feiras livres têm sua origem associadas à prática do livre comércio em praças e logradouros públicos. Esses espaços ao longo da história humana se mostraram

extremamente versáteis, sendo densamente difundidos por todos os continentes e sociedades modernas, adaptando-se à diversas moedas, condições ambientais e necessidades de consumo (DANTAS, 2009).

Esta capacidade de reprodução das feiras livres se dá pela forma como estas formas comerciais se estruturam, caracterizadas pela organicidade de suas relações. Santos (2004), ao tratar da categoria que ele denominou de “circuito inferior da economia urbana²³”, constata que as formas comerciais de cunho popular alicerçam seu funcionamento e organização na alta demanda por mão-de-obra, na ausência de instrumentos burocráticos e no uso de normas flexíveis de organização. No entanto, o elemento mais ressaltado por Santos (2004) é a interação intersubjetiva, referindo-se à pessoalidade das relações de trabalho e em seu potencial de cooperação e ações coordenadas.

As relações de pessoalidade e a capacidade de diálogo com outros setores da atividade econômica e com as novas tendências de consumo, historicamente, caracterizaram a forma de organização das feiras livres, sendo estas habilidades as principais razões pelas quais as feiras, até os dias atuais, ainda se mantêm existindo e protagonizando muitas relações comerciais, haja vista ainda que, no caso de Sumé, a mesma encontra-se perdendo este protagonismo.

Assim como foi exposto ao longo do texto, desde a década 1990, espaços tradicionais de comércio como as feiras livres e bodegas denotam transformações graduais em sua dinâmica. Contudo, nos últimos anos este processo se intensificou em virtude da reconfiguração da dinâmica econômica imposta pelas medidas de distanciamento social decorrente da crise sanitária ocasionada pela pandemia do Novo Corona Vírus²⁴, COVID-19.

²³ Santos (2004), com o objetivo de compreender a estrutura e a dinâmica econômica dos países subdesenvolvidos a luz de um referencial teórico contrário à leitura das economias desenvolvidas, cria a teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. A partir de suas análises, o mesmo identifica que estas econômicas se encontram divididas em dois grupos, denominados de circuitos: superior e inferior. O primeiro refere-se as grandes empresas e agrupamentos corporativos, nos quais têm acesso privilegiado as inovações técnicas e científicas no desenvolvimento de suas atividades, com alta concentração de capital e pouco consumo de mão-de-obra. Já o segundo, o circuito inferior da economia urbana, trata-se da economia popular, composta pelas pequenas e micro empresas, das quais, a maior parte está relacionada com a informalidade, embora não restrita a ela. O circuito inferior dispõe de reduzidos investimentos, contudo, ao contrário do circuito superior, possui alta capacidade de consumo de mão-de-obra.

²⁴ Trata-se de uma doença respiratória infecciosa aguda, potencialmente grave, causada pelo vírus SARS-CoV-2, o vírus se caracteriza pela alta transmissibilidade, suficiente para atingir patamares globais de disseminação.

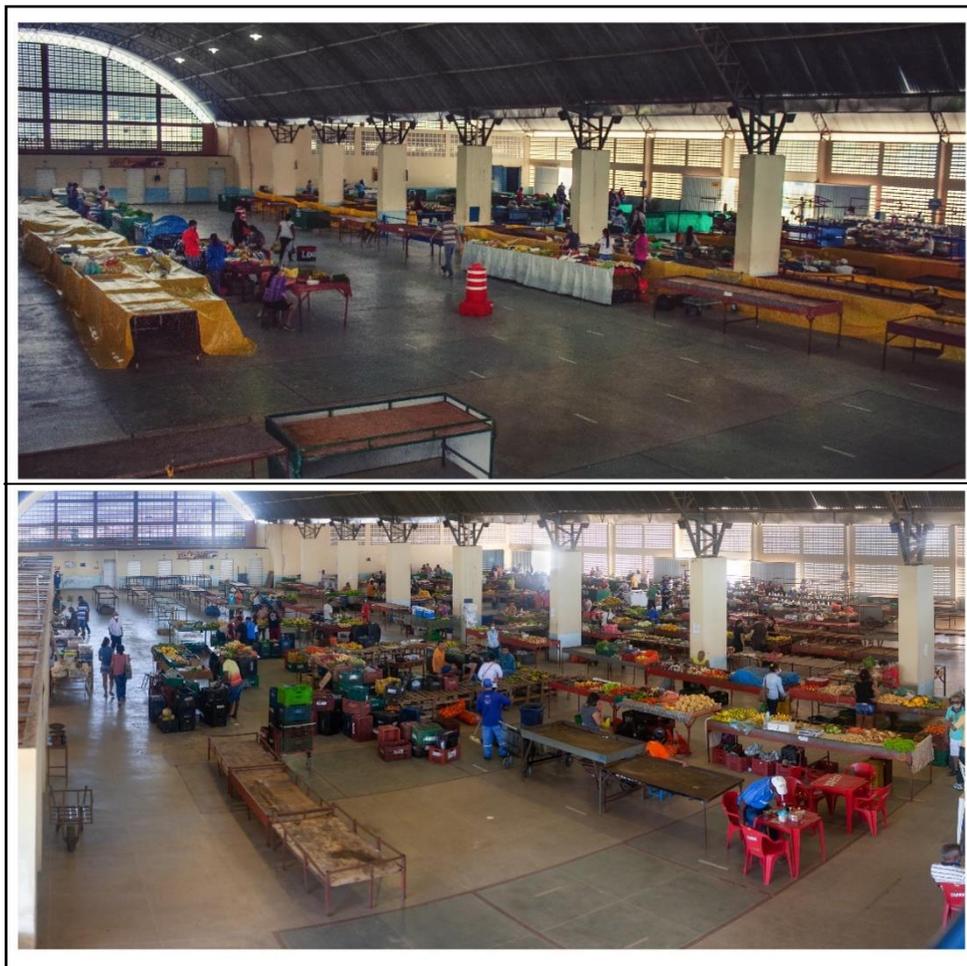
Na busca por postergar o avanço da disseminação da COVID-19 como meio de evitar a saturação do sistema público de saúde, os entes da federação adotaram como uma de suas estratégias o distanciamento social, alternativa recomendada pela Organização Mundial da Saúde durante o período de desenvolvimento das vacinas. A política sanitária entorno das medidas de distanciamento social, embora tenham encontrado obstáculos do Governo Federal, se materializaram na interdição de todas as atividades que possam promover aglomerações, exceto as atividades classificadas essenciais, a exemplo de supermercados, farmácias e postos de combustível, aptos apenas sob limite de ocupação.

Durante esta fase, crucial para a redução e controle da difusão do vírus, complexos comerciais e espaços de uso coletivo tidos como não essenciais, a exemplos de mercados públicos, galerias de lojas, aglomerados de lojas e ou barracas, shoppings centers e feiras livres, tiveram suas atividades interrompidas por, pelo menos 3 meses. Embora tenha havido o desenvolvimento de políticas assistenciais a empresas através de crédito a baixo custo e de auxílios emergenciais, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, as medidas de isolamento e prevenção de aglomerações atingiu de modo direto a dinâmica econômica em todo o território, concentrando-se, especialmente, no setor terciário.

No caso da feira livre de Sumé, em abril de 2020, durante o período de maior incentivo do Ministério da Saúde em prol da quarentena, a feira foi interditada e os feirantes foram proibidos de exercer suas atividades em espaços públicos, ainda que parte dos comerciantes pudessem exercer suas atividades por enquadrarem-se como atividades essenciais, elas não poderiam continuar no mercado público local. Os impactos causados pela vertiginosa redução dos fluxos de capitais atingem de modo distinto os diferentes agentes dispostos no setor, os impactos variam de acordo com o grau de acúmulo de capitais técnico, financeiro e humano agregado as atividades terciárias.

Como pode ser visto na figura 28 e 29, mesmo após o retorno da feira livre, em julho de 2020, o quantitativo de feirantes e freguesas estava muito reduzido, todos continuavam com receio de retornava ao espaço, visto que o fluxo de pessoas com origens distantes era bastante intenso, além de a maior parte deste quantitativo é composto por idosos, grupo que não deve frequentar ambientes com aglomerações devido os fatores de risco.

Figura 28: A feira livre no Mercado Público logo após sua reabertura em Julho de 2020; Figura 29: A feira livre no Mercado Público após um ano, em Julho de 2021.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020 e 2021.

Por conseguinte, na imagem 6, um ano após o retorno das atividades comerciais na feira livre, observa-se o retorno quase que integral dos feirantes, no entanto, o consumo persiste reduzido em um período que apesar do alto número de mortalidade decorrente de agravamento da Covid-19 a atividade comercial em outros lugares da cidade já retornava ao fluxo que detinha antes da pandemia, especialmente, em decorrência do programa Auxílio Emergencial²⁵ do Governo Federal. Neste contexto, a feira sofre danos ainda mais agressivos do que outras formas comerciais.

Analisando estes impactos aos instrumentos de distribuição de alimentos, percebe-se que quanto maior o acúmulo de capitais, representados pela maior eficiência em conservação, armazenamento e logística das mercadorias, assim como, pela melhor desenvoltura na administração dos recursos orçamentários, criando fundos de reserva e

²⁵ O Auxílio Emergencial, também chamado de Caixa Auxílio Emergencial ou Coronavoucher, é um programa temporário do Governo Federal do Brasil que busca garantir renda mínima as populações mais vulneráveis durante a pandemia de COVID-19, em especial, atender às mulheres grávidas e ou chefes de família.

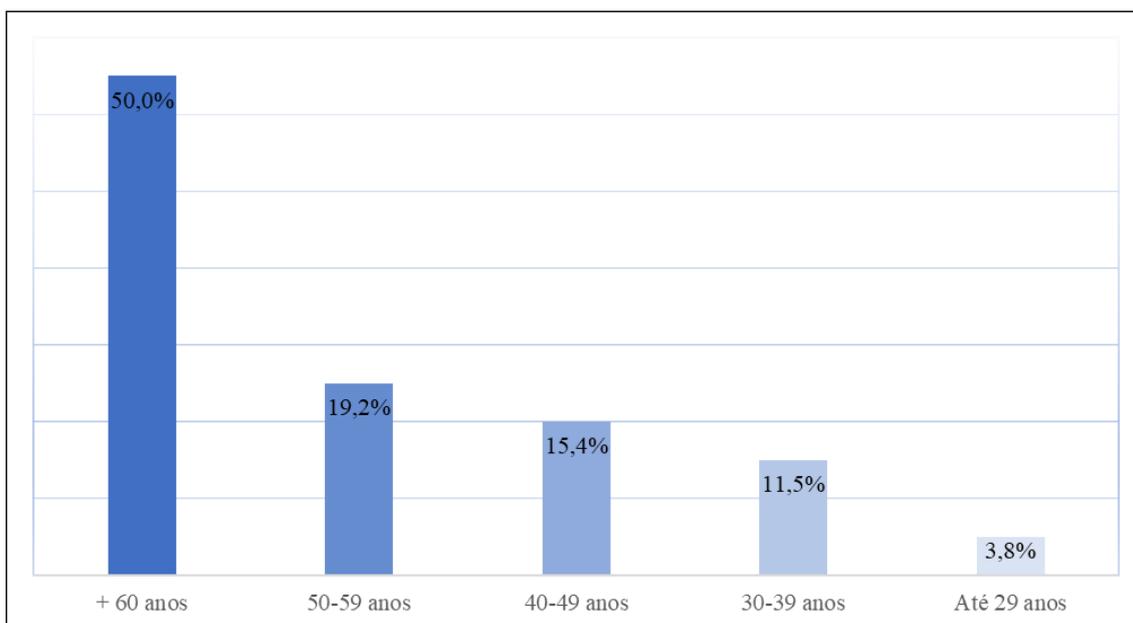
seguridade ao empreendimento, menor será o impacto durante períodos de crise. No entanto, ao tratar dos instrumentos de comercialização e distribuição nos setores populares da economia o contexto é integralmente distinto, os capitais agregados em todas as etapas são muito menores e a seguridade é quase inexistente.

Estas pontuações nos direcionam a entender a situação destes trabalhadores, a condição de seus empreendimentos e o modo como foram impactados tanto pelo processo de esvaziamento destes espaços tradicionais de consumo antes e durante a Pandemia de COVID-19, assim como compreender quais alternativas estes agentes buscaram para manter suas atividades. De acordo com os dados levantados na pesquisa, 84,6% dos entrevistados trabalham por conta própria, ou seja, são os responsáveis pela gestão e operação de seus empreendimentos, sendo na maioria dos casos o único funcionário.

No entanto, o perfil comum aos trabalhadores e trabalhadoras da feira de Sumé, assim como a maior parte dos trabalhadores do comércio popular, é caracterizado pela junção de múltiplas atribuições profissionais em único ofício, sendo responsáveis pela gestão de seu empreendimento e pela logística das mercadorias: aquisição, distribuição, armazenamento e comercialização, embora apresentem baixa qualificação profissional. Segundo os dados coletados, 65,4% dos feirantes afirmam não possuírem formação ou qualquer instrução ou capacitação profissional para o ofício, condicionante que limita o desempenho destes serviços, contribuindo para que os mesmos conservem práticas inadequadas e imponham resistências ao uso de novas tecnologias e conhecimentos aplicados a atividade comercial.

Os feirantes da feira livre de Sumé, em sua maioria, possuem baixa escolaridade, cerca 50% alegam ser analfabetos ou terem cursado apenas o ensino fundamental I de modo incompleto. Por outro lado, como poder visto no gráfico 5, 50% dos feirantes possuem idade acima de 60 anos, ou seja, a maior parte dos feirantes são pessoas remanescentes dos “períodos áureos das feiras livres”, temporalidade na qual as relações comerciais populares, especialmente no setor alimentício, necessitavam de baixa capacitação profissional, sendo um dos recuos para os trabalhadores sem instrução formal. Nas últimas décadas, este perfil ainda se manteve, embora haja exceções, como trabalhadores com nível superior de ensino.

Gráfico 5: Idade dos feirantes.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Tais dados nos possibilitam duas constatações, inicialmente, observa-se a fragilidade social do perfil dos sujeitos inseridos na feira, uma vez que a feira se constitui um instrumento de acesso à renda de fácil inserção e de poucas exigências, acolhendo sujeitos de baixa renda e com poucas qualificações. Por outro lado, tais dados apresentam o modo como às feiras livres perderam sua capacidade de atrair a população juvenil, sendo negada pelas novas gerações e ocupada majoritariamente por idosos e por adultos com idade superior a 40 anos. Está negação revela a crise pela qual a feira livre de Sumé perpassa, a redução dos fluxos reduz a lucratividades dos trabalhadores, perdendo sua capacidade de contratação e de inserção dos jovens na atividade comercial.

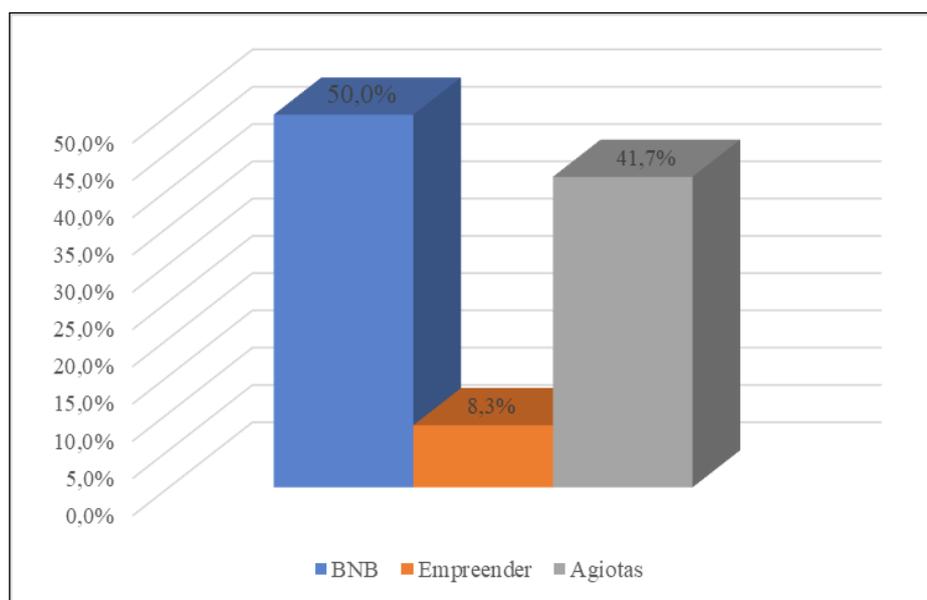
Ao longo das primeiras décadas do século XXI, houve algumas políticas públicas destinadas a trabalhadores informais na Paraíba. Estas ações se deram através de parcerias entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Empreender Paraíba, Banco do Nordeste (BNB) e os governos municipais, buscando formatá-los em microempreendedores individuais, possibilitando o acesso a programas de crédito a baixo custo e contribuição previdenciária. Contudo, a falta de comunicação e aproximação entre as instituições responsáveis pela execução das ações e os feirantes resultou em baixa adesão (Gráfico 6).

Comumente, os cursos de qualificação e capacitação profissional, bem como os programas de acessória técnica, fornecidos pelas instituições supracitadas ocorrem de

modo concomitante as campanhas de acesso ao crédito, sendo direcionado aos interessados no crédito. Contudo, ainda que sejam programas formativos abertos à comunidade, são cursadas quase que exclusivamente pelos inseridos em tais programas. Tendo em vista a ocorrência esparsa destas políticas e sua relação com os programas de crédito, os cursos são identificados como de baixo impacto nas atividades comerciais.

Embora tenham existido alguns esforços para difusão das alternativas de crédito via bancos e meios institucionais, identificamos que o acesso e a procura por estas alternativas se restringiram a um setor da feira, o setor de bens perecíveis como os comerciantes de frutas, verduras e carnes, sendo ainda mais presente entre os feirantes da produção agroecológica, parte da feira que surgiu em virtude de políticas públicas de incentivo e fortalecimento da agricultura familiar sustentável, incluindo financiamentos específicos.

Gráfico 6: Formas de acesso a crédito.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Os dados levantados apontam que inferir sobre a baixa adesão ao financiamento por via destas instituições fosse decorrente da falta de interesse por parte dos feirantes é incoerente, pois, quando indagados sobre o uso de crédito – popularmente conhecido como “empréstimo de dinheiro”- 46,2% dos feirantes afirmaram que em algum momento de sua trajetória na atividade comercial solicitaram algum empréstimo financeiro com a finalidade de aplicá-lo na manutenção de seu empreendimento, seja para aquisição ou

“*upgrade*” do seu meio de transporte ou da infraestrutura de sua barraca/banca, assim como para a compra de mercadorias.

Assim como já fora mencionado, as atividades econômicas pertencentes aos setores populares são caracterizadas pelas relações de cooperação entre os agentes a partir do diálogo e da proximidade e, especialmente, pela confiança desenvolvida através da experiência vivida. Por outro lado, os instrumentos institucionais de apoio aos pequenos e microempreendedores são inerentemente burocráticos, não conseguindo estabelecer comunicações com parte significativa dos feirantes que, por sua vez, não confiam e ou não se interessam por financiamentos através de tais meios, restando recorrer a meios não institucionais e até informais como agiotas²⁶.

Assim como especificado no gráfico 6, o uso de crédito através de agiotas é comum entre os feirantes, dado que parece incoerente, visto que há políticas de acesso a crédito para micros-empresendedores individuais por meio de bancos e instituições financeiras com juros reduzidos e melhores condições de pagamento. Contudo, a velocidade e a facilidade de obter empréstimos com agiotas torna tal alternativa mais atrativa ao perfil comum dos feirantes, trabalhadores com baixo nível de escolaridade. Por conseguinte, este processo se retroalimenta, uma vez que as possibilidades de acessória técnica e qualificação estão relacionadas aos programas institucionais de crédito, assim, os trabalhadores que não possuem qualificação não se interessam pelos programas de financiamento e são estes programas os responsáveis pelas qualificações e acessórias.

O baixo nível de escolaridade associado à baixa capacitação profissional representa grandes dificuldades de adaptação dos feirantes aos novos meios comunicacionais e financeiros pelos quais as formas comerciais são forçadas a inserirem-se na contemporaneidade. A dificuldade ou a inexistência deste diálogo significa diversas perdas na capacidade de concorrências frente aos novos instrumentos de distribuição e comercialização de alimentos que estão direcionados as classes populares.

²⁶ O termo “agiotas” é empregado ao sujeito que pratica o agiotismo, por sua vez, trata-se do exercício direto de empréstimo financeiro, no qual ocorre, comumente, mediante o contrato verbal, sem qualquer seguridade ou formalidade. No Brasil, de acordo com o Art. 4º da Lei Nº 1.521, se configura crime com detenção de 6 meses a 2 anos “cobrar juros, comissões ou descontos percentuais, sobre dívidas em dinheiro superiores à taxa permitida por lei; cobrar ágio superior à taxa oficial de câmbio, sobre quantia permutada por moeda estrangeira; ou, ainda, emprestar sob penhor que seja privativo de instituição oficial de crédito”. Para termos limite do teto legal, segundo o Banco Central, as taxas oscilam de 0,78% a 3,83% ao mês, no entanto, agiotas costumam cobrar juros superiores a 6% ao mês. Ver mais em: BRASIL. LEI Nº 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/11521.htm

Durante os períodos de crise, torna-se ainda mais relevante a necessidade de reformatação das formas comerciais que culminam no desenvolvimento de novas estratégias de mercadejar e competir por novos espaços na dinâmica comercial. Por sua vez, a revolução técnica que o avanço dos meios comunicacionais provocou na dinâmica social e econômica protagonizou a normatização das formas e dos direcionamentos que estas estratégias devem seguir, centralizando as possibilidades entorno de instrumentos de posse das grandes corporações, embora populares são inacessíveis a maior dos agentes tradicionais do comércio popular. Neste sentido o comércio destinado às classes populares perde sua potencialidade de ser produzidos pelos populares e passa a ser dominado por empresas de médio porte de capital local articuladas às redes de negócios de escala regional.

As novas técnicas que, de modo breve foram mencionadas ao longo do texto, se referem aos recursos tecnológicos desenvolvidos nas últimas décadas e que foram incorporados à atividade comercial, otimizando todas as etapas que compõem o exercício da atividade comercial: aquisição, distribuição, comercialização e consumo, desde a comunicação com os fornecedores de mercadorias, passando pela logística e pelo rastreamento da entrega, assim como a divulgação, a comunicação com os consumidores e a entrega ao consumidor final. Deste modo, para além dos *hardwares*²⁷ que podem ser usados, como smartphones; telefones; tablets; laptops e as máquinas de cartão, o atual contexto econômico explora da produção tecnológica a criação e a inovação dos *softwares*²⁸, distinguindo ainda mais os agentes tradicionais do comércio popular e os novos agentes que se inserem neste setor.

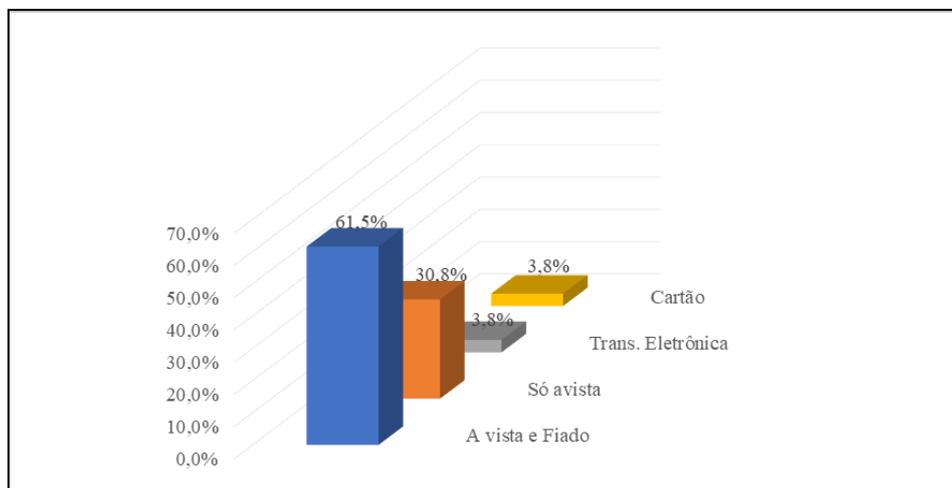
Na tentativa de compreender o nível e o modo como estes recursos encontram-se inseridos na dinâmica comercial dos feirantes de Sumé, indagamos os participantes da pesquisa sobre quais são as formas de pagamento que os mesmos dispunham e quais recursos usavam em suas transações financeiras de compra e venda. Assim como ser visto no gráfico 7, os dados obtidos apontam o baixo uso de recursos como máquinas de cartão de crédito e transações eletrônicas, 3,8% para as duas formas. Tratam-se de transferências bancárias convencionais e transferências financeiras via PIX, *plug-in* compatível com

²⁷ *Hardware* é um termo traduzido da língua inglesa e no português tem significado equivalente a equipamento, utilizado para referir-se a computadores, microeletrônicos e seus componentes físicos.

²⁸ *Software* é um termo de origem inglesa e compreende a sequência de instruções a serem seguidas na manipulação, redirecionamento ou modificação de dados digitais. No cotidiano, os softwares são representados por programas ou aplicativos de computadores, tablets e smartphones.

softwares de bancos e agências financeiras no qual não há cobrança pela transação, assim como o *WhatsApp Pay*, ferramenta da rede social WhatsApp no qual possibilita a efetuação de transferências de valores sem nenhuma cobrança ou taxação.

Gráfico 7: Meios de pagamento aceito pelos feirantes.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Por conseguinte, a maior parte dos feirantes possuem conta bancária e smartphone, no entanto alegam não confiar nestas ferramentas, assim como alegam dificuldade ou inabilidade no manuseio destes meios e de saques em caixas eletrônicos, visto que suas transações financeiras e comerciais são efetuadas, quase que exclusivamente, com dinheiro em espécie. A alta adesão de contas bancárias se dá, em sua maioria, em virtude do fato de grande porção dos feirantes possuírem aposentadoria ou Benefício de Prestação Continuada (BPC), logo é necessária a conta bancária para ter acesso aos respectivos benefícios. No entanto, a relação com a instituição, na maioria das vezes, se restringe ao saque.

No caso do uso de smartphones, constatamos que em todos os empreendimentos há ao menos o uso de 1 smartphone, no entanto sua prioridade é o uso pessoal e, em alguns casos, também é utilizado na comunicação com a clientela e fornecedores. Todavia, o uso não ultrapassa a comunicação, via telefonema ou rede social, não englobando o uso de softwares específicos para a dinâmica comercial, seja para recebimentos ou efetuação de pagamentos, seja para a divulgação de mercadorias ou serviços.

Elementos como escolaridade, qualificação profissional e domínio de recursos tecnológicos aplicados à atividade comercial, são determinantes na elaboração de

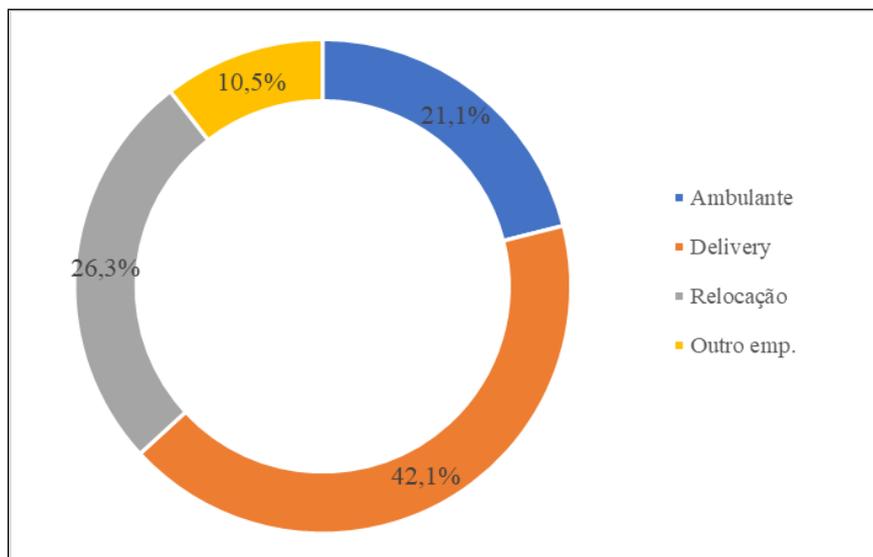
alternativas para reduzir os impactos de uma crise e criar novas oportunidades em cenários desfavoráveis. Em virtude de suas peculiaridades, o pequeno comércio de caráter popular persiste em explorar aquilo que lhe é mais caro na dinâmica econômica, sua capacidade de diálogo com o povo e com as múltiplas formas de consumo e tendências, criando novos canais de comunicação a partir de relocações, de readequações e da diversificação de suas atividade e fontes de renda.

Dispondo de baixa instrução e ausente de qualquer acessória ou orientação profissional, em especial, durante a pandemia, embora muitos feirantes já tinham tido a necessidade de criar novas formas para interagir e atrair clientes. Assim como pode ser visto no gráfico 8, os feirantes criaram novas ações, desde a prática do trabalho ambulante, vendendo de porta-em-porta e os serviços de *delivery*²⁹, até a relocação ou a criação de outro empreendimento.

Como fica evidente nos dados apresentados no gráfico 8, a única alternativa que está relacionada ao uso de tecnologia na atividade é o serviço de *delivery*, trata-se da entrega em domicílio via contatação através de telefonema e mensagens por meio de redes sociais como WhatsApp e Facebook, no qual o próprio feirante executa a entrega em moto ou carro de sua propriedade. Os feirantes argumentam que está é uma das alternativas que lhe restaram para conservar a freguesia que ainda possuem. Cabe mencionar que na maior parte dos casos não é usada a contatação imediata da mercadoria, parte destes serviços são feitos por contratos verbais de agendamento, no qual o feirante fica autorizado a separar os bens conforme as preferências de sua freguesia e semanalmente ou quinzenalmente faz as entregas em domicílio.

²⁹ Delivery é uma palavra de origem inglesa densamente presente no vocabulário brasileiro, significa entrega. Seu uso tem um sentido específico, comumente está associada aos serviços de entrega acionados por aplicativos e ou compras virtuais.

Gráfico 8: Novas alternativas de sobrevivência desenvolvidas pelos feirantes.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

A segunda alternativa mais utilizada pelos feirantes foi a relocação de seu empreendimento, descontentes com a redução dos fluxos de consumo desde o período pré-pandemia de COVID-19, parte dos trabalhadores da feira iniciaram um processo deslocamento para fora do Mercado Público Municipal, ainda que iniciativas da própria prefeitura estimulassem o aglutinamento dos feirantes no Mercado Público Municipal e de seu entorno buscando se aproximarem das áreas com maiores fluxos de pessoas e capitais, como pode ser visto nas imagens seguintes.

Após a reabertura das atividades da feira livre uma série de medidas sanitárias foi estabelecida: higienização e aferição de temperatura na entrada no mercado público, distanciamento entre as bancas dos feirantes, uso obrigatório de máscara e sinalização por todo o recinto. O poder público municipal também inseriu agentes de fiscalização para monitorar o fluxo de pessoas e contribuir para a conscientização dos hábitos de higienização no referido espaço, uma vez que tanto a maioria dos trabalhadores quanto dos consumidores é idosa, ou seja, considerados grupo de risco da Covid-19³⁰ (Figuras 30, 31 e 32).

³⁰ Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde, são considerados grupo de risco para agravamento da COVID-19 os portadores de doenças crônicas, pessoas com idade acima de 60 anos, especialmente fumantes, gestantes, puérperas e crianças menores de 5 anos. Ver mais em: <https://www.paho.org/pt/covid19#risco>.

Figura 30: Sinalização e fiscalização na entrada do Mercado Público; Figura 31: Presença de técnicos e profissionais da vigilância sanitária na feira livre; Figura 32: Feirantes usando máscaras logo após a reabertura da feira.



Fonte: Dados da pesquisa, setembro de 2021.

A concentração dos feirantes no espaço interno da feira e a imposição com relação à adequação dos hábitos frente à pandemia de Covid-19, cabe ressaltar que só era permitido a presença de feirantes do próprio município, o que contribuiu para fomentar a evasão de feirantes do mercado público e buscarem novas alternativas no centro comercial. Como poder ser visto nas Figuras 33, 34, 35, 36 e 37, o entorno do antigo Mercado Público, atual Sumé Shopping, por concentrar significativos fluxos de pedestres, carros e motos, tornou-se um atrativo para estes comerciantes populares que, por sua vez, organizarem-se sob três formas: 1) De modo itinerante, dispendo de unidades móveis; 2) De modo coletivo, adaptando galpões em pequenas arcas comerciais e 3) De modo formal, criação de comércios formais licenciados.

Figura 33: Cruzamento das Ruas Francisco de Melo e Manoel Severo; Figura 34: Comércio da rua Alice Japiassú de Queiroz; Figura 35: Cruzamento da rua Manoel Severo e a Avenida 1º de Abril; Figura 36: Cruzamento das ruas Francisco de Melo e Alice Japiassú de Queiroz; Figura 37: Feirante comercializando no cruzamento da rua Manoel Severo e a Avenida 1º de Abril.



Fonte: Pesquisa de campo, setembro de 2021.

O primeiro caso trata-se de um fenômeno que ocorre, antes mesmo da pandemia de Covid-19, através de presença de caminhonetes e caminhões comercializando frutas e verduras em locais fora das delimitações da feira (Imagem 14, após a pandemia este fenômeno se expande, gerando conflitos com o poder público, visto que não é permitido a comercialização de bens fora das delimitações da feira e se manifestando sob outras formas, não só com o comércio de frutas, mas na comercialização de plantas, ferramentas de trabalho, doces, queijos, entre outros bens.

As formas 2 e 3 foram decorrência deste primeiro fenômeno de evasão, durante a pandemia, pois tal processo ganha novas formas quando parte dos feirantes inconformados com o fechamento do Mercado Público durante e da quarentena de Abril de 2020 alugam pontos comerciais localizados na proximidade do Shopping Sumé e da Avenida 1º de Abril.

Este movimento se delimitará aos comerciantes que residem no município de Sumé, pois se torna desinteressante para feirantes de outras localidades. É indispensável ressaltar que a alternativa de relocação se concentrou entorno do comércio de carnes, frutas, verduras e temperos, não identificando outros feirantes que se instalaram no centro comercial.

A segunda caso identificado trata-se de um espaço de uso coletivo que foi criado por feirantes na tentativa de evitar a interrupção de suas atividades durante a quarentena, já que estes comercializam alimentos, atividade considerada pelo Ministério da Saúde como um serviço essencial. A alternativa desenvolvida por eles possibilitou o prosseguimento da atividade com custos reduzidos e desviando de burocracias por ser entendido com um espaço de uso emergencial. Este espaço, apesar de limitado, engloba várias formas comerciais como carnes, frutas, verduras e temperos, como pode ser visto nas figuras 38 e 39.

Figura 38: Parte externa do espaço comercial de uso coletivo, Figura 39: Parte interna do espaço comercial de uso coletivo.



Fonte: Dados da pesquisa, setembro de 2021.

O terceiro caso ou forma se contrapõe a segunda e revela uma tendência de formatação das pequenas formas comerciais a partir os modelos convencionais. Trata-se dos feirantes que ao evadirem-se da feira transferiram-se para pontos comerciais de uso individual, como pode ser visto nas figuras 39; 40; 41 e 42, criando seus respectivos estabelecimentos, com denominação própria (pois na feira é utilizado o nome do feirante como principal identificação) e formalizando o empreendimento com Alvará de Funcionamento, conforme os tramites legais.

Figuras 40: Pequena Quintada de frutas e verduras; Figuras 41: Nova localização do Tempero Cheiro Bom. Figuras 42: Nova localização do Frigorífico Berra Boi. Figuras 43: Nova localização do Frigorífico São João.

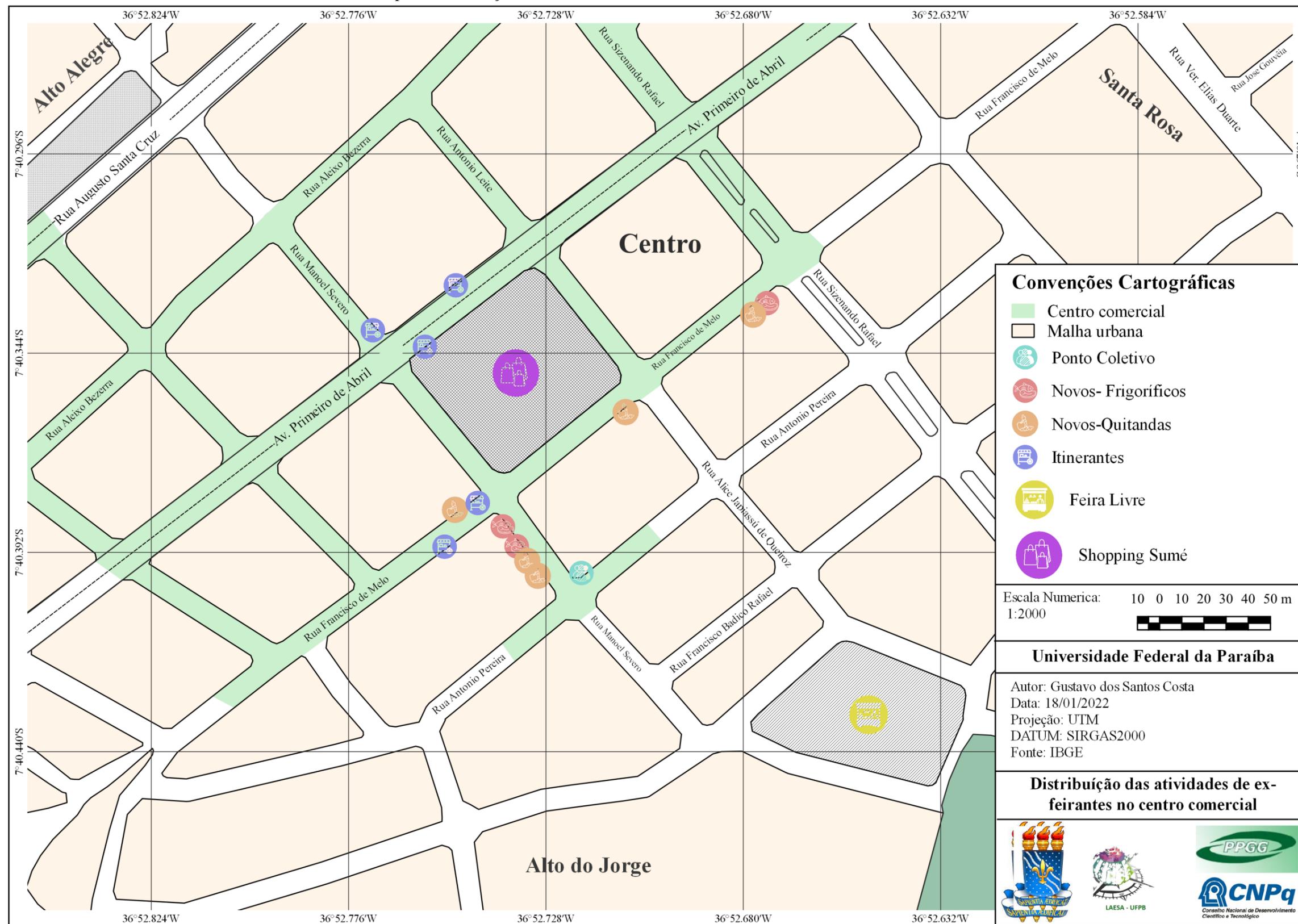


Fonte: Pesquisa de campo, setembro de 2021.

A última tipologia de relocação descrita revela, antes de qualquer coisa, a falta de expectativa e esperança que os próprios feirantes têm com relação ao futuro da feira livre

local, visto que suas ações reafirmam tomadas de decisão definitivas de parte dos feirantes que passam a executar seu trabalho como agentes fixos do centro comercial local e não mais como trabalhadores do comércio periódico, ainda que as fragilidades e o modo como o trabalho e as relações comerciais ocorram ainda sejam conservadas e remetam-se a organização da feira. A localização destas formas pode ser vista no mapa 2.

Mapa 7: Distribuição das atividades comerciais de ex-feirantes no centro comercial.

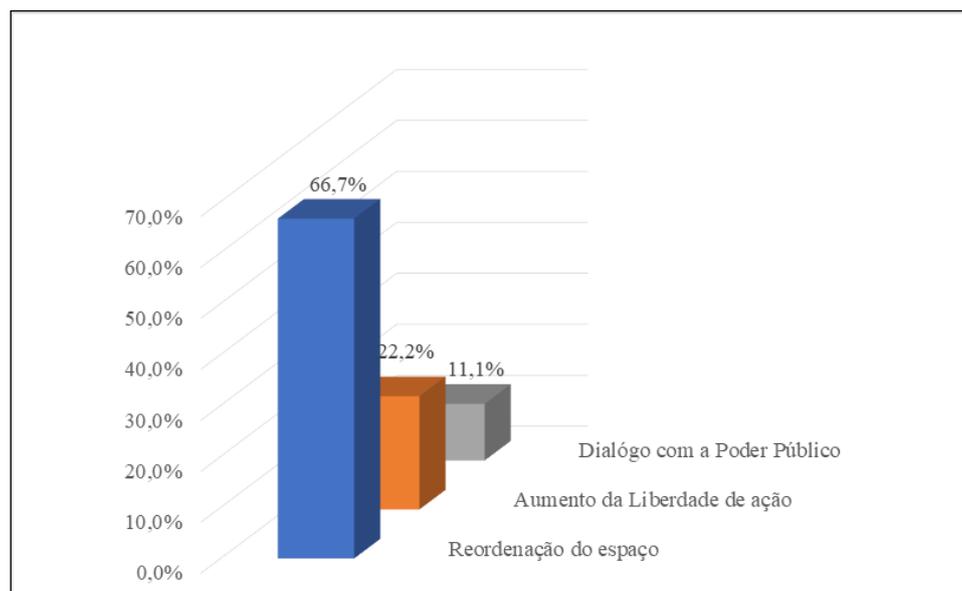


Fonte: Pesquisa de campo, setembro de 2021.

Diante do cenário que se observa na dinâmica comercial da cidade de Sumé, o descontentamento com a redução dos fluxos nos espaços tradicionais e o aumento do consumo em formas comerciais contemporâneas com super e hipermercados, têm gerado quebras de expectativas de futuro em atividades econômicas de cunho popular, especialmente, aquelas inseridas na feira local. Conforme os dados levantados durante a realização da pesquisa, 70,8% dos feirantes de Sumé afirmam não acreditarem ou não visualizarem uma possível reversão das transformações ocorridas no recinto nos últimos anos, referindo-se a falta atratividade e de seguridade da instituição para a efetivação e continuidade das relações de consumo.

Contudo, ainda há uma porção significativa de feirantes que acredita ou visualiza, em médio ou longo prazo, a reversão deste contexto uma vez haja iniciativas para tanto. Este grupo se refere a 29,2% dos feirantes, de modo geral, identificamos três alternativas apresentados pela categoria: 1) Reordenação do espaço; 2) Liberdade de ação e 3) Diálogo com o Poder Público. Assim como pode ser visto no gráfico 9, 66,7% dos feirantes acreditam ou projetam que possíveis transformações no espaço da feira sejam a principal alternativa de torná-la pujante novamente. Estas transformações podem ocorrer de diversas formas, como requalificação dos trabalhadores, campanhas de divulgação, construção de um calendário temático. Em outras palavras, trata-se de reordenar o recinto de modo a se tornar mais coerente com o modelo de consumo vigente.

Gráfico 9: Alternativas de resolução apontadas pelos feirantes.



Fonte: Pesquisa de campo, setembro de 2021.

A segunda alternativa mais mencionada pelos feirantes foi a necessidade de liberdade na atividade, esta alternativa faz contraponto às políticas que visam proibir a presença de comerciantes e camelôs fora das delimitações da feira livre. Esta alternativa defende a mobilidade dos feirantes, em especial, através do movimento de saída do mercado público em direção às áreas de maior fluxo do centro da cidade, nas proximidades da Avenida 1º Abri, localização do antigo Mercado Público.

Todavia, o dado que nos chamou mais atenção é sobre a alternativa menos mencionada, refere-se ao diálogo com o poder público que, por sua vez poderia ser realizado por meio de assembleias, fóruns, entre outros formatos, com o objetivo de estreitar a relação entre os feirantes, suas necessidades e demandas emergenciais, e as políticas municipais em torno do setor terciário. A posição dos feirantes sobre este último ponto é muito reveladora e possibilita-nos fazer duas constatações, a primeira sobre a relação de confiabilidade os feirantes e o poder público, e a segunda é com relação ao estranhamento dos feirantes sobre a ideia de formar espaços de debate e discussão coletiva, buscando construções conjuntas e democráticas para solucionar crises.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contemporaneidade apresenta um conjunto de formas socioespaciais inéditas à história humana, as corporações, através do consumo mediado e fomentado pelo uso dos recursos técnicos contemporâneos, conseguem cada vez mais limitar e dirigir as ações sociais. Este novo quadro coloca em xeque a realidade tal qual conhecemos e nos acomodamos, a realidade que se concretiza dissolve-se logo em seguida, o meio socioespacial exige velocidade e os agentes precisam se adaptar em períodos decrescentes, a informação ao passo que liberta aprisiona e o popular é forçado a se render, embora sua rendição nunca seja aceita.

Os fenômenos socioespaciais se apresentam, cada vez mais, interligados e coordenados através da seletividade espacial promovida pelos agentes econômicos hegemônicos. Neste sentido, as pequenas cidades do semiárido brasileiro observam uma redefinição de suas funções socioespaciais à medida que se integram aos novos circuitos de produção, distribuição e comercialização de bens. O desenvolvimento de novas funções decorre da sobreposição de formas espaciais pretéritas, em outras palavras, trata-se da seleção de localidades com a base técnica estrutura e que apresentam alta concentração de fluxos de pessoas e capitais ou com alta potencialidade econômica, seja pela logística ou pelo extrativismo. Tal ação privilegia localidades coordenadas por setores populares, uma vez que a desproporcionalidade na concorrência garante maior segurança às investidas.

A reestruturação socioespacial - conceito adotado neste trabalho para definir o conjunto transformações sociais, políticas, culturais e técnicas que se desenvolvem de modo coordenado promovendo a redefinição dos lugares - solidifica fenômenos distribuídos por todas as instâncias do meio social, implicando em uma leitura sistemática da realidade tendo em vista a interdependência dos fenômenos e a inviabilidade de concebê-los de modo isolado. Por outro lado, restou estabelecer prioridades e focos para as análises, ocasionalmente, dialogam com temas não prioritários que deram suporte às discussões.

No decurso das análises realizadas ao longo do texto restringimos o setor terciário aos instrumentos de comercialização e distribuição de alimentos para não ocorrer o risco de superficializar o debate por se tratar de um tema amplo. Esta porção do setor terciário não se difere das demais, visto que se encontra monopolizada pelas redes logísticas com

alto grau de capital técnico-informacional, capaz de articular supermercados e atacarejos aos complexos industriais agroalimentares através do mercado financeiro, acelerando a velocidade das transações, gerando maiores capacidades de lucro e, conseqüentemente, maiores possibilidades de investimento e inovação.

Por sua vez, os instrumentos de comercialização e distribuição de alimentos de cunho popular, produzido e consumido pelas camadas populares, composto por formas comerciais tradicionais e de pequeno porte, como feiras livres, bodegas, mercearias, mercadinhos, entre outros, não conseguem inserirem-se tanto nos novos eixos comerciais quanto nos novos sistemas informais. Ainda que haja no interior das camadas populares um movimento quase involuntário de adaptação, diversos fatores impedem a realização desta conversão como, recursos financeiros para investimento, distanciamento de instituições financeiras e seus recursos, baixa escolaridade e pouca intimidade com os novos recursos tecnológicos.

Este processo que, equivocadamente, pode ser compreendido com uma evolução dos instrumentos de comercialização e distribuição de alimentos, assim como do próprio comércio, deve ser compreendido através do processo de reestruturação da socioespacial vigente, consolidando um novo conjunto de relações sociais a partir de uma perspectiva hegemônica, evidenciando interesse de grupos políticos e econômicos que, por sua vez, fragilizam as economias e os costumes locais, apropriando ou eliminando suas particularidade culturais.

A atividade comercial tradicional surge do próprio de reestruturação socioespacial, dado que a atividade comercial é derivada do desenvolvimento dos meios de produção que resultaram na divisão social do trabalho, neste sentido, a reestruturação é um processo inerente ao movimento da sociedade, a proporção que a sociedade se complexifica o comércio também se dinamiza e sua morfologia apresenta mutações. Tratando do caso de Sumé, analisando às transformações decorridas ao longo de todo o século XX constatamos que a relação entre o setor terciário e a dinâmica citadina transitou de uma situação de subordinação para uma situação de comando.

Este movimento é característico da reorganização territorial, demográfica e econômica do Brasil, pois, cabe considerar que no início do século XX a população brasileira estava concentrada no campo, aproximadamente 80%, e ao logo do respectivo século este número é vertiginosamente reduzido, findando o século com apenas 20% da população residindo no campo (SIMÕES, 2016). É evidente que houve variações a

depende do contexto regional, mas trata-se de um movimento inerente às transformações da morfologia do trabalho e da organização social, sendo reproduzido por todo o território.

Esta transição gera um movimento dialético de retroalimentação, à medida que valoriza o espaço urbano ampliam-se os equipamentos urbanos gerando maior demanda de mão-de-obra e promovendo maiores deslocamentos. Neste processo, o comércio urbano de Sumé que, no início do século XX, era restrito ao comércio tradicional de pequena dimensão passa por racionalizações, desencadeando a criação de monopólios, redes comerciais, realocações e o aumento do competitivismo por meio dos recursos técnicos-informacionais.

No caso da feira livre de Sumé, tal como grande parte das feiras livres de pequenas cidades nordestinas, observa-se em sua própria dinâmica os efeitos deste novo conjunto de transformações. Transformações estas aceleradas pela pandemia de COVID-19, uma vez que o distanciamento social provocou a intensificação do uso de tecnologias informacionais nas atividades econômicas, sendo usadas com mais eficiência pelas novas formas comerciais, ampliando a distância entre as novas formas comerciais e o comércio tradicional.

Mas será que as feiras livres resistirão a este conjunto de transformações e a redução de fluxos de consumo em seu recinto? Com base nas constatações da presente pesquisa, podemos afirmar que as feiras livres que conhecemos, com seus sons, cheiros, cores e aglomerações estão em um intenso processo de esfalecimento e, provavelmente, desaparecerão, iniciando pelas pequenas cidades. Estas instituições não condizem mais com o conjunto de relações de produção e consumo que estão em ascensão no atual período. No entanto, não significa dizer que o comércio popular desaparecerá, assim como a figura do feirante, estará em constante reconstrução, mas suas particularidades e essência pouco se modificarão, mas o mesmo não pode ser dito de sua forma, a forma está sujeita a reconfigurações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Antonio Pereira de. **Os Oliveira Ledo e a genealogia de Santa Rosa**. João Pessoa: Editora Gráfica Universal, 1978.

AMORIM, Helder Remigio de. NO TEMPO DAS MERCEARIAS: MEMÓRIAS E ESPACIALIDADES DO COMÉRCIO DE ALIMENTOS DE UMA CIDADE DO SERTÃO PERNAMBUCANO. In: **ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO**, XIV. Rio de Janeiro, 2010.

ANDRADE, Rita de C. Gregório de. **A Cidade de Coremas-PB**: Geografia Histórica de uma Cidade Pequena. Curitiba: Editora CRV, 2011.

ANDRADE, Sheyla Silveira. AS FEIRAS LIVRES SOB A LÓGICA DO CAPITAL: DA PRODUÇÃO CAMPONESA À SUBSUNÇÃO DO TRABALHO NA CIRCULAÇÃO. **Dissertação (Mestrado em Geografia)**, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica**. 12ª Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. **O Global e o Local nas feiras contemporâneas: um estudo dos impactos gerados pela Globalização em Feiras de Portugal e do Brasil**. 01. ed. Campina Grande: EDUFPG, 2014. 460 p.

BARBOSA, Antonio Carlos Leite; SAMPAIO, Ana Ligia Pessoa; FERREIRA, Angela Lúcia. A Produção do Urbano pela Igreja Católica e a Secularização da Cidade de Pau dos Ferros – RN. In: **Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano**. Anais. São Paulo: 2017.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia Urbana**. 2. ed. Trad.: Raquel Soeiro de Brito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1997.

BELIK; Walter; CUNHA, Altivo R. A de Almeida. **Equipamentos públicos de Abastecimento Alimentar no Brasil: trajetória e desafios**. In: Abastecimento Alimentar: Redes Alternativas e Mercados Institucionais. PEREZ-CASSARINO, Julian; TRICHES, Rozane Marcia; Baccarin, Jose Giacomo; Teo, Carla Rosane Paz Arruda (Org.). Chapecó: EDUFFS, 2018.

BEZERRA, Josineide da Silva. CRIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA PARAÍBA: PONDERAÇÕES PARA TANGENCIAR O DEBATE. In: **Paraíba: Pluralidade e representações geográficas**. Ed. 1º. EDUFPG, 2015.

CANIELLO, Márcio; DUQUÉ, Ghislaine. Agrovila ou Casa no Lote: A Questão da Moradia nos Assentamentos da Reforma Agrária no Cariri Paraibano. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, nº 4, out-dez. 2006.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global Editora, 1985.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: discurso e pratica do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, Nº 30, pp. 05 - 12, São Paulo, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 8. ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Gustavo dos Santos Costa. **A Feira Livre (R)Existe: uma análise do processo de racionalização do espaço da feira livre de Sumé-PB**. Monografia (Licenciatura em Geografia), Universidade Federal de Campina Grande/ Centro de Humanidades. Campina Grande, 2019.

COSTA, Gustavo dos Santos Costa; DINIZ, Lincoln da Silva. Feiras Livres Regionais: estudo de caso acerca das transformações comerciais na feira de Sumé-PB. In: **Seminário Regional Comércio, Consumo e Cultura nas cidades**, 3, Sobral, 2017. Anais: Universidade do Vale do Acaraú, 2017.

CUNHA, Altivo Roberto Andrade de Almeida; BELIK, Walter. Entre o Declínio e a Reinvenção: atualidade das funções do sistema público atacadista de alimentos no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 50, Nº 3, p. 435-454, Jul/Set de 2012.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. **Feira Livre de Macaíba/RN: um estudo das modificações na dinâmica socioespacial (1960/2006)**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Natal, 2007.

DINIZ, Lincoln da Silva. **AS BODEGAS DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE: dinâmicas socioespaciais do pequeno comércio**. 3º Ed. Campina Grande: EDUFCEG, 2019.

DINIZ, Lincoln da Silva Diniz. **As bodegas da cidade de Campina Grande: dinâmicas socioespaciais do pequeno comércio**. 2. ed. Campina Grande: EDUFCEG, 2011.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Ed. 34º. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca**. Fortaleza, DNOCS, 1981, 324p.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. **Divisão Regional do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora IBGE, 1942.

GUIMEIRO, R. O Nordeste em dois tempos: a “Operação Nordeste” e a Política de Desenvolvimento Regional do Governo Lula. In: **JORNADAS DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**, 1., 2013, 2001 Santiago. Anais... Santiago: CEPAL; ILPES, 2013.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

HSIEN, Huang Wen; GIULIANI, Antonio Carlos; CUNHA, Christano França da; PIZZINATO, Nádia Kassouf. ATACADO E ATACAREJO COMO OPÇÃO DE COMPRA DE CLIENTES DE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, V.5, N.1, p. 11-28, Jan/Abr. 2012.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 21. ed. Revista. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003: Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995-1996: Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

IBGE. **ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**. Rio de Janeiro: Editora IBGE, 1959.

JOFFILY, Irineu. **Gazeta do Sertão**. Nº 10. Campina Grande, 02 de Nov de 1888.

KNOKE, Willam. O SUPERMERCADO NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS: CONFRONTOS E CONTRASTES. **Revista de Administração de Empresas**, V.3, N.9, p. 91-103. 1963.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal/Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEITE, Ingrid Rodrigues. Lojas atacarejistas em Campina Grande-PB: transformações na dinâmica do desenvolvimento local. **Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional)**, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande-PB, 2017.

LIMA, Eliany Dionisio. **A feira livre na mediação campo-cidade. Dissertação (Mestrado em Geografia)**, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2012.

LIMA, Luiz Cruz (Org). **Reestruturação socioespacial: do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica**. 1ed. São Paulo: Annablume, 2006.

MARX, Karl. **GRUNDRISSE: Manuscritos econômicos de 1857-1858/ Esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATTOS, Luis Cláudio; MATTOS, Jorge Luiz Schirmer de; BLACKBURN, Ricardo; SANTIAGO, Fábio dos Santos; MENEZES NETO, Jayme Bezerra de. A SAGA DO ALGODÃO NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: HISTÓRICO, DECLÍNIO E AS PERSPECTIVAS DE BASE AGROECOLÓGICA. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens, Vol. 55, p. 556-580, agosto de 2020.

MELO, Antonio Sérgio T. de; RODRIGUEZ, Janete Lins. *Paraíba: desenvolvimento econômico e a questão ambiental*. João Pessoa: Grafset, 2003.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**. 10º Ed. João Pessoa: União, 2002.

MENDONÇA, José Ricardo Nunes. **DO OÁSIS À MIRAGEM: uma análise da trajetória do Perímetro Irrigado de Sumé - PB no contexto das políticas de desenvolvimento para o Nordeste**. Dissertação de (mestrado em Ciências Sociais). UFCG/CG/UACS. Campina Grande- PB, 2010.

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: _____. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21º ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 09-30.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. **As pequenas na região metropolitana de Campinas-SP: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re)produção do espaço**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista/ Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2014.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Universitária, 1997.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernando. **Mesorregiões e microrregiões da Paraíba : delimitação e caracterização**. João Pessoa: Gabinete do Planejamento e Ação Governamental, 1989.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia serve para desvendar as máscaras sociais**. In: MOREIRA, Ruy (Org). **Geografia: Teoria e Crítica- O saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PEREIRA, Daniel Duarte. **CARIRIS PARAIBANOS: DO SESMARIALISMO AOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA. RAÍZES DA DESERTIFICAÇÃO? Tese (Doutorado em Recursos Naturais)**, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande – PB, 2008.

PINTAUDI, Maria Silvana. **OS MERCADOS PÚBLICOS: METAMORFOSES DE UM ESPAÇO NA HISTÓRIA URBANA**. Em: **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. V. 10, N. 218 (81), Barcelona, 2006.

PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade e as formas do comércio**. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

RAFAEL, Rita Albino. **Uma chuva de memórias**. João Pessoa: Imprima, 2008.

RAFAEL, Rita Albino. **Sumé que Eu trago na Memória**. João Pessoa: Editora Imprima, 2003.

SANTOS, Claudio Ressurreição dos. **SHOPPING POPULAR FEIRAGUAI: ESTUDOS SOBRE A PRODUÇÃO DE UM ESPAÇO DE COMÉRCIO EM FEIRA DE SANTANA – BA. Tese de (Doutorado em Geografia)**. UNESP/ IGCE, 2016.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5º ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **BRASIL: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: RECORD, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo/razão e emoção**. 2º ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SALGUEIRO, Teresa Barata. **Do comércio à distribuição: roteiro de uma mudança**. Oeiras: Celta Editora, 1996. 268 p.

SESSO FILHO, Umberto Antonio. **O SETOR SUPERMERCADISTA NO BRASIL NOS ANOS 1990. Tese (Doutorado em Ciências)**, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2003.

SILVA, Izabelle Trajano da. **PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO COMERCIAL DA PEQUENA DE JUAZEIRINHO-PB: da feira livre às redes de negócios. Dissertação (Mestrado em Geografia)**, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2015.

SÍLVA, Sonielson Juvíno. **Das coisas que me precederam: Histórias da cidade de Sumé-PB**. João Pessoa: EDUFPB, 2011.

SILVA, Anieres Barbosa da. **RELAÇÕES DE PODER, FRAGMENTAÇÃO E GESTÃO DO TERRITÓRIO NO SUMI-ÁRIDO NORDESTINO: um olhar sobre o Cariri Paraibano. Tese (Doutorado em Ciência Sociais)**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal – RN, 2006.

SILVA, Alberto Carvalho da. **De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. Estudos Avanços**, V. 9, N. 23, 1995.

SIMÕES, Celso Cardoso Silva. **Breve histórico do processo demográfico**. In: FIGUEREDO, Adma Hamam de (Org.). **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2016.

SIQUEIRA, Tagore Villarim de. **As Primeiras Ferrovias do Nordeste Brasileiro: Processo de Implantação e o Caso da Great Western Railway. Revista do BNDES**, Rio De Janeiro, V. 9, N. 17, P. 169-220, JUN. 2002.

SOUZA, Bartolomeu Israel. Cariri paraibano: do silêncio do lugar à desertificação. **Tese (Doutorado em Geografia)**. Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFRGS), Porto Alegre, 2008.

TAVARES, Noaldo José Aires. **Feira livre de Boqueirão: dinâmica regional, mercado e consumo no cariri paraibano**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal De Pernambuco/ Centro De Filosofia e Ciências Humanas. Recife, 2017.

VAROTTO, Luís Fernando. Ponto de Vista: História do varejo. **Revista GV**, V.5, N.1, Fev/Abr. 2006.

WILDER, Ariel. MUDANÇAS NO SETOR SUPERMERCADISTA E A FORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE PEQUENOS SUPERMERCADOS. **Dissertação (Mestrado em Ciências)**, Universidade de São Paulo. Piracicaba: 2003.